

Lisboa em 1514

O relato de Jan Taccoen van Zillebeke

Eddy Stols

Jorge Fonseca

Stijn Manhaeghe



Título desta edição: *Lisboa em 1514. O Relato de Jan Taccoen Van Zillebeke*

Coordenação: Jorge Fonseca

Autores: Eddy Stols, Jorge Fonseca e Stijn Manhaeghe

Coleção: *Cadernos de Cultura* – n.º 8 (2.ª série)

Coleção coordenada por João Luís Lisboa e Luís Manuel A. V. Bernardo

Referee: António Borges Coelho

Revisão do texto: Maria do Rosário Pimentel e Maria do Rosário Monteiro

Capa: Edições Húmus, a partir de layout de Gonçalo Gomes

Foto da capa: Ribeira de Lisboa no século XVI (gravura pertencente à Sociedade de Geografia de Lisboa, a quem se agradece a autorização de publicação).

Editor: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa

© Jorge Fonseca, Eddy Stols, Stijn Manhaeghe e Centro de História da Cultura da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014

Edições Húmus, Lda., 2014

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde – V. N. Famalicão

1.ª edição: Dezembro de 2014

Depósito legal n.º 390150/14

ISBN: 978-989-755-099-7

Correspondência relativa a colaboração de permutas
e oferta de publicações deve ser dirigida a:

Centro de História da Cultura – UNL, Av. de Berna, 26 C – 1069-061 LISBOA

Fax: 217 939 228 E-mail: chc@fcsh.unl.pt

Para referência de números anteriores consultar: www.fcsh.unl.pt/chc

Publicação subsidiada ao abrigo do projecto PEst-OE/HIS/UIOIOIS/2011 da FCT
(Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Lisboa em 1514

O relato de Jan Taccoen van Zillebeke

Coordenação

Jorge Fonseca

Autores

Eddy Stols

Jorge Fonseca

Stijn Manhaeghe

INTRODUÇÃO

Jorge Fonseca

Este livro pretende divulgar uma descrição da cidade de Lisboa do tempo de D. Manuel I praticamente desconhecida, por existir em manuscrito na Biblioteca Municipal de Douai (França) e ter sido apenas objeto de transcrição e estudo em teses que se conservam em exemplares policopiados. Trata-se de um texto originalmente de doze páginas, que é parte da relação da viagem empreendida, em 1514, pelo nobre flamengo Jan Taccoen, senhor de Zillebeke, a Jerusalém, com paragem em Lisboa durante nove dias.

O impacto que a animação e o exotismo da cidade do Tejo causaram no visitante nórdico levou-o a incluir no seu relato comentários reveladores da visão que a maioria dos europeus devia ter de Portugal, um país de transição entre o mundo considerado civilizado e a barbárie, nele representada por *estranhos animais e gentes*. E também a referir características da urbe e aspetos do seu quotidiano que fazem deste documento mais um testemunho valioso sobre a Lisboa manuelina.

Para o necessário enquadramento histórico do texto (que se publica na versão original, em francês da época, e na tradução para português) foi possível contar com a participação do Professor Eddy Stols, da Universidade de Lovaina, e historiador da diáspora flamenga, nomeadamente para Portugal e o Brasil, e também de Stijn Manhaeghe, um dos investigadores que tiveram o mérito de estudar e transcrever esse importante códice quinhentista. Aos dois, pelo interesse e empenhamento que demonstraram na concretização deste livro, deixo aqui o meu obrigado. Ao segundo, agradeço também a ajuda na tradução do texto original. E também ao Professor João Luís Lisboa, Diretor do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, e à Professora Maria do Rosário Pimentel, do Departamento de Estudos Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da mesma universidade, quero expressar o meu reconhecimento pelo apoio que deram a esta publicação.

LISBOA: UM PORTAL DO MUNDO PARA A NAÇÃO FLAMENGA

Eddy Stols*

Lisboa despontou no final da Idade Média como um dos primeiros e principais polos de atração dos migrantes flamengos e manteve esta posição de destaque ao longo da Idade Moderna, somente ultrapassada por Sevilha no final do século XVI ou mais tarde por Cádiz. Durante este período outros núcleos flamengos se formaram na Península Ibérica, no Porto e em Viana do Castelo, em Sanlúcar de Barrameda, Valladolid e sobretudo em Madrid, no século XVII, sem esquecer, na Itália, em Bolonha, Veneza, Roma, Livorno e Nápoles e, na França, em Rouen, Nantes e, cada vez mais, em Paris^[1]. No total estas migrações podem ter alcançado pelo menos vários milhares.

Mesmo assim, elas ficaram na sombra do terrível êxodo durante os distúrbios religiosos a partir do Iconoclasmo de 1566 e depois da reconquista de Antuérpia por Alexandre Farnese em 1585, estimado globalmente em cerca de 150.000 pessoas. Saíram de várias cidades do condado da Flandres, de Lille, Bruges, Gand, mas principalmente de Antuérpia, que perdeu quase metade da sua população. Esta diáspora de cunho religioso ou político assentou principalmente em Londres, Hamburgo e Francforte, e sobretudo em Amesterdão, Middelburgo, Roterdão, Dordrecht, Delft, Haarlem e Leiden. Nestas cidades holandesas os imigrantes teriam constituído de 15 até 30% dos habitantes. Foi sem dúvida uma catástrofe demográfica, que, junto com a exclusão dos Flamengos do monopólio colonial ibérico e o bloqueio do rio Escalda pelos Holandeses, teria provocado a decadência irreversível de Antuérpia e de todos os Países Baixos meridionais e, ao mesmo tempo, o triunfo de Amesterdão e das Províncias Unidas.

Quase toda a historiografia, tanto nacional como internacional, se fixou nesta doxa e vulgata, ainda presente em muitas obras recentes^[2]. Desta maneira continuam a ignorar-se o regresso de muitos fugitivos, a reemigração de outros, a partida de Flamengos católicos para a próspera e mais tranquila Europa meridional e a reconstituição de redes familiares e de enterrâneos bem mais extensas do que antes de 1585. Estes *networks*, menos custosos

* Queria agradecer à Fundação Calouste Gulbenkian, que me concedeu repetidas bolsas entre 1966 e 1975 para pesquisas nos arquivos portugueses, ao professor emérito António Dias Farinha, que por duas vezes me convidou para dar conferências, e a Jorge Fonseca, o anfitrião desta publicação.

e mais flexíveis que as grandes companhias holandesas, corresponderam à reconversão de uma economia mais multipolar do que concentrada numa única metrópole predominante. Facilitaram a recuperação bastante rápida de Antuérpia e de outras cidades dos Países Baixos meridionais ou espanhóis graças aos *rich trades* de tecidos de luxo, rendas, joias, pinturas, tapeçarias, livros, instrumentos musicais, armas e a uma florescente atividade artesanal quase pré-industrial, que se transformaria, no início do século XIX, na primeira revolução industrial do continente europeu. Aliás, alguns historiadores holandeses relativizaram o impulso decisivo desta imigração dos Países Baixos meridionais e insistiram mais no dinamismo próprio de Amsterdão e dos outros portos holandeses, anterior à crise de Antuérpia e baseado na sua especialização no comércio e transporte de trigo, de alimentos e de outras cargas de vulto, como madeiras e equipamento náutico^[3].

Detrás desta visão simplificadora sobre a queda de Antuérpia e a decadência dos Países Baixos espanhóis escondem-se resquícios de uma *leyenda negra* hispânica muito enraizada e tenaz na historiografia belga^[4]. Esta reforçou-se ainda na sua vertente e herdeira nacionalista flamenga atual, que, ao serviço de uma política e engenharia social de exclusão xenófoba, projeta no passado conceitos decimonónicos de fronteiras, de identidades nacionais e de passaportes^[5]. Reduz aliás o termo Flamengo a um conceito restrito ao idioma, em flagrante contradição com o seu significado durante a Época Moderna, quando se referia aos habitantes dos Países Baixos *lato sensu*, incluindo não somente toda a Bélgica e os Países Baixos ou Holanda atuais como também a Flandres francesa, o Artois, o Luxemburgo e as regiões fronteiriças com a Alemanha e se confundia até com Hanseáticos e outros Alemães. Estes Flamengos falavam vários dialetos neerlandeses, walão ou francês, e *platt-deutsch* ou o baixo-alemão e eram frequentemente bi ou até trilingues. Compreende-se que, com os seus traços físicos nórdicos, no mundo ibérico passassem às vezes por Alemães ou Franceses. Muitos podiam ler ou até escrever o italiano, o português e o espanhol, sem esquecer o latim.

Em geral, o olhar ensimesmado desta historiografia *flamenguizante* acomoda-se mal à migração como um fenómeno antigo e quase natural e afinal um direito humano fundamental. Mesmo que os seus historiadores não possam nem queiram imaginar a normalidade de tantas passagens de fronteiras e de nacionalidades acumuladas e ainda menos de mestiçagens, estas experiências individuais ou de pequenos grupos valorizaram-se entrementes dentro de um novo enfoque historiográfico das viagens e das migrações^[6]. Estes percursos devem também desvincular-se de uma história nacionalista da expansão e inserir-se numa história atlântica mais ampla, da qual Frédéric Mauro foi um dos pioneiros e que encontra um notável *revival* na historiografia dos últimos decénios^[7]. Se bem que minoritários, estes migrantes sedimentaram vínculos de transmissão cultural muito férteis e de longa repercussão^[8]. Além disso oferecem antecedentes interessantes para o debate muito atual sobre a conveniência e os limites do multiculturalismo nas

grandes metrópoles. A contribuição dos estrangeiros portugueses, espanhóis e italianos para a prosperidade das duas grandes cidades flamengas, Bruges e Antuérpia continua subestimada, se bem que já em 1925, no Pós-Guerra Mundial, o audacioso Jan A. Goris tenha demonstrado a urgência do tema^[9].

Precisamente nestas diferentes óticas os Flamengos de Lisboa, quer façam formalmente parte ou não da Nação Flamengo, merecem alguma reconsideração. Esta atualização, sem desmerecer de obras pioneiras como a do barão de Reiffenberg, de Emile Vanden Bussche, de Eduardo Brazão ou de Pierre Goemaere, deveria orientar-se algo mais para a sua riqueza simplesmente humana do que para a sua força política, religiosa ou económica e o seu prestígio expansionista^[10]. Tanto mais que esta presença flamenga em Lisboa se distinguia dos outros grupos de estrangeiros na capital portuguesa como também das nações flamengas na Itália ou na França pela sua longevidade e pela sua heterogeneidade social. As mais diversas motivações, religiosas, dinásticas, familiares, sociais e económicas, de prestígio, de curiosidade ou de simples vagabundagem levavam os Flamengos rumo a Lisboa^[11].

Cruzadas e peregrinações

A normalidade da índole e prática migratória de quase toda a Humanidade manifestava-se talvez de modo mais evidente nas peregrinações, também inerentes à Religião Católica dos Países Baixos, seja armadas e violentas em forma de cruzadas seja mais pacíficas. Se Portugal, ao contrário dos outros países europeus, não tinha, pelo menos antes de Fátima, um centro de peregrinação de projeção internacional – em si um facto notável – Lisboa encontrava-se na rota dos peregrinos, tanto como escala alternativa a Veneza para Jerusalém como pela sua proximidade de Santiago de Compostela e de Guadalupe. Depois de alguns Flamengos terem participado da tomada de Lisboa em 1147, a cidade destacou-se mais vezes como escala das frotas de cruzados para a Terra Santa ou para a reconquista na África do Norte. Teria sido o caso em 1177 do conde da Flandres, Filipe da Alsácia, cruzado por três vezes e aliás casado em 1184 com a filha de Afonso Henriques, Teresa ou Matilde. Neste contexto a sua visita a Lisboa ficou registada numa crónica bem posterior, talvez mais uma façanha imaginária como em outros escritos medievais, mas que em si prova a notoriedade desta cidade^[12].

O espírito de cruzada não desapareceu logo. Os irmãos da Capela ou vanden Capelle e seus 20 homens de guerra, que participaram na conquista de Ceuta, devem ter passado por Lisboa^[13]. A expedição para Rodes em 1441 e outra em 1443 fizeram escala em Lisboa, ainda mais porque dependiam de barcos e marinheiros portugueses na sua frota^[14]. Depois da queda de Constantinopla, Antoine de Payage da *Chambre des Comptes* passou por Portugal na sua cruzada em 1457. Depois do seu regresso a Bruges, o infraticado

mercador flamengo Martin Leme armou em 1471 uma urca destinada à conquista de Tânger e Arzila, capitaneada pelo seu filho António^[15]. Quem sabe se Leme também interveio na encomenda e na produção da famosa série de tapeçarias da Conquista de Arzila, patrocinada por D. Afonso V durante a sua enigmática permanência em Arras, em 1477 e recentemente restaurada^[16]. Esta promoveu pelo menos a iniciação visual e imaginária dos cartonistas e tecelões flamengos às conquistas portuguesas de Marrocos, que se prolongariam com os feitos da Índia oriental em numerosas outras tapeçarias do século XVI à maneira de Portugal e da Índia.

Esta mistura imaginária, algo confusa, entre Portugal, Lisboa, Jerusalém e as Índias encontrou-se também em manuscritos, como numa curiosa relação contemporânea de Jean Aerts^[17]. Este clérigo de Malinas integrou-se numa embaixada do *grande feitor* de Portugal a Jerusalém, que, com mais dez nobres, visitou o Egito, a Arábia, a Índia e, na sua costa oriental, talvez Meliapor, perto de Madras. Na volta a Lisboa, em 1484, foi acolhida pelo rei ainda em pleno mar e com salvas de canhão e depois recebida nos cais em Lisboa pelo clero com cruz e bandeiras e por gente de todas condições. Foi cantado *Te Deum* na igreja e muitos choraram por verem de volta os seus compatriotas. Outros peregrinos flamengos como os Adorno e Joos van Ghistele relataram também a sua viagem a Jerusalém, sem entretanto passarem por Lisboa^[18].

Nestas viagens os peregrinos passaram às vezes por Santiago de Compostela, que gozava de um grande atrativo na Flandres^[19]. Nos anos santos como em 1473 alguns duzentos peregrinos podiam encher um navio^[20]. O mercador flamengo Eustache Delafosse, que, preso na Guiné pelos Portugueses, conseguiu escapar da prisão em Lisboa, foi agradecer em 1481 a sua boa sorte a Nossa Senhora de Guadalupe. Neste caminho encontrou-se com outro brugense e acompanhou-o a Santiago^[21]. A sua relação foi copiada e circulou ainda no século XVI. A voga desta devoção viatória levou um armador de Antuérpia, Dirk van Paschen, aliás Theodoricus Paesschen, a organizar por volta de 1500 a 1511 algo como um serviço regular passando por Lisboa^[22]. O seu barco *Salvator II* foi até pintado e gravado.

Efetivamente o prestígio de Compostela perdurou ainda ao longo do século XVI apesar das críticas do humanista Erasmus e dos protestantes holandeses contra esta devoção perdulária^[23]. A famosa rota jacobea, que tinha primeiro aberto um novo mercado para pinturas e esculturas flamengas no norte da Península Ibérica e conjuntamente também em Portugal, ganhou por sua vez uma nova visibilidade e respeitabilidade na pintura quinhentista flamenga de paisagens^[24]. Construídas em torno de figuras andantes como o peregrino a Santiago de Compostela ou sobretudo São Cristóvão, as pinturas de Joachim Patinir, Herri met de Bles e outros seduziam pela variedade e beleza da *naturalia*, de montanhas, rochedos e bosques, de rios e desembocaduras num mar cheio de navios, que não somente se encontravam no caminho dos Alpes e da Itália,

mas também na rota de Compostela e seu prolongamento em Portugal. Um quadro anónimo, mas atribuído a Jan van Amstel, apresenta no meio de uma desembocadura de rio – parece quase o Tejo – um São Cristóvão gigante carregando um globo, tendo em evidência os continentes recentemente descobertos pelos navegadores portugueses, a costa da África oriental e o Sudeste asiático, encimado com um Menino Jesus^[25]. Assim, as peregrinações não desapareceram, mesmo que as de longa distância tenham sido substituídas por novos centros a curta distância, como Scherpenheuvel. Ainda em 1550 três peregrinos a Santiago de Compostela, Olivier Haeck de Courtrai, Niklaas Symonsz Vacht e Lodewijk Joossen de Middelburgo passaram por Lisboa^[26].

Lisboa é corte

A supracitada participação flamenga nas cruzadas e peregrinações sustentava novas relações dinásticas e nobiliárquicas e viagens entre a Flandres e Portugal. A visita de D. Pedro, filho de D. João I, à corte da Borgonha abriu o caminho a um novo casamento de Filipe, o Bom com a sua irmã Isabel. Uma embaixada flamenga, composta por três nobres e um letrado, pelo pintor Jan van Eyck e mais outros nobres e servidores, partiu a solicitar a mão da princesa e negociar as modalidades desta união^[27]. Embarcaram em galeras venezianas, fizeram escala em portos ingleses, de onde, numa navegação de quinze dias, chegaram em 16 de dezembro de 1428 a Cascais e, depois de uma curta estadia em Lisboa, seguiram para a corte em Estremoz. Esperando a resposta, a delegação fez a peregrinação a Santiago de Compostela. Em 23 de julho de 1429 redigiu-se o tratado, com uma impressionante dotação e em 8 de outubro uma frota, levando a princesa e seu irmão D. Fernando com uma grande comitiva, saiu de Lisboa para chegar, depois de uma longa viagem, no dia de Natal de 1429. Há notícias de outras embaixadas e viagens, como em 1416, de Pere Vidal junto do rei D. João I, de Baudouin de Lannoy em 1428-1429, que foi também a Santiago, de Jean, bastardo de Caumont em 1457, de Guillaume de Pigne em 1461, de Jehan de Rubempré, Gillequin Spillaert e Juste Baldin em 1472-1473^[28].

Alguns ficaram ao serviço do rei português, como Jean de Sainte-Aldegonde, aliás Quimera, *poursuivant* de D. Afonso V^[29]. Como um embaixador informal da cultura borgonhesa na Península ibérica figurou o cavaleiro andante Jacques de Lalaing, que por volta de 1447 visitou a corte portuguesa^[30]. Acolhido faustosamente por nobres portugueses em Abugal, provavelmente Sabugal, foi levado a Évora para se encontrar com o rei D. Afonso V e seu tio D. Pedro. Uma festa com banquete, uma dança com a rainha e um convite para participar numa caçada selaram a aliança firme de Portugal com a Borgonha. Entretanto, se ficou alguns quinze dias na corte, não foi mencionada uma passagem por Lisboa. Entre 1486 e 1494 novas negociações e embaixadas se seguiram para preparar casamentos entre os príncipes borgonheses e peninsulares^[31].

A própria corte da Borgonha dava exemplo da maior mobilidade, se bem que Filipe, o Formoso tenha resistido a fazer a viagem à Espanha em janeiro de 1502^[32]. Talvez um dos motivos fosse a dificuldade em garantir na Península a magnificência em torneios e banquetes, e em roupas sumptuosas, que não queria dispensar. Assim, levou consigo o seu *hôtel* ou a sua corte de 367 pessoas e mais 45 *archers de corps*, arqueiros de guarda. A sua capela musical comportava mais de uma dúzia de performantes. Na segunda viagem de 1506, como novo rei de Espanha, a sua casa era constituída por 447 acompanhantes e mais 89 arqueiros. Andava, além disso, acompanhado de um séquito impressionante de cavaleiros e soldados, mais de 2000, incluindo flamengos, alemães, castelhanos e galegos, que roubavam galinhas entre os camponeses. Depois do desembarque na Corunha, foi a Santiago e encontrou-se em junho com o sogro, Fernando, perto de Portugal, em Remesal. Se naquela altura o parentesco com os Aviz tinha pouca ou nenhuma visibilidade nas entradas e festas de Filipe, apesar deste ter uma bisavô, uma avó e um cunhado desta Casa, os elos com esta evidenciaram-se nas armas e nas imagens a partir do casamento de Isabel com o imperador Carlos V e da irmã deste, Catarina, com D. João III. A vinda desta em 1525 trouxe mais Flamengos do que a da irmã Leonor, última esposa de D. Manuel, em 1517, como em 1553-1554 um Cornelio Lizarte, *confeiteiro flamengo*, e mais tarde, nos processos da Inquisição, apareceram de vez em quando pagens ou servidores flamengos como Rodrigo, servidor de um fidalgo em 1556, Henrique na casa do Escrivão da Fazenda Álvaro Pires em 1558 ou João com o desembargador Jorge Lopes em 1578^[33].

Mesmo assim, bem antes disso a corte portuguesa deixou-se influenciar pela moda da Borgonha. D. João II vestia à flamenga, como também o infante D. Luís, com o seu cavalo de brida ricamente guarnecida e até os sapatos eram de veludo feitos à flamenga, com ricas guarnições de ouro esmaltadas^[34]. Outro adepto do luxo flamengo foi o duque de Bragança, D. Teodósio I, que comprou uma grande variedade de artigos flamengos, desde armaduras e cadeiras a peças de prata, chapéus e peles de martas^[35].

Artesãos e artistas flamengos

As encomendas e compras frequentes diretamente na Flandres podem ter diminuído como também estimulado as oportunidades em Portugal para artesãos e artistas flamengos. Particularmente as modas de pelitaria e de ourivesaria atraíam gente destes ofícios. Assim os processos da Inquisição revelaram um João Pequeno, aliás Hans Lepetit, nascido em Antuérpia por volta de 1530, que desde 1548 vinha regularmente a Portugal por três a quatro meses e tinha loja e ateliê na casa de Jorge Fernandes, peliteiro do Cardeal, ao Calçado Velho e talvez também flamengo, e mais o irmão de Hans, Erasmo^[36]. Mencionaram-se ainda Pedro Gonzalez e seu criado Baltasar Framengo em 1550-1560.

A ourivesaria mereceria um estudo aprofundado, levando em conta os infracitados comerciantes de joias e lapidários flamengos^[37].

Na representação e afirmação do poder as tapeçarias flamengas revelaram-se o instrumento predileto, ainda mais porque podiam viajar e acompanhar a corte. Os reis portugueses e a alta nobreza revelaram-se excelentes fregueses, particularmente para as tapeçarias de Tournai sobre temas inspirados pelas conquistas portuguesas, *à manière de Portugal et de Indie*^[38]. D. Manuel fez em 1510 uma grande encomenda. A compra, o transporte, a receção, a conservação e o eventual restauro ulterior implicavam a intervenção de mercadores e de tapeceiros. Lisboa teria tido três oficinas e conhecem-se os nomes de pelo menos dois flamengos, por volta de 1550, Daniel Gris, de Bruxelas, e mais tarde Herman Vermeren, ao serviço do Arquiduque Alberto de Áustria, mas também ativo como armador no comércio colonial. Além das tapeçarias, encomendavam-se pinturas, esculturas e livros de horas junto de artistas na Flandres, como o ateliê de Gerard David ou Quentin Metsys ou aos produtores de *poupées de Malines*^[39]. Este comércio tomou um vulto importante e não ficou atrás do que se desenvolveu com a Espanha.

Aumentou ainda ao longo do século XVII, particularmente com milhares de pinturas, estampas e imagens e bastante tapeçarias, negociadas pelas mãos de Andres de Saintes, Francisco Wallis, Paul van Gijsenrode, o Jovem, aliás Guizenrode, Jean Boussemart, Jacome Van Praet, Henrique de Moor, Jacob Guyot, Justo Forchoudt e Gaspar Gerardo Pilaer, correspondentes ou agentes das principais firmas especializadas de Antuérpia, Guillermo Forchoudt e o tapeceiro Cornelis de Wael^[40]. Dois comerciantes deste ramo, os irmãos Peter e Antoon Goetkint pretendiam em 1624 que vendiam bem melhor pinturas em Lisboa do que em Sevilha. Na mesma época, Pedro Clarisse, mais um generalista, pelo contrário preferia livrar-se desta mercadoria que somente trazia *infâmia e ainda sem lucro*. Efetivamente, surgiam peculiaridades como em 1699, quando se deviam trocar pinturas contra açúcar e tabaco e fazer gastos suplementares para, por ordem da Inquisição, cobrir os pés nus com pintura.

Tudo isto se repercutiu certamente não somente no prestígio dos intermediários flamengos de Lisboa, mas também na vinda dos próprios artistas^[41]. Por volta de 1500 surgiu uma pequena primeira onda com os escultores Olivier de Gand e Jean d'Ypres, ativos principalmente em Coimbra e Tomar, e o pintor Francisco Henriques. Este, casado com uma irmã de Jorge Afonso, residiu em Lisboa, mas trabalhou para Évora. Fez uma curta viagem à Flandres, de ida e volta em 1512, mas em 1518, sobrecarregado com encomendas para fazer as bandeiras da entrada da rainha D. Leonor e para as pinturas do Tribunal da Relação de Lisboa, mandou vir mais oficiais da sua terra. Pouco depois, Henriques, junto com sete ou oito deles e os seus escravos, morreram quase todos da peste^[42]. Quem escapou foi António III Keldermans de uma família de artistas de Malinas. Por volta de 1517 tinha ido a Portugal, onde procriou com Maria Alvers três filhos ilegí-

timos, Matheus, Barbele e Isabel. Em seguida foi trabalhar na catedral de Salamanca. De regresso a Malinas resolveu, em 1530, reconhecer no seu testamento estes filhos sob a tutela da mãe com o nome aporuguesado de Caldeira^[43]. Pouco se sabe da biografia de outro pintor flamengo, Frei Carlos, professado na Ordem dos Jerónimos no Convento do Espinheiro e ainda ativo em 1518.

Meio século depois surgiu um segundo afluxo de pintores flamengos, dos quais Anthonis Mor se tornou o mais conhecido^[44]. Chegou em 1552, ficou alguns nove meses e fundou um ateliê. Neste trabalhou Christoffel van Utrecht, que pintou temas históricos e miniaturas e recebeu de D. João III a Ordem do Cristo. Joris van der Staeten foi ativo de 1552 a 1560. No seu ateliê ou no de um pintor português permaneceu nove meses, em 1558, Simon Pereyns, originário de Antuérpia, que seguiu depois para Toledo e mais tarde, em 1566, para o México. Lá se tornou um pintor muito solicitado ao ponto de provocar a inveja de outro pintor que o denunciou à Inquisição pelas suas afirmações heréticas^[45]. Ter-se-ia vangloriado de que seu pai numa carta o felicitara por não pintar nenhum santo, mas apenas retratos. No registo fiscal de 1565 figuraram três artistas flamengos, o pintor Jacques de Lerbo e os supracitados tapeceiro Daniel Gris e Cristóvão de Utreque. Lerbo, Clermo ou Claerbout, nascido em Antuérpia por volta de 1520, casado com a flamenga Catarina Bazeler, tinha sido aprendiz de um pintor flamengo, Simon, em Le Mans, na França e residia em 1557 em Lisboa, aos Cubertos, ao passo que Utreque, mencionado como restaurador, residente na freguesia de Santa Justa, foi talvez, segundo Fernando António Baptista Pereira, o autor dos Santos Mártires de Lisboa, conservados em Ponta Delgada^[46]. Outros nomes são Joam Flores, morador a Cataquefarás, e Roque Hans, ao Poço do Chão, em 1549-1558, Rodrigo de Riene, em 1555-1558, e Francisco de Campos, pintor de brutesco e também ativo em Évora, os escultores Francisco de Haste em 1557 e Estácio Matias, ativo por volta de 1575 no Convento de São Bento da Saúde^[47]. Seria um deles o autor das recém-redescobertas pinturas com negros nas praças e ruas de Lisboa?

Notamos ainda a presença de vidreiros como, por volta de 1490-1520, o flamengo ou alemão Mestre Conrate, seu genro flamengo Willem Belles ou Mestre Guilherme e Mestre João, ativos na Batalha, em Coimbra e Évora, e, por volta de 1550, nos processos da Inquisição, um Nicolas ou Claus, *pintor de vidros* ou ainda, no século XVII, Gualtieri Fiamminho e o filho Jean-Baptiste^[48]. Os azulejos de majólica de estilo italo-flamengo de Antuérpia nas quintas da Bacalhoa e das Torres em Azeitão e a encomenda de quase mil azulejos por volta de 1558 para o Paço Ducal de Vila Viçosa provinham provavelmente dos discípulos de Guido de Savino, seu filho Francisco Andrea e Juan Flores. Estes estiveram respetivamente em Sevilha e Talavera de la Reina, mas podem ter passado por Lisboa, onde em 1565 se mencionaram três oleiros flamengos, talvez Jan Bogaert e Franchois Frans^[49]. Sem dúvida, Lisboa comparava-se então, quanto à concentração de artistas

flamengos, a Roma e a Veneza e mereceria uma monografia como *Voyage à Rome* de Nicole Dacos (Bruxelas, 2012).

Poucos artistas flamengos se conhecem para os séculos XVII e XVIII, salvo Philippe de Marlier, apreciado pelas naturezas mortas com flores, mas que teve que fugir de Lisboa por ter assassinado um dominicano, e Dirk Stoop, que depois de uma viagem à Itália atuou na corte em 1661 e acompanhou D. Catarina de Bragança à Inglaterra, e mais tarde François Harrewyn, gravador de D. João V.

Finalmente não se deve esquecer a música polifônica flamenga, talvez menos presente que em Castela, se bem que as bibliotecas de Coimbra, Tomar e Vila Viçosa conservam bastantes manuscritos de Josquin Desprez e outros^[50]. D. Teodósio prezava-a muito, como o indicou a importação de uma caixa de livros de polifonia e de três cravos. Entre os músicos sabe-se pouco de Johannes Hasprois, de Arras, talvez contratado lá por D. Afonso V, ou de João de Bergomão (van Berchem?) cantor na corte de D. João III. A Inquisição revelou os nomes de Antonio Barbe ou Barbeyro, organista do arcebispo em 1555, de Rinaldo del Mel em 1572-1580, de Nicolas Vanbel, cantor do rei por volta de 1575 e de mestre Pedro Thalesio em 1601^[51]. O segundo, nativo de Estambeque perto de Saint-Omer, veio, depois de um período na Inglaterra e na Itália por volta de 1574, orientado pelo embaixador de Portugal. Preso em Lisboa, acusado de opiniões heréticas, porque criticava os sacerdotes, particularmente os Jesuítas, que *na Índia constrangião a muitos gentios fazerem-se christãos*. Tentou fugir com um companheiro de cela, um mulato, mas acabou condenado à abjuração na mesa, sendo libertado em 1576. Thalesio, de 33 anos e casado com Vicência Nunez, era mestre de canto da igreja Nossa Senhora do Loreto e foi professor de Manuel da Câmara. Apresentou ao padre Francisco Cardoso, de São Roque, um jovem caixeiro flamengo, João Walet por palavras suspeitas.

O circuito intelectual e científico

Paralelamente, parecia instalar-se entre letrados leigos e religiosos um circuito, que por falta de novas pesquisas se pode aqui somente esboçar. Lisboa ganhou o seu lugar na *peregrinatio academica*, no *Grand Tour* ou na *Kavaliersreise*, mesmo se a Península Ibérica nunca alcançou a fama da Península Italiana^[52]. A curiosidade em conhecer Portugal foi estimulada por letrados portugueses como Vasco de Lucena, conselheiro de Margarida de Áustria e tutor de Carlos V, que em 1512 deixou donativos a algumas instituições em Lovaina. Nesta universidade estudaram dezenas de portugueses, entre eles os monges Jerónimo Brás de Barros e Diogo de Murça, que tiveram notável influência em Coimbra^[53]. A sua ida à Flandres talvez se tenha relacionado com uma fileira luso-flamenga dos Jerónimos, que podia envolver não somente o supracitado Frei Carlos, professo em 1517 no convento do Espinheiro, como também, pouco depois, Jean de Henten (1500-

-1566), que muito jovem partiu para Portugal e aí se fez jerónimo em Belém. De regresso à Flandres por volta de 1540 estudou Teologia em Lovaina, passou para a Ordem dos Dominicanos, fazia traduções do grego e, sob o nome de Heintenius, tornou-se famoso pela revisão de textos da Bíblia e pelas suas polémicas contra as obras de Erasmo. Na mesma época a presença em Lovaina e as publicações de Damião de Góis nos anos de 1530-1540 e de André de Resende por volta de 1528-1532 conseguiram suscitar maior interesse pelos Descobrimentos portugueses, particularmente entre os professores lovanistas Goclenius e Nannius. Os benefícios pecuniários destes não deixaram indiferentes humanistas como Nicolau Clenardus e Jan Vasaeus, que aceitaram cargos de preceptores bem remunerados. Se bem que o primeiro esteve em Portugal entre Évora e Braga por cinco anos, de 1533 a 1538, e era estudioso do hebraico e do árabe, não chegou a falar português e comunicou mal com a sua gente^[54]. Assim não era de estranhar que as suas cartas não tivessem dado nenhuma importância a Lisboa e à sua vida cultural e se tenham notabilizado por observações generalizantes no estilo provocador e jocoso dos humanistas sobre a preguiça dos Portugueses, a inatividade das suas mulheres, a sua dependência dos escravos e ainda a pobreza das suas pousadas e da sua comida. Clenardus caracterizou-os como rabanófagos, uma alcunha injuriosa logo generalizada a todos os Ibéricos e repetida com frequência nos Países Baixos^[55]. Outras farpas suas não pouparam os compatriotas flamengos: *De todos aqui vêm parar, uns deixar-se-iam mais depressa arranhar até ao fim do mundo, a voltar à sua terra; outros, não tendo sequer esperança de regresso... deixando-se cativar com as seduções dos costumes portugueses, entregam-se ao prazer e à desordem; aqueles perdem o hábito do seu bem-estar doméstico e acostumam-se a suportar a miséria e os incómodos desta sua nova existência....* Os mais bafejados pela sorte *armam-se logo em fidalgos; envergonham-se de trazer a carne do açougue ou mostrar que se sabem servir das mãos*. Estas zombarias logo engrossaram uma lenda negra em construção desde, pelo menos, as viagens de Filipe, o Formoso a Espanha e nesta linha as suas cartas, traduzidas em neerlandês, foram reeditadas ainda em 1655 e 1706 numa Holanda ressentida com Portugal pelas suas derrotas na Baía e em Pernambuco^[56]. Pouco consta sobre um eventual melhor convívio com os Portugueses e Flamengos em Portugal do companheiro de viagem de Clenardus, Vasaeus, ativo primeiro em Sevilha e Salamanca, onde casou com uma segoviana, em 1537 reitor da escola latina em Braga e depois em 1541 no Colégio de Évora. Pelo menos, se voltou para Salamanca em 1550, deixou um filho moço de câmara na corte.

Sob este aspeto foi exemplar o percurso de mediador humanista de Damião de Góis, aliás casado com uma flamenga, Johanna, filha de Andreas van Hargen, conselheiro de Carlos V em Haia^[57]. Após quase quinze anos de presença na Flandres, tanto em Antuérpia como em Lovaina, entre 1522 e 1545, empenhou-se em tomar a defesa da Península no seu *Hispania* (Lovaina, 1542 e 1544), notadamente a sua cultura alimentar

em matéria de bom pão e vinho e de hospitalidade^[58]. De regresso a Lisboa deixava-se servir por um Paulo de Flandres e mantinha frequentes contactos com os Flamengos, tanto com os que chegavam de fora como com os da terra. No seu processo na Inquisição em 1572 um denunciante pretendia ter visto *muitos flamengos em casa do dito Damião de Góis, como Jacques que faz óculos e outros que vinham nas urcas... comiam e bebiam com ele e cantavam cantigas e tangiam órgãos*. Alguns destes marinheiros talvez, abasteciam-no com *os toucinhos, chacinas e salmouras de Flandres*, que, segundo um denunciante, tinha numa dispensa em cima de uma capela e de onde pingavam gotas de gordura sobre um crucifixo. O próprio Góis admitiu que os recebia como numa estalagem e os banqueteava. Depois do jantar cantavam juntos *missas e motetes, compostos em canto de órgão*. Góis mencionou alguns nomes de flamengos: Rombaut Perez, casado e morador de Lisboa, o infracitado Hans Pelque, *solteiro, que há muito tempo reside nesta cidade, estralim de nação* e o músico Erasmo, *casado nesta cidade, flamengo*. No seu vocabulário, como no de muitos outros, a qualificação de Flamengo era bastante larga e podia cobrir um Hanseático ou Estrelim como Pelque ou o oculista Jacques, talvez um francês.

Inversamente, um holandês com passagem por Lisboa, Dirck Volckertsz Coornhert tornou-se na sua própria terra natal uma figura suspeita para os tenores da reforma calvinista. Este filho de um rico mercador de panos de Amesterdão foi enviado em 1538, ainda bem jovem, com apenas 16 anos, por mar a viajar pela Península Ibérica para ver um pouco do mundo e aprender o comércio *no estilo desta terra*^[59]. Aí, as novidades não faltaram e tiveram tamanho impacto que quatro decénios mais tarde, em 1581 e em 1585, invocaria ter visto com os próprios olhos os Índios, que não tinham vergonha da sua nudez que nem os neo-natos, e os escravos encadeados no pescoço ou nas pernas. O confronto com estas realidades em Lisboa, tão diferentes, deu outro rumo à sua vida. De volta à Holanda casou com uma moça contra a vontade dos pais e aprendeu o ofício de gravador. Depressa se comprometeu nas rebeliões políticas, revelando-se nas suas obras como um moralista humanista e religioso, mas avesso à intolerância e aos extremos do Calvinismo. Pregava uma ética mais moderna, particularmente em matéria de repressão à vagabundagem e de castigo dos criminosos. É ponto pacífico que as suas obras *Zedekunst, dat is Wellevenskunste (A moral ou a arte do bem viver)*, 1586, e *Boeven-tucht (Castigo de bandidos)*, 1587, e outros escritos moralistas ou comédias seguiam as propostas do humanista valenciano Juan Luis Vives, que se refugiou na Flandres. Merecem um estudo mais aprofundado a respeito da sua convivência com a cultura peninsular e de prováveis influências dos moralistas hispânicos. Talvez se tenha impressionado com o modelar Hospital da Misericórdia de Lisboa. Se a sua aversão à Inquisição espanhola podia fundamentar-se nas execuções de heréticos nos próprios Países Baixos, é provável que tenha visto pessoalmente algum auto-de-fé na Península. Através das suas relações

com o grupo heterodoxo do *Huis van Liefde* talvez tenha conhecido Benito Arias Montano, que obteve em 1574 um perdão geral para os rebeldes.

Entrementes, Lisboa posicionava-se como recetáculo de curiosidades do Ultramar. Se já a duquesa Isabel de Portugal e seu filho Carlos, o Temerário receberam dos seus parentes insólitos objetos insulares e africanos, cornos, colheres, saleiros ou cofrinhos em marfim e madeira de palmeira, esta praxe alargou-se com a descoberta do Brasil^[60]. Em 1503 Valentim Fernandes certificou que o *egrégio varão João Draba*, um pintor ou comerciante flamengo, ofereceu à Capela do Santo Sangue, em Bruges uma figura ou imagem de índios, em desenho ou escultura, e uma pele de crocodilo^[61]. Logo Lisboa se confirmou ainda mais na mira dos curiosos com a rainha D. Catarina, que prezava muito as *mirabilia* exóticas e pode ter presenteado sua irmã Maria de Hungria e sua sobrinha Margarida de Parma, ambas sucessivamente governadoras dos Países Baixos^[62]. Aí crescia este interesse botânico e zoológico entre uma elite exasperada pelos distúrbios político-religiosos e pelo furor bélico e à procura de distrações escapatórias e consolos mais consensuais. Nobres, ricos mercadores e farmacêuticos rivalizavam como naturalistas e colecionadores de plantas, animais, conchas e *mineralia*^[63]. Assim, quando um jovem Fugger devia fazer a sua *peregrinatio academica*, Charles de l'Écluse, de uma família de pequena nobreza empobrecida do Artois, não recusou a ocasião de o acompanhar em 1564-1565 como tutor numa viagem pela Península Ibérica^[64]. Em Lisboa conseguiu o precioso livro de Garcia da Orta, *Colóquios dos simples e drogas da Índia*, que traduziu para o latim e editou com Christophe Plantin em Antuérpia em 1567. Ficou o tempo suficiente, entre outubro e dezembro 1564, para ver e descrever no Convento de Nossa Senhora da Graça a *draconum arbor*, da qual recolheu uma casquinha. Visitou também Coimbra, Tomar e Évora. Deve ter levado mais curiosidades e estabelecido contactos, que lhe renderam mais tarde o livro de Cristóbal Acosta, *Tractado delas drogas y medicinas de las Indias orientales*, e mais dados, aproveitados no seu *Exoticorum libri decem*^[1605]. As informações sobre tabaco e sobre cítricos divulgadas por botânicos e médicos flamengos devem também ter aproveitado esta via lisboeta^[65].

Também os cartógrafos flamengos mantinham relações com os colegas portugueses através de mapas e publicações da Flandres, como o planisfério *Universa ac navigabilis totius terrarum orbis descriptio* (Bibliothèque Nationale, Paris, Cartes et Plans, Rés. Geo CC 2719), realizado por Andreas Homem em Antuérpia em 1559, ou o *Libro de Algebra* de Pedro Nunes, publicado em Antuérpia em 1567. Flamengos de Lisboa serviam de informantes ou intermediários. A cidade foi visitada em 1576 por Jerónimo Scholliers, amigo de Abraham Ortelius, que em 1592 recebeu mapas de Luís Teixeira através de Jerónimo Comans^[66]. É provável que o pintor Joris Hoefnagel, a quem se devem vistas sobre Sevilha, tenha estado, na sua viagem à Península por volta de 1565, também em Lisboa, o que resultou no seu mapa da cidade no livro *Civitates orbis terrarum* de Georges

Braun e Frans Hogenberg (1572-1618). Na sequência destes intercâmbios situaram-se a contratação e a passagem por Lisboa de técnicos e engenheiros flamengos para descobrirem minas no Brasil ou retificar o curso do Tejo^[67].

O desenvolvimento e a prática da medicina, com uma longa série de especialistas portugueses na Flandres desde a época de Isabel de Portugal até meados do século XVII, como Amatus Lusitanus, Tomás Rodrigues da Veiga, Garcia Lopes, Manuel Gomes ou Álvaro Nunes, parecem ter criado outros vínculos de médicos flamengos com Lisboa^[68]. Por volta de 1508 morreu Peter de Leek, aliás Leck, filho do cirurgião Wilhelm de Leek de Antuérpia, que estava ao serviço do rei e deixou duas filhas órfãs em Lisboa^[69]. Jan van Gorp, aliás Joannes Goropius Becanus, médico da governadora Maria da Hungria, viajou pela Península Ibérica e pode ter estado em Lisboa.

Um baluarte auxiliar da Contrarreforma flamenga

Se Antuérpia passou durante decénios por ser um ninho de heréticos, logo depois da reconquista por Farnese em 1585 metamorfoseou-se em baluarte da Contrarreforma, sustentado pela “Monarquia católica” dos Áustrias espanhóis e por numerosas ordens religiosas, novas ou reformadas e cada vez mais internacionalizadas. Nesta rede clerical Lisboa desempenhou um papel destacado tanto de retaguarda como de posto avançado para a missão. Foi o caso, tanto ou quase mais que Roma, para as duas províncias jesuíticas flandro-belga e galo-belga, que recorriam aos colégios e às residências dos confrades portugueses como se fossem uma filial. Os nove primeiros Jesuítas flamengos foram enviados por Loyola em 1544 a estudar em Coimbra e até meados do século XVIII várias dezenas mais rumariam a caminho de Portugal^[70]. Alguns assistiam os Flamengos, como os padres Lambert de Hertoghe, Diogo Nevius, aliás Jacome Nemo e o irmão João Vuander por volta de 1598 e Juan Bautista De Visscher em 1665. Do obituário de São Roque consta que o primeiro, *Ortoge* confessava seus compatriotas, reduzia alguns herejes à Santa Fé Católica e saía em seu socorro durante a peste de 1598 à custa da sua própria vida^[71]. Uma figura bastante trágica foi Jan Ciermans, aliás João Paschasio Cosmander, que em 1641 ensinava matemáticas no Colégio de Santo Antão, quando foi convidado pelo rei D. João IV a projetar as fortalezas de Elvas, Olivença e outras na raia alentejana. Capturado pelos Espanhóis em 1647, passou para o lado do inimigo, mas morreu pouco depois em 1648 no ataque a Olivença. Outros entraram aí mesmo na Ordem, como o mercador Lourenço Lombardo e ainda dois artistas, em 1619 Remacle Le Gott, aliás Inácio Lagott, nativo de Marchen-Famenne, que partiu para o Brasil em 1628, pintou na Baía, voltou expulso de Pernambuco e teria passado para a Índia oriental depois de 1636, e em 1639 o irmão Baltasar de Campos, nativo de Bolduque, a quem se atribuem obras na igreja de São

Francisco em Belém^[72]. Também filhos de mercadores se fizeram Jesuítas em Portugal como Abraham Bachillier filho e Josephus Guizenrode.

Entretanto, a maior parte passou apenas por Lisboa a caminho das missões asiáticas, americanas ou mesmo africanas na Etiópia, como Joannes Bouckyau em 1554, ou em Luanda. Geralmente gastaram um tempo bastante longo em Lisboa à espera da licença real indispensável para padres estrangeiros e de um barco, como na preparação da matalotagem. O primeiro a partir para a Índia portuguesa foi Gaspar Barzaeus em 1548, seguido de Marcus de Maecht, aliás Rodriguez em 1563, Rutger Berwoutz em 1578, Petrus Bolle, Lambert Rucius e Nicolas Paludanus em 1579, Theodore Mantels em 1583, Nicolas Trigault em 1606. Este último voltou para recrutar e embarcou de novo em abril de 1618 com mais quatro confrades galo-belgas. Entre estes encontrava-se o seu próprio irmão Elie, que deixou um interessante mas pouco conhecido tratado sobre a viagem à Índia, mas que morreu antes de chegar a Goa, como também os três outros padres Quintin Cousin, Hubert de Saint-Laurent e Jean de Celles^[73]. Mais oito passaram antes de 1650, entre os quais Henricus Uwens, aliás Buseius, que tinha acabado os seus estudos em Portugal entre 1640 e 1647 e foi ativo na corte dos Mogols em Agra até à sua morte em 1667^[74]. O futuro célebre astrónomo da corte celestial em Pekim, Ferdinand Verbiest passou em 1656-1657 quase um ano em Portugal, ensinando matemáticas no Colégio das Artes em Coimbra^[75]. Lá também, pouco antes, continuaram os seus estudos François de Rougemont e Ignatius Hartoghvelt, este último deixando um diário do quotidiano jesuítico^[76]. Philippe Couplet, depois do malogro do seu embarque em Cádiz para as Américas, mudou o seu destino pela missão chinesa e conseguiu em 1656 partir de Lisboa^[77]. Voltou para recrutar e levou em 1693 nada mais que quinze colegas. Morreu acidentado no navio pouco antes de atingir Goa. Entrementes, Antoine Thomas, que permaneceu em Coimbra em 1678-1680, foi em 1682 para a China, onde sucedeu a Verbiest em Pekim^[78]. No século XVIII seguiram ainda vários outros.

Na direção oposta, para o Brasil, Lisboa permitiu que partissem uma dezena de padres flamengos, incluídos os supracitados Le Gott e Campos^[79]. O primeiro, Joannes Dicus, passou primeiro cinco anos em Portugal antes do seu embarque em 1559 para a Baía e voltou em 1562 para Coimbra. Em Lisboa embarcou Jacobus Rolandus, controverso pela sua *Apologia* a favor dos Paulistas e adversário do padre António Vieira. Banido para São Tomé, recorreu a um mercador flamengo, Simon Granaet de Lisboa, para encaminhar a sua correspondência^[80]. Um futuro companheiro de Vieira, João Felipe Bettendorff, luxemburguês, mas ingressado como noviço na província galo-belga dos Jesuítas, permaneceu em 1658 quase um ano em Lisboa, no Colégio de Santo Antão, antes de poder embarcar para o Maranhão^[81]. Dedicava o seu tempo livre a visitar o Hospital para tentar converter os doentes heréticos e o Limoeiro, onde ensinava os presos a rezar o terço. Ao mesmo tempo escapava à disciplina muito severa do padre reitor, que lhe impôs uma

penitência por se ter demorado na casa de um livreiro depois da hora de Avé-Marias. Passou nova temporada, mais longa, em Lisboa de 1684 a 1688, quando foi expulso do Maranhão pelos colonos levantados por Beckmann. Pelo beija-mão e pela oferta de um mapa do Amazonas em repetidas visitas a D. Pedro II, em Salvaterra de Magos, conseguiu ganhar a confiança real e, logo depois da sua chegada, da nova rainha Sofia Maria de Neubourg, o que lhe permitiu finalmente voltar a partir para o Maranhão.

Muito mais, algumas dezenas, destinados às missões do Paraguai, saíram de Lisboa com escala na Baía ou no Rio de Janeiro^[82]. Um deles, o pintor Louis Berger, escreveu em janeiro de 1617 da Baía como foram bem recebidos em Lisboa *com a caridade portuguesa* e os Portugueses, *que querem bem à Nação Flamengo*, insistiam até para ficarem por lá^[83]. Um acolhimento bem diferente sofreu, em maio de 1769, o último jesuíta flamengo, Petrus Schoneman, expulso da Amazónia, quando foi levado de carro de bois à prisão no castelo de Azeitão^[84]. Quarenta dias depois foi levado num burro sem sela para embarcar para Cádiz, de onde somente em janeiro de 1771 chegou a Ostende. Durante quase dois séculos Lisboa funcionou como o principal elo de transmissão entre os Jesuítas flamengos e as suas missões ultramarinas, mesmo se ocasionalmente foi substituída por Amesterdão ou Ostende, e ganhava alguma evidência na poderosa máquina de comunicação desta Ordem.

Menos evidente e pesquisada e provavelmente bem menor foi a presença dos Franciscanos e Dominicanos flamengos. Dos primeiros mencionaram-se Trudopolitanus e Diogo de Emvez como capelão e intermediário com a Inquisição^[85]. Semelhante posição exerceram os frades dominicanos João de Anveres e Cristiano Simões em 1612. Os vínculos com a Flandres foram talvez mais estreitos através da presença de dominicanos portugueses como Luis de Sotomayor e António de Sena, que estudaram em Lovaina. Nesta Ordem entraram o mercador Adriaan Desselmans, com doação da sua biblioteca e mais filhos de mercadores, como Frei António do Rosário, filho de Geronymo Rouzeé, e os filhos de Gaspar de Mere, Gaspar Demeri y Souza, cosmógrafo e lente de matemática em Coimbra e Frei Fernando de Santo Agostinho ou os netos de João Dique, Manoel Dique, prior do convento de Elvas, e Martinho de Magalhães Dique, comissário do Santo Ofício em Santarém.

Excecional e precursora, no contexto da época, foi a expatriação em 1582 de dez clarissas flamengas e holandesas, procedentes de Alkmaar, Antuérpia e Saint-Omer, sob a direção da abadessa Clara dos Anjos e acolhidas em Lisboa no convento de Nossa Senhora da Glória^[86]. Em sentido inverso, pouco depois, no começo do século XVII algumas carmelitas espanholas reformadas por Teresa de Ávila vieram reforçar a contra-ofensiva católica nos Países Baixos. As freiras flamengas foram logo transferidas para o novo convento de Nossa Senhora da Quietação ou convento das Flamengas, em Alcântara, fundado com subsídios de Filipe II e de sua irmã Maria de Áustria, que receberá pouco depois noviças da

Nação Flamengo, às vezes muito jovens, como as duas filhas de João du Bois, com apenas 8 e 10 anos ou a filha de Jacques Timmermans, com 12 anos. A abadessa Martha de Santo António, nascida em Lisboa, mas filha do holandês Luis de Bem e da flamenga Mariana de Salinas, foi dedicada a Deus pelos pais com quinze anos em 1622. Uma outra, Maria da Encarnação tinha nascido na Baía de pais flamengos. Capelães flamengos serviram-lhes de confessor e diretor espiritual, como os franciscanos Frei Gaspar de Ayala e seu irmão Frei Manuel de São Bonaventura, e Dierick e Godefridus Coffermans. Benfeitores flamengos legaram nos seus testamentos dádivas como Carlos Winkelmanns, de Bruges, 300 cruzados em 1586, Jan Persin 125 cruzados em 1598, Helena de Campos 360.000 reis em 1610 ou pouco depois Helena van Arresele, que, além de servir como porteira com sua escrava, deixou esta para servir três anos e mais 40.000 reis. Entretanto, o convento abriu também as suas portas à sociedade portuguesa e tornou-se ao longo do século XVII uma instituição de prestígio com visitas reais, como a de D. Afonso VI em 1666^[87].

Impressores e livreiros

Decorrente destes contactos intelectuais e religiosos foi a implicação de flamengos na impressão e na importação de livros em Portugal. Um Pero Alberto, nascido por volta de 1549 em Antuérpia, trabalhava nos anos de 1566 a 1571 na oficina do impressor Marcos Borges, ao Arco do Cangrejo, e ajudou a imprimir o catecismo do arcebispo de Braga^[88]. Pela mesma época se encontrava na oficina de Germão Galhardo um Cornélio Flamengo, após a sua passagem por La Rochelle e Lyon, junto com João de Lião, e um ano de prisão pela Inquisição de Toledo. São poucos em comparação com os numerosos impressores flamengos em Espanha^[89].

Nos decénios seguintes, talvez menos críticos e mais livres de suspeitas contra impressores, esta falha seria largamente superada pela implantação da editora Craesbeeck^[90]. Esta pode comparar-se, sob muitos aspetos, à famosa Plantin-Moretus de Antuérpia e a sua instalação relacionava-se evidentemente com a infracitada venda de livros plantinianos por Pedro Moreto e logo a seguir com a vinda do artesão Pedro van Craesbeeck. O motivo da partida para Portugal do artesão-impressor de Plantin, Pieter Van Craesbeeck, não é muito claro, mas a fuga de distúrbios religiosos que se avançou frequentemente pode ser descartada, já que naquela altura reinavam uma relativa tranquilidade e tolerância. Estaria antes relacionado com o atrativo do mercado português num momento em que para a Oficina Plantiniana as encomendas do império espanhol tomavam cada vez mais peso na prosperidade da empresa. Os antecedentes familiares, confessadas pela filha Catarina na Inquisição de Lisboa, dão a Pedro van Craesbeeck a idade de 37 anos em 1609 e a cidade de Antuérpia como origem^[91]. Na contabilidade da impressora, Plantin mencionou a sua entrada em 1583 como aprendiz e o pagamento do salário de

tipógrafo desde 1589 até à sua partida para a *Espanha* em 1592. Casou por volta de 1596 em Lisboa com Susana Domingues, filha de Leonor Domingues de Anvers, por sua vez filha ilegítima do capitão João Rodrigues de Beja com a antuerpiense Maria Domingues. O dote talvez tenha facilitado a compra dos prelos, diretamente em Antuérpia ou dos Crombergers de Sevilha ou de Manuel de Lira. Pedro morou na rua do Crucifixo, que levava este nome pela imagem afixada no muro da sua casa, com um candeeiro aceso. Estabeleceu o seu ateliê na rua da Madalena. O seu prestígio crescente manifestou-se nos privilégios concedidos como membro da Nação Flamengo em 25 de agosto de 1605 e no de cavaleiro fidalgo da Casa Real em 25 de outubro de 1617. Foi reconhecido como impressor régio a 20 de maio de 1620 e obteve a exclusividade por dez anos da impressão do *Rituale Romanum*, em papel a importar de fora. Disponha provavelmente de prelos transportáveis, porque imprimiu uma vez no Colégio de Santo Agostinho, outra vez nos conventos de São Vicente e São Bernardo e ainda em Bucelas, e em 1608-1609 tinha uma impressora em Coimbra, na rua das Fangas da Farinha. Morreu em 14 de julho de 1632 em Lisboa, onde foi sepultado na capela da confraria flamenga de Santo André no convento de São Domingos.

As suas boas relações com a Nação Flamengo ficaram patentes em publicações como o folheto explicativo do Arco de triunfo dos seus conterrâneos na entrada de Filipe iii em Lisboa em 1619^[92]. Na mesma ocasião se encarregou da descrição do Arco dos mercadores alemães. O projeto destes arcos foi da autoria de João Batista Lavanha, que, por volta de 1605, passou algum tempo na Flandres. Outras conexões apareceram com a edição em 1608 da *Introductio in Graecam Linguam ex institutionibus grammaticis* de Nicolas Clenardus, um patricio prestigioso falecido há muito tempo, e da *Relación de como se ha fundado en Alcantara de Portugal iunto a Lisboa, el muy devoto Monasterio de N. S. De la Quietación, por la Catholica Magestad del Rey N. S. D. Phelippe ii de gloriosa memoria para las monjas peregrinas de S. Clara de la primera Regla, venidas de la Provincia de Alemania Baxa, despues de los hereges las aver perseguido; y desterrado de tierras en tierras por quatro vezes*, 1627, redigido por Soror Catarina do Espírito Santo, para o supracitado Convento das Flamengas de Lisboa.

Pedro Craesbeeck, como escreveu o seu nome segundo os usos do país, teve dois filhos, Lourenço, °1599, e Paulo, °1605, e mais quatro filhas, Catarina, Brites, Susana e Maria. Catarina casou com um dos seus oficiais, Manuel da Silva, que seria um impressor de pouca fama. Ela foi denunciada à Inquisição em 30 de janeiro de 1670, pelo irmão do seu genro, por feitiçaria^[93]. Em 21 de junho de 1671 saiu no auto-de-fé, condenada a cinco anos de degredo para o Brasil, pena comutada em exílio por três anos em Castro Marim, no Algarve. Também a sua irmã Susana, esposa do cristão-novo João Rebelo de Moura, parece ter tido problemas com os inquisidores. Brites morreu solteira, em 1639, em Coimbra e Maria não deixou descendentes do seu casamento com Manuel de Azevedo.

Pedro Craesbeeck enviou os seus dois filhos para a Flandres. Lourenço passou um longo período em Antuérpia estudando línguas. Teria mandado fazer a árvore genealógica da família antes de voltar. Em Lisboa trabalhou primeiro com o pai, para logo se instalar por conta própria em Évora, de 1620 a 1625. Voltou então para Lisboa e sucedeu ao seu pai como impressor régio. Por motivos de saúde, estabeleceu-se em 1639 em Coimbra com uma nova impressora, que funcionaria até 1648. Pelo casamento em 1645 com Maria de Ceixa Creada, filha de um magistrado, herdou uma propriedade em Couto de Verride, perto de Montemor-o-Velho, onde faleceu em 1673. De seus filhos, Gaspar perdeu a vida na Índia e Manuel entrou num convento; a filha Maria d'Anvers Craesbeeck casou com o nobre Francisco de Carvalho. Como impressor confundiu-se às vezes com Lourenço de Anvers, o editor da *Gazeta da Restauração*. Este podia ser um parente, pela tia de Susana Domingues, Leonor. Imprimiu o seu último livro em 1649 e tornou-se deputado da Junta do Comércio.

O segundo filho, Paulo, brilhou nos estudos em Antuérpia, mas foi chamado de volta pelo pai, que lhe abriu uma livraria na rua da Madalena, perto do ateliê, e mais tarde na rua Nova. Forneceu livros às ordens militares, como a Ordem de Cristo, usando às vezes o nome do irmão ou primo, Lourenço de Anvers. Quando seu irmão partiu para Coimbra, retomou a empresa familiar, utilizando o nome de *Oficina Crasbeeckiana*, mas sem o título de impressor régio. Melhorou a sua posição, escolhendo resoluto o Partido da Restauração em 1640. As suas relações com Antuérpia podem ter facilitado a vinda provável do gravador Lucas Vorsterman, que entrou em contacto com o escritor Francisco Manuel de Melo e fez o retrato de D. João de Castro para a *Vida de dom João de Castro quarto visorrey da India* de Jacinto Freyre de Andrada, 1651. Entretanto, a sua comunicação com o Norte certamente sofreu com a rutura entre Portugal e a Espanha e das hostilidades holandesas. Quando do seu falecimento, em 1664 em Lisboa, Paulo foi também repousar na capela de Santo André, em São Domingos.

Com a sua primeira esposa, Maria de Torres Veloso, Paulo teve só um filho, Pedro Craesbeeck, que trocou a sua atividade como livreiro e editor brevemente pela vida militar, como voluntário na Marinha, em 1641 e nas guerras contra a Espanha. Serviu em Angola e na reconquista de Pernambuco aos Holandeses sob Francisco de Brito e morreu na Baía em 5 de maio de 1665. Do seu casamento com Mariana Garcez, no Porto, em 1646, deixou vários filhos. Um deles, Paulo, morreu na Índia, ao passo que a filha Mariana Garcez Craesbeeck se casou em 1670 com Manuel da Serra, um comerciante de vida aventureira, mas com pretensões nobiliárquicas. Foi seu filho, o magistrado Francisco Xavier de Serra Craesbeeck que redigiu a genealogia dos Craesbeeck^[1673].

Das segundas núpcias com Cecília Soares, Paulo Craesbeeck teve mais quatro filhos, que usaram também o nome de Melo. O mais novo foi beneditino em Santarém, o outro, Diogo Soares Craesbeeck, aprendeu a negociar primeiro no Brasil e viveu depois

no Porto. O terceiro, António Craesbeeck de Melo^[1640] foi treinado para se encarregar da *Oficina Craesbeeckiana*. Casado com Inácia Maria de Carvalho e morador em um beco de Valverde, imprimiu em 1656, sob o seu nome, uma primeira obra: *La Sciencia do Bem, e do Mal*, de dois Jesuítas flamengos, Philippe e Ignace, talvez os supracitados Couplet e Hartoghvelt. A partir de 1663-1664 usou o título de impressor de Sua Alteza e em 1669 foi reconhecido como impressor oficial da Coroa Portuguesa, pouco depois também da arquidiocese de Lisboa e do Senado da Câmara. Recebeu em troca favores régios para os seus filhos, a promessa de um hábito na Ordem de Santiago para um filho, um lugar no convento para uma filha e uma pensão vitalícia. Francisco Xavier de Serra Craesbeeck caracterizou-o como um homem generoso e de confiança, erudito, que também escrevia. No seu falecimento em 1684, foi enterrado em Santo André.

O filho de António, Teotónio Craesbeeck de Melo, °1665, teve que tomar muito jovem a direção da *Oficina*, mas morreu assassinado em 1688. Sob a direção da sua viúva, a impressora sobreviveu ainda alguns anos, mas o seu cunhado, Rosendo, decidiu fechar o negócio em 1690 ou em 1695, contentando-se pessoalmente com uma função no Tribunal do Desembargo do Paço. Morreu em 1746 sem herdeiros, mas o nome Craesbeeck continuou vivo no Porto.

Entre os livreiros apareceu muito cedo Francisco de Belén, um mercador flamengo que em Lisboa, em 1518, devia cobrar dinheiro sobre dois tonéis de livros^[94]. Sobre os livreiros e a venda de livros no final do século XVI informou Pieter Moereteurff, aliás Pedro Moretus, que chegou em 1570 a Lisboa para aprender o ofício de lapidário^[95]. Instalado na casa de Philippe Holbijn, na rua *des Steres Jares de leglese de sjoan*, perto da igreja de São João, manteve correspondência com o irmão maios velho Jan Moretus, um aprendiz de Cristóvão Plantin, e nesta desvendava a *conversacie*, as conversas entre Flamengos, suas vindas e voltas, às vezes como portadores de cartas, como em 1574 Francisco del Campo, em 1575 *nosso bom amigo Jaques de Bois, feitor aqui de Gielis Hofman* ou em 1577 Gaspar Glas. Comentava também a situação geral: em agosto de 1572 soube que a frota de Lisboa foi retida pelos rebeldes em Vlissingen e que somente três navios alcançaram Antuérpia; em abril de 1575 reinava em Lisboa a paz, mas sem negócios por causa da carestia e durante a última Quaresma chegaram, principalmente da região de Aveiro, perto de sete mil pessoas, que, sem dinheiro para comprar trigo, deixaram a terra com fome. A sua última carta de 16.03.1577 registou a catastrófica fúria das tropas espanholas em Antuérpia, mas seguida da notícia da paz.

Moretus envolveu-se imediatamente em pequenas operações comerciais com o irmão e nada mais natural que tratasse também em livros, ainda mais que Jan Moretus se tinha casado em 1570 com Martine Plantin e sucederia na *Officina Plantiniana* como genro do mestre, quando de seu falecimento em 1592. Entre os livros procurados, citou os clássicos, Ovídio, Plínio, Salústio, Lucano, Vergílio, Túlio, livros de sucesso como a *Esfera*

de Sacrobosco, o *Orlando furioso* em espanhol, a *Diana*, os *Provérbios do marquês de Santillana*, e mais vocabulários de idiomas, horas portuguesas, *Flores dolorum*, mas em pequenas quantidades, de 4 a 6. Breviários, pelo contrário, encomendava às dezenas, como também bíblias, catecismos ou o concílio tridentino. Havia também um pedido de livros sobre o método da contabilidade. Surgiram entretanto problemas com o livreiro principal, que não aceitava livros não encadernados e pagava a prestações, como era o costume da terra. O seu mestre fez então um contrato com um outro livreiro, Jan de Molina Despaigne, um castelhano melhor acreditado, que pagava a contado. Este pedia, em meados de 1572, cem missais romanos, a metade encadernada e a outra não. Entre outros livreiros mencionava os nomes de Baltasar Sines e Jan Lopes. Em 1574 Molina comprava livros através de Abraham Bacier ou Bachillier.

No século XVII negociavam com livros os flamengos Adriaan Desselmans, Nicolas de la Cattoir, Pedro Moreto – filho do supracitado e casado em Lisboa em 1616 –, Gaspar Bellero, Francisco Lombaert. Este último recebeu em 1657 nada menos que 150 breviários, 75 Ofícios de São Francisco, 6 missais romanos e muito mais^[96]. Entre os importadores dos livros dos irmãos impressores Jeronimo e Juan Baptista Verdussen de Antuérpia constaram, por volta de 1670, Henrique de Moor, Juan Francisco Senoutzen, Jean de la Coste, Jacques Sevarts, Pedro e Jacques Stalpart, Willem Hichert, Leonardo Lusthof e Willem Kieckens^[97]. No século XVIII a tipografia plantiniana continuou a exportar centenas de *Mis-sale Romanum* para o Brasil, sem dúvida despachadas por um intermediário em Lisboa^[98]. Os últimos envios parecem datar dos anos de 1781-1786^[99]. A quantidade, variedade e continuidade dos livros destinados ao Brasil através de Lisboa podem constatar-se no catálogo da biblioteca do convento dos Oratorianos do Recife e também das bibliotecas dos Beneditinos do Rio de Janeiro e da Baía, sem esquecer o que se salvou dos Jesuítas, Carmelitas e Franciscanos, que merecem uma pesquisa similar com provavelmente resultados tão surpreendentes como os obtidos por Noël Golvers nas bibliotecas chinesas^[100].

Produtos flamengos contra produtos da terra

Despachar regularmente livros da Flandres para Lisboa ficou tanto mais cómodo que preexistia e perdurou por séculos um comércio de produtos mais corriqueiros ou preciosos e de cargas mais vultosas, que de certa forma eram a base infraestrutural da navegação. Da Flandres importavam-se desde a Idade Média panos de lã, toalhas de linho e têxteis mistos. Predominou por muito tempo a compra através da Feitoria portuguesa de Bruges e a iniciativa portuguesa ficou salvaguardada ainda em 1468, quando os privilégios dos Flamengos em Lisboa os obrigavam a pagar logo a dízima na Alfândega e vender, sem poder montar loja de tecidos^[101]. Os Portugueses ocupavam-se da revenda e distribuição. Até o rei do Congo D. Afonso foi presenteado com olandas

pelo rei D. Manuel em 1514. Na segunda metade do século XVI o quadro evoluía para um predomínio dos Flamengos de Lisboa no comércio têxtil. Importavam sobretudo *saaien* ou anascotas, tecidos de lã produzidos em Hondschoote, na região da Flandres *gallicante* ou francófona, em Bruges e mais tarde em Leiden e Haarlem, bem mais leves que os panos medievais e muito prezados no inverno português^[102]. Os tecidos de linho como as *cambraias* e *olandas*, que apesar do nome vinham sobretudo da região de Gante, destinavam-se ao Ultramar, se bem que em Lisboa já chegavam das Índias orientais produtos semelhantes mais fáceis de engomar, provavelmente precursores das chitas. Imbatível parecia o damasco de linho, de Courtrai e impresso com desenhos figurativos para sumptuosas toalhas de mesa, como a Nação Flamengo as mostrou orgulhosamente no seu pavilhão do banquete oferecido pelo casamento de Maria de Portugal com Alexandre Farnese em 1565: *una biancheria di tovaglie lavorati a figure di nobilissime antiche istorie*^[103]. Surgiam, cada vez mais procurados, os tecidos mistos de lã com algodão ou seda, como os *boeratten*, especialidade de Lille e da região vizinha, que tinham os seus próprios representantes em Lisboa, como nos anos de 1550-1560 Jehan Bigot, Le Moïsne, Thieffries e Jacques Dubois^[104]. Vendiam-se ainda por milhares em 1618, mas a moda imperava e os *mesolanes* de Tournai, com fios de seda em raiais, perderam o atrativo nos anos de 1630. Pelo contrário, as rendas conquistaram uma fama duradoura e um espaço considerável no vestuário clerical e colonial, se bem que menor em Portugal e no Brasil do que entre as elites hispanoamericanas. Os Flamengos não vendiam somente os têxteis da sua própria terra, mas negociavam frequentemente com tecidos ingleses como as *bayetas* de Colchester, as *peratudes* alemães, importadas através de Hamburgo, e sobretudo com *roanes* de linho da Normandia, onde em Rouen os seus correspondentes concorriam com os compradores cristãos-novos portugueses.

Noutro ramo forte e quase exclusivo dos mercadores flamengos tornaram-se os materiais para a construção, o armamento e as reparações do parque náutico português, que compravam não somente na Flandres como sobretudo nos países escandinavos e bálticos: madeiras, tábuas, pregos, velas, cordoaria, alcatrão... ou até um pulim com guindaste e ferros, como em 1441 pela Feitoria portuguesa de Bruges ou mesmo, entre 1437 e 1448, um engenho de relógio para o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra^[105]. Em 1512 Jácome de Olanda, mercador estrangeiro estante em Lisboa, obteve licença para erguer uma casa onde alojaria os mastros *em que tracta, por serviço e bem do reyno aver sempre abastança dos ditos mastros*^[106]. Deve ser o mesmo que Jacob den Hollander, residente em Lisboa, que começou em 1517, em conjunto com os herdeiros do seu companheiro falecido Herman van Drechem, um processo no *Grand Conseil des Pays-Bas* para recuperar as suas partes em três navios e em mercadorias enviadas para Lisboa por Cornelis Corneliszoon de Cock de Midelburgo. Somente em 1526-1527 obtiveram um julgamento parcialmente a seu favor, ao passo que tiveram que compensar os herdeiros de Cock pela

sua parte num dos navios e nos seus canhões e outros materiais vendidos em Lisboa. Se bem que o nome de Olanda apareça frequentemente, este Jácome talvez estivesse relacionado com o Olanda que participou na fundação da capitania de Pernambuco. Na *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552* João Brandão calculou que cada ano chegavam da Flandres dois mil couros e do *tabuado corrente de Flandres quinze a vinte mil dúzias e de duas a três mil dúzias de tábuas de marca grande*.

Também muitas armas se vendiam bem em toda a Península. Em setembro de 1549 o rei mandou comprar na Flandres *3000 cossoletes com seus braçaes, escarcelos, gorpaes e celadas e 3000 arcabuzes de Bohemia* e por esta época cuidavam da artilharia no novo arsenal Henrique Demvees, aliás Hendrik van Antwerpen, Guilherme Ostradama, Jácome d'Orta e Lamberto Henriques^[107]. Armas vinham naturalmente com os numerosos arcabuzeiros e bombardeiros, que embaixadores da coroa portuguesa iam várias vezes contratar na Alemanha, mas entre os quais se encontravam também Flamengos^[108]. Em abril-maio de 1578 chegaram a Belém uma vintena de urcas de Hamburgo e Flandres com as tropas de mercenários alemães, holandeses e walões contratados por Nuno Álvares Pereira para a cruzada marroquina de D. Sebastião^[109]. Além das armas e da pólvora comprou também bastante farinha, queijo e carne salgada. Tanto Filipe II como o líder rebelde Guilherme de Orange e os Estados Gerais tinham permitido a partida desta expedição e do material. A presença de tanta gente de guerra, alguns acompanhados pelas mulheres ou amantes e crianças, causou bastante alvoroço e perturbou certamente a comunidade flamenga de Lisboa. Esta deve ter intermediado na manumissão de algumas figuras proeminentes como Alfons Vanderheyden, filho de um burgomestre de Antuérpia, que ficaram por escravos depois da derrota em Alcácer-Quibir. Para depender menos dos fornecedores flamengos, Portugal procurou dotar-se com as suas próprias fundições de canhões e de outras armas. Assim, em 1589 mandou contratar em Bruxelas por oito anos Jean van Trier para instalar uma fundição de canhões^[110]. As *dinanderies*, as bacias e os anéis de latão ou cobre amarelo, fornecidas por Diego de Haro e Erasmus Schetz, eram muito procuradas para revender na costa da África ocidental^[111]. Ao lado destes grandes negócios, não se deve subestimar o pequeno comércio de todo o tipo de quinquilharia, como as lâmpadas em folha de Flandres, mechas em algodão, fechaduras, que o supracitado Pedro Moretus encomendou ao seu irmão, ou ainda balanças e pesos, cofres, tesourinhas, podões e cruzes. Estas bugigangas sustentavam no mundo ibérico a fama do *no hay más Flandes* e segundo o viajante Pyrard de Laval, as *petites bagatelles de Flandres* faziam milagres nas trocas com os nativos do Oceano Índico^[112].

Aliás, Moretus pedia ao irmão também toucinho. Estas carnes salgadas, a manteiga salgada – segundo João Brandão principalmente para as pousadas dos Alemães e Flamengos – o queijo flamengo e mesmo cerveja, mas sobretudo o trigo, podiam suprir a carestia ou a falta de alimentos numa grande cidade como Lisboa. Como ao longo do

século XVI os preços do pão subiram, o trigo, comprado no Báltico, tornou-se um negócio quase especializado, parcialmente em mãos dos próprios capitães de navios, que vendiam a sua carga no Terreiro. Entretanto, outros mercadores arriscavam-se ocasionalmente com uma previsão de altos preços, como em 1593 Jean Vivien e os irmãos van der Meulen de Rotterdam^[113]. Mas precisamente a chegada de muitos navios embaratecia os produtos e provocava grandes perdas. Por outro lado, remediar a falta, como em 1635 em consequência da penosa estiagem, não deixava de prestigiar um importador flamengo como João Hals, que graças aos seus contactos localizou trigo nos países mediterrânicos e conseguiu licenças para utilizar navios do inimigo holandês bem armados contra os piratas barbarescos^[114]. Uma condição era que deviam depois carregar sal.

Efetivamente, mais estruturante ainda neste comércio foi a oferta usual de boas cargas para a viagem de ida ou volta à Flandres, que promoviam a regularidade e a fluidez da navegação. Tratava-se de produtos tradicionais como o sal carregado em Setúbal e Aveiro, a cortiça, o azeite, as azeitonas, o vinagre, o mel, as alcaparras, as frutas secas como amêndoas e figos, as laranjas, os limões e os vinhos. Ainda no ano de 1570 chegaram a Arnemuïden ou Ramua, na boca do Escalda um total de 132 navios, dos quais 35 holandeses e 96 hanseáticos, carregados principalmente de sal^[115]. Sobre tudo as frutas da terra permitiam a participação de comerciantes menores, ocasionais ou debutantes em quantidades menores, como o supracitado Pedro Moretus, que despachou um tonel de azeite, suficiente para 36 potes, e mais um tonel de azeitonas para o irmão. Serviam também como presentes para estreitar as relações familiares ou comerciais. Entretanto, grandes carregamentos também apareciam, como as 33 pipas de vinhos de Azóia, despachadas por Louis Smitt em 1541 para Ramua, pouco antes da sua falência^[116]. As laranjas carregavam-se aos milhares e a sua penetração na cultura alimentar foi mais precoce e maior do que se imagina, precisamente graças ao elevado número de navios portugueses que se dirigiam para o Norte depois das colheitas^[117]. Alguns produtos prestavam-se a posições dominantes ou até mesmo a monopólios.

Foi o caso do contrato da cortiça, em 1456, nas mãos de Maarten Lam ou Lem, em Lisboa, pelo menos desde 1452, como correspondente de Zegher Parmentier e considerado pelo rei como *nosso natural mercador e escudeiro*^[118]. Interveio em vendas de joias a Jacques Fave e Berthelemy de Busere por Rombout de Wachtere de Bruges e em 1457 foi mencionado como procurador e tradutor dos mercadores flamengos. Em 1463 emprestou 3 milhões de reais ao rei para uma armada contra Tânger, mas recebeu também licença para ter escolta de seis homens armados. Da sua união com a portuguesa Leonor Rodrigues teve sete filhos legitimados em 1464, o que facilitou a sua ascensão social. Assim Luís Leme, mencionado como testemunha no Tratado de Tordesilhas e contínuo da Casa de D. João II, recebeu o foro de cavaleiro em 1497 do rei D. Manuel e apareceu depois como mercador e rendeiro da Alfândega do Funchal. A filha Catarina

casou com gente principal, primeiro com Fernão Gomes e depois com João Rodrigues Pais. Martim Leme, o Moço dedicou-se em 1481 ao comércio de trigo na Madeira, mas morreu novo, antes de 1485. O irmão António foi enviado à conquista de Arzila em 1471 e depois teve canaviais na Madeira, onde participou como vereador da vida municipal e teria sido, segundo Bartolomé de las Casas, um dos informantes de Cristóvão Colombo. Do seu casamento com Catarina de Barros, um dos sete filhos, António, foi para o Brasil, onde em 1544 foi juiz ordinário de São Vicente. Outro filho de Martim, João, foi enterrado na Madeira, onde a sua sepultura no convento de São Francisco tinha uma campa grande da Flandres. A mãe Leonor vivia ainda em 1500 em Lisboa com casa na Rua Nova dos Mercadores e também casas na Ferraria, encostadas ao muro da cidade e foi enterrada em São Domingos. Talvez por litígios com a coroa, Martim Lam, o Velho, voltou para Bruges, onde do casamento em 1467 com Adrienne Van Nieuwenhove procriou mais filhos. Morreu em 1485 em Lovaina. Martim ou pelo menos seu filho teve negócios com a Madeira. A cortiça continuou um comércio monopolista em 1562 nas mãos de Thielman Eychorn, aliás de Colónia, se bem que com vários associados^[119].

Açúcares atlânticos e outros produtos brasileiros

O volume e a variedade deste comércio ganharam muito desde a segunda metade do século XV com os açúcares, que consagraram Lisboa como o primeiro empório europeu dos produtos ultramarinos e coloniais e se tornaram sem dúvida o motor principal do crescimento da presença de mercadores flamengos em Lisboa. Na primeira fase tratou-se principalmente de flamengos de Bruges, como os irmãos Jan, Jacob e Wouter Despars, que recebiam ou vinham comprar o açúcar da Madeira a Lisboa desde 1468^[120]. No seu livro de contas apareciam, nestes últimos decénios do século XV, uma série de mercadores brugenses estabelecidos nesta cidade como intermediários em compras de açúcares como também de frutas e vinhos: Gerard de Mil, Ambrósio de Gavio, Liévin van der Mersch, Hendrik Nieulant, Jan de Boodt, Luis Gallant, Theune Louf, Joris de Munter, um Lombaerts e o tanoeiro Jan Dey. Este último ou seu filho podia ser o rico hospedeiro, mencionado por Jan Taccoen. Neste grupo deve-se situar também um tal Henrique, feitor de Thomas Perrot, que por volta de 1475 armou um navio para resgatar na costa africana. Este rompeu-se na costa da Mina e *ali comeram os negros trinta e cinco Framengos* segundo anotou Duarte Pacheco Pereira, na edição por Joaquim Barradas de Carvalho (Lisboa, 1991, p. 637).

Bem menos arriscado se tornou comprar terras na ilha da Madeira, como fizeram os Nieulant ou Terra Nova, Anrique e o irmão Guirarte, por volta de 1486-1494, arrendatários e proprietários de canaviais. A maior casa da ilha encontrava-se na Lombada da Ponta do Sol, pertencente a João Esmeraldo, dado como genovês por Gaspar Frutuoso, com

terras suficientes para chegar a produzir vinte mil arrobas cada ano e dono de oitenta cativos entre mouros, mulatos e mulatas, negros, negras e canários. Tratava-se do franco-flamengo Esmerault, que tinha também desde 1484 casa no Funchal, onde teria recebido Cristóvão Colombo. Casou na ilha com Águeda de Abreu, filha de João Fernandes, senhor da Lombada do Arco. Seu filho Cristóvão, com gostos de magnificência borgonhesa, *andava o mais do tempo na cidade do Funchal sobre uma mula muito formosa, com oito homens detrás de si, quatro de capa e quatro mancebos em corpo, filhos de homens honrados*. Aparecem nos documentos da Madeira outros nomes flamengos neste comércio triangular Flandres-Lisboa-Madeira: Francisco Dans ou Dhane (1482-1524), Ambrósio de Grave^[1499], talvez o supracitado Gavio, proprietário de canaviais; João Lombardo, irmão do brugense Jacob Lombaert (1497-1526), Janim Bicudo (1505-1521), António Leonardo (1508-1510), Pedro Gante^[1509], Diogo de Ana ou Haene^[1509], Martinho^[1509], Luís Álvares^[1517], Guilherme de Brume^[1517], Johan Twijn^[1517], Niculao Flamengo^[1537] e António Dias (1542-1600)^[121]. Navios flamengos dedicavam-se a esta pequena rota triangular Flandres-Lisboa-Madeira, trazendo, por exemplo, trigo na vinda, como nos anos 1505-1507, inclusive o supracitado armador das viagens a Jerusalém, Dirk van Paesschen^[122]. Entre os intermediários em Lisboa aparecia agora mais gente de Antuérpia, como Jacques de Groenenberger, aliás Jacobo de Monteverde (1506-1509), Bertelmeeus van Cathoven^[1507], Jan de Praet^[1510], Erasmus Schetz (ca. 1510), talvez confundido com um Gaspar Schetz. Alguns iam até à Madeira para efetuar os carregamentos, como Henricus de Ginckel^[1506]. Formava-se assim em Lisboa um conglomerado de Antuerpianos e Teuto-flamengos, sócios ou mesmo aparentados com Alemães de Colónia ou até da Alemanha meridional, mas também de Espanhóis e de Portugueses. Partilhavam interesses comuns no fretamento de navios e no controle dos seus capitães bretões ou flamengos e ajudavam-se através dos mesmos agentes ou feitores. No final do século XVI o açúcar da Madeira quase desapareceu nas importações flamengas salvo nos seus subprodutos como a arroba de conservas da ilha da Madeira, do tipo “sortes” ou de diferentes frutas, de um pequeno tonel com açúcar rosado, seis caixas de marmelada e ainda um pequeno tonel de conservas de flor de laranja, enviados pelo supracitado Pedro Moreto ao seu irmão. As iguarias da Madeira ou suas imitações sobreviveram pelo menos nas naturezas-mortas dos pintores de Antuérpia, Osias Beert, Clara Peeters e outros.

A riqueza da Madeira incentivou a partida de flamengos para os Açores, se bem que um capitão flamengo Miguel Armão, aliás Michel Herman, teria primeiro em 1452 transportado presos para lá a pedido do rei^[123]. Atribuem-se à intervenção da duquesa Isabel junto do irmão Henrique as nomeações de Jácome de Bruges e de Joost de Hurtere, aliás Joz de Utra, como capitães donatários, respetivamente da Terceira e do Faial. Os dois seriam nobres flamengos com ambições feudais e fundiárias, mas pouco avessos a negócios com produtos agrícolas. Quando levaram para lá familiares, como Balduino de Utra e

colonos como os Van Aertrycke ou da Terra, Bulskamp ou Bulcão, Van der Hagen ou da Silveira, de Bruyne ou Brum, esperavam talvez poder plantar nestas ilhas a tão valorizada cana. Como esta não prosperou, tiveram que contentar-se com trigo, pastel e produtos laticínios. Um Fernão van Olmen, aliás de Olmos, lançou-se numa expedição no Atlântico. Esta presença flamenga teria atingido dois mil segundo Martin Behaim em 1466 ou mil e quinhentos segundo Jerónimo Münzer em 1494, estimativas provavelmente mais do que exageradas. O primeiro casou-se com a filha de Hurtere e o segundo residiu na sua casa, na praça maior perto do Convento de São Domingos, em Lisboa, mas ambos jamais viajaram até lá^[124]. Muitos Flamengos açorianos, como de Hurtere casado com Brites de Macedo, mantinham casa, parentela e descendência, às vezes ilegítima, em Lisboa.

Esta cidade facilitou, na falta de açúcar nos Açores, um segundo episódio do comércio açucareiro flamengo. Nos primeiros decénios do século XVI os mercadores brugenses e logo depois os de Antuérpia descobriram o açúcar das Canárias e prolongaram por aí a sua investida comercial e também patrimonial e nobiliárquica no Atlântico sul como uma espécie de pré-conquista do Novo Mundo. As Canárias, ainda mais que a Madeira, prestaram-se a familiarizar estes Flamengos com a compra de terras, a plantação de canaviais e a exploração de engenhos, particularmente em Tenerife e em La Palma^[125]. Santa Cruz de La Palma chegou a ter uma *nación portuguesa y flamenca* segundo Manuel de Paz-Sánchez^[126]. Encontram-se várias indicações de que Lisboa servia frequentemente de escala ou de intermediária nestas relações, como quando o mercador Girart van Ghis-tele, residente em Lisboa, servia por volta de 1516 os interesses de Thomas Vandewalle de Bruges nas Canárias. Jaques de Monic ou Muncq, natural de Bruges, °1537, residente em La Palma casou-se em 1556 com Beatriz Martin, dotada com 2500 ducados e partiu para a Flandres para regressar depois por Lisboa^[127].

Na segunda metade do século XVI as ilhas Canárias tornaram-se uma escala interessante ou quase obrigatória de Flamengos de Lisboa para abastecer-se e comprar vinhos e outros alimentos para vender no Brasil. Em 1565 Luis Vandewalle Cervellón ou el Mozo, casado nas Canárias com Águeda de Brito, filha de português assentado em La Palma, fez cobrar 500 cruzados, provavelmente sobre a venda de vinhos, de Sebaldo Lins em Lisboa, de onde este partiria para Pernambuco^[128]. Nos anos de 1560 estas relações intensificaram-se, como entre António de Guzmán, natural de Antuérpia, em La Palma, e Justo Fife, Flamengo, residente em Lisboa^[129]. Sidrach Esquete, o infracitado filho bastardo do cônego Willem Schetz, irmão de Erasmus Schetz, figurou em 1560 numa escritura sobre o pagamento de uma carga enviada a Anes de Ayzel, mas foi feitor do engenho de Melchor de Monteverde. Seu sogro era Juan Gamel de Lisboa e seu cunhado Derique Nicolao. Outro agente dos Schetz em Lisboa, Guillermo del Reno, apareceu em 1561 como feitor do engenho de Tzacorte em La Palma e passou a formar em 1565, depois de uma viagem à Flandres, uma companhia com Pablo Vandale de Antuérpia.

Este engenho flamengo de Tazacorte importava milhares de formas para fabricar o açúcar de Portugal. Mais tarde, mercadores flamengos de Lisboa continuaram a comprar vinhos nas Canárias para os enviar à Baía e a Pernambuco como em 1585-1589 Pedro Huésterlin, em 1603 Justo Bouvaert ou ainda em 1629 Conrado de Brier para João Hals em Lisboa^[130]. A intensificação destas relações de Lisboa com as Canárias acompanhava de certa maneira o desenvolvimento da produção açucareira no Brasil.

Entrementes, os açúcares da Madeira e das Canárias tornaram-se insuficientes para abastecer um mercado flamengo em plena expansão, com numerosas e grandes refinarias em Antuérpia e complementava-se cada vez mais com o açúcar de São Tomé. Pelas contas da feitoria portuguesa de Antuérpia chegaram lá entre 1535 e 1551 pelo menos 143 navios com quase meio milhão de arrobas de açúcar, em boa parte santomense. Os engenhos e o próprio comércio parecem ter sido exclusivos dos cristãos-novos, mas conhecem-se os nomes de pelo menos dois residentes flamengos em São Tomé, Antoinette Raes e Jan de Clercq^[131].

Quando o açúcar santomense atingiu o seu máximo, por volta de 1578, a produção brasileira já era suficiente para a substituir em quantidades quase decuplicadas a cada decénio e nestas transações para o mercado da Europa setentrional. De novo Lisboa servia de trampolim para os investidores flamengos, que se reservaram desde o início uma parte maior. Um mercador de Hasselt residente em Lisboa, João van Hilst, abriu o caminho nos anos de 1540, quando se tornou sócio de Martim Afonso num dos primeiros engenhos em São Vicente e logo envolveu o seu cunhado Erasmus Schetz^[132]. Este tinha passado uma temporada em Lisboa com alguma entrada na corte, mas vivia naquele altura em Antuérpia, onde, como financeiro de Carlos V e já senhor de Grobbendonk, recebeu em 1549 o imperador junto com o herdeiro Filipe e a rainha D. Leonor, viúva de D. Manuel, na sua sumptuosa casa de Antuérpia, *Huis van Aken*. Em pouco tempo adquiriu o engenho na sua totalidade e mandou um novo feitor para lá, seja João van Hilst, o Moço, seja o supracitado sobrinho Sidrach Esquete, seja Pedro Rouzée. Este insistiu na necessidade de fortalecer o engenho contra ataques de índios ou franceses, na compra de mais terras e escravos e no envio de alimentos mais nutritivos, como carne e peixe salgado. Parece plausível que Schetz visava tanto uma exploração capitalista como o prestígio senhorial à moda dos seus conterrâneos na Madeira, nos Açores e nas Canárias.

Seus filhos, Gaspar, Baltasar, Melchior e Conrad, adquirindo outros senhorios na Flandres, investiram ainda mais nas suas ambições nobiliárquicas e políticas e ocuparam posições de destaque tanto no comércio mais orientado para o Báltico, como nas finanças de Antuérpia e da coroa espanhola. Mesmo assim continuaram a rentabilizar o seu “engenho dos Erasmos” brasileiro, enviando com escala em Lisboa navios, equipamentos e novos feitores flamengos ou italianos. Estes, se bem que vigiados e admoestados pelos Jesuítas amigos dos Schetz – entre eles o próprio José de Anchieta –, parecem ter favorecido os

seus próprios interesses ou preferido a companhia das mulheres da terra. Além do mais, os irmãos Schetz sofreram bastante das turbulências político-religiosas, falência e mortes. A partir dos anos 1580, a terceira geração descuidou a sua propriedade ultramarina, que acabou incendiada em 1615 por outro Antuerpiense, Joris van Spilbergen, ao serviço da Companhia das Índias holandesas.

Entrementes a produção açucareira brasileira deslocou-se mais para a costa nordestina e levou os Flamengos de Lisboa a instalar engenhos em Pernambuco e na Baía. Os de Olanda e os Lins, Alemães mas muito relacionados com Antuérpia, foram nos anos de 1560 dos primeiros, seguidos por um Rombaut ou Romão Perez, talvez um membro da família Pels, que em 1568 pretendia enviar para lá o seu cunhado Francisco de Campos. Este pouco antes de embarcar foi preso pela Inquisição pela posse de livros flamengos suspeitos^[133]. Mais tarde, no começo do século XVII, Gaspar de Mere, filho de um burgomestre de Antuérpia, era proprietário do engenho Maratapagipe, no Cabo de Santo Agostinho – desenhado por Frans Post –, mas que teve que abandonar pela invasão dos Holandeses. Estes destruíram anteriormente, em 1599, perto de Salvador na ilha de Itaparica, um engenho pertencente a Duarte Osquer ou Hoelscher, desta outra família teuto-antuerpiana e casado com Magdalena Holsquor, por sua vez irmã de Manuel Vandale, um Flamengo ativo no Brasil por várias décadas, inclusive em São Paulo^[134].

Além destes donos de engenhos, bastantes Flamengos partiam de Lisboa para trabalhar ou comerciar no Brasil. Assim, o jovem brugense Antonio Billet, aliás Vylhet, chegou por volta de 1589 a Pernambuco e pretendia abrir uma loja de ourivesaria^[135]. Como não foi aprovado pelo mestre Francisco Mendes, um cristão-novo, colocou-se primeiro como aprendiz de ourives com o cristão-velho António Ferreira e, em seguida, foi contratado como caixeiro de Fernão Soares do engenho Fazenda Nova. Na visita da Inquisição em 1595 foi acusado de palavras suspeitas sobre o Purgatório, de ter faltado à missa e chorado na execução de piratas ingleses. Diante do inquisidor justificou-se que, da sua experiência pessoal, o Purgatório devia encontrar-se no engenho, onde os seus denunciante, dois marceneiros, armados de arcos e flechas e juntos com um bando de negros, o tinham amarrado. Por causa da sua juventude e boa conduta foi condenado apenas a uma abjuração *de levi*, penitências espirituais, instrução de dois meses num convento e pagamento das despesas. Pouco depois seguiu pela rota da Prata para Lima, onde exerceu como ourives.

Outro Flamengo preso pouco depois, Andries Pieters, aliás André Pedro, tinha servido ainda muito jovem um mercador flamengo, Ludovico, em Lisboa, antes de embarcar por volta de 1585 para Pernambuco e servir lá o mesmo Fernão Soares durante ano e meio^[136]. Em seguida representou os negócios de João du Bois de Lisboa, de Adriaan Van Nispen e Guilherme Maes de Antuérpia e acompanhou várias viagens de urcas entre a Flandres, Lisboa ou Cádiz e Pernambuco. Segundo os seus denunciante, Agostinho de

Olanda, filho de Arnaldo de Olanda, um dos companheiros do donatário da capitania, Duarte Coelho, e sua mulher Maria de Paiva, durante um almoço no seu engenho Pedro teria comentado que era melhor confessar-se diretamente a Deus do que a clérigos amancebados. Outras denúncias e as suas próprias confissões a respeito de dúvidas sobre a Virgem Maria como intercessora, blasfêmias, a posse de estampas suspeitas de Jerusalém e de Moisés e a sua simpatia pelos invasores ingleses agravaram o seu caso. Se bem que tenha solicitado clemência em compensação *dos maus tratos sofridos nesta terra*, de pouco adiantou e foi remetido à Inquisição de Lisboa. Perto da costa portuguesa o navio foi tomado por Ingleses e assim Pedro acabou por chegar a Antuérpia em março de 1596. É notável que, munido com um certificado de confissão dos Jesuítas e recomendado como bom católico pelo Magistrado da cidade, ele tenha ousado voltar a Lisboa e apresentar-se à Inquisição. Confiado às Escolas Gerais e aos cuidados do Jesuíta Hertoghe e com caução dos mercadores Lamberto Ustaert e João du Bois, o seu caso foi finalmente suspenso. Em Pernambuco Pedro tinha mencionado vários conterrâneos como Jan de Betta, Guilherme Fautier, Manuel Nunes Framengo, Nicolas Silvestre, Jan Emperador, Estevão Sneeuwater, Paulo Sieverts, Baltasar Bolaert e Henrique Bernardes. Alguns deles, juntos com Gaspar de Mere, João Castelo ou Lucas Vande Venne, carregavam no Recife açúcar em urcas com destino à Flandres ou Hamburgo e pagavam fiança dos direitos a serem pagos em Lisboa pelos seus conterrâneos aí correspondentes, no caso João du Bois, Henrique Bernardes, Jerónimo de Vadder e João Godines^[137].

A alta fiscalidade em Lisboa foi mais um pretexto para favorecer, em paralelo com a rota Flandres-Lisboa-Brasil, um novo eixo Hamburgo-Flandres-Brasil, com escalas na ida e geralmente também na volta, em Viana do Castelo ou no Porto para trocas de bandeira e, parcialmente, de tripulação^[138]. Se já por volta de 1570 boa parte do açúcar de São Tomé transitava para o Norte da Europa pelo Porto, os portos nortenhos em seguida intervieram no açúcar brasileiro e aumentaram a sua quota, ainda mais quando todos os portos peninsulares deviam, pelos embargos repetidos de 1585 a 1609, fechar-se aos navios dos rebeldes holandeses. Graças às suas autoridades, mais compreensivas, os portos do norte de Portugal permitiam todo o tipo de substituições de Holandeses por Hanseáticos. Dois processos da Inquisição focaram este meio dos bombardeiros e marinheiros flamengos, quando um deles, Pieter Cornelis, aliás Pero Corneles, originário de Dunquerque e de 21 anos, foi preso na Baía em setembro de 1599^[139]. Durante as reparações do barco teria, segundo o denunciante, um Alemão de Lubeque afirmado que as leis de Lutero e Calvino eram melhores e mais subtis. Interrogado na presença de um conterrâneo, Henrique Pamelaert, caixeiro de Manuel Vandale, pareceu ter sido influenciado muito jovem durante as navegações por outros marinheiros zelandeses e holandeses calvinistas. Enviado à Inquisição de Lisboa e interrogado na presença do capelão dos Flamengos Frei Cristiano Simões, este *bombardeiro idiota e moço* denunciou

outros colegas flamengos desta rota, como Cristóvão Mendes e Thomas e mais alguns casados com Portuguesas em Viana, Cornelles Lenardes, João Paulo, Machado Godote e João de Sambarque. Foi condenado a abjuração no auto de fé na Ribeira a 3 de agosto de 1603 e a prisão a critério dos inquisidores. Como já tinha ficado preso muito tempo, foi logo libertado em outubro, mas obrigado à residência em Santa Maurinha. Recusou-se a usar o sanbenito e foi admoestado, mas pouco depois fugiu de navio. Outro marinhheiro, João, foi preso depois de ter afirmado no início de 1604, numa viagem de Viana ao Recife do barco São Francisco, de Gaspar Pires Maciel e na presença de conterrâneos e de clérigos, que *a lei de Lutero era tão boa como a de Deus*^[140]. Levado para Lisboa, foi solto por falta de provas.

Bem mais penoso foi o percurso de Alberto Jacobs, aliás Broque, que chegou remetido da Baía a Lisboa no final de 1604^[141]. O seu calvário na Inquisição incluiu repetidos interrogatórios, com o jesuíta Nevius como intérprete, torturas no potro e durou pelo menos até à sua abjuração *de levi* no auto de fé de 19 de novembro de 1606, na Igreja do Hospital de Todos os Santos, quando foi entregue às Escolas Gerais para sua instrução religiosa. Broque, nascido em Haarlem em 1583, veio muito jovem como marinheiro duas vezes a Aveiro e foi para a Guiné e o Rio da Prata antes de chegar ao Brasil, em 1599. Trabalhou primeiro dois anos em São Vicente com Hieronimo Maya no supracitado engenho dos Erasmos e, em seguida, como barqueiro no engenho del Rey de Fernão Ribeiro de Sousa, na Baía. Lá, a sua falta à missa e às confissões, as suas proposições heréticas contra a transubstanciação, a supremacia do papa e as imagens de santos e piadas sobre o *et cum spiritu tuo* na missa, que o acólito do padre obtinha cutucando um galo, qualificaram-no para o dono, o mestre de açúcares e outros colegas de trabalho como um calvinista convicto. Reconhecido como tal pelo bispo, assistido por nada menos que o Jesuíta Fernão Cardim, e preso desde julho de 1603, foi embarcado para Lisboa.

Pela ascensão deste novo comércio triangular Flandres-Porto-Viana-África-Brasil nada mais natural que os Flamengos de Lisboa se ramificassem com os seus familiares como agentes nestes portos nortenhos, como foi o caso dos Pels-Snel ou Pels-Sinel^[142]. Mesmo assim, estes precisavam em diversos casos de desvios, embargos ou pagamentos da mediação dos seus conterrâneos de Lisboa, que pareciam dominar melhor as transações com a Baía ou o Rio de Janeiro. Foi o caso de Henrique Vos, de Matias van Lom e dos de Pachtere. Lisboa servia também de retaguarda para os Flamengos leais, mas expulsos do Brasil como suspeitos de conivências com o inimigo ou em retaliação pelos ataques holandeses nas costas brasileiras de Olivier van Noort e Paulo van Caerden. Assim, chegaram por volta de 1606 Henrique Bernaldes, Justo Guzman, Manuel Vandale e Gaspar de Mere. Estes dois últimos pleitearam e prepararam aí o seu regresso ao Brasil. Gaspar, solteiro, morando ainda em 1615 na Pichelaria, deve pouco depois ter voltado a Pernambuco, onde durante a invasão não passou para o lado dos Holandeses, mas abandonou

o seu engenho e fugiu para a Baía^[143]. Mais tarde um filho voltou para Portugal, onde chegou a lecionar matemática em Coimbra.

Além disso, a rota Brasil-Porto ou Viana-Flandres ou Hamburgo, apesar da sua conivência com os interesses dos comerciantes e refinadores cristãos novos, flamengos e holandeses de Antuérpia e Amesterdão, sofria muitas perdas pelas contínuas tomadas por piratas ingleses e sobretudo zelandeses e holandeses. Recebeu um golpe ainda mais rude, quando a WIC ou Companhia das Índias Ocidentais resolveu atacar e conquistar a Baía em 1624 e Pernambuco em 1630. Com as suas guerras e destruições ela deu na realidade um tiro no pé ou matou a galinha dos ovos de ouro. Se durante os seis anos da governação de João Maurício de Nassau a produção pernambucana e paraibana se restabeleceu, os engenhos da Baía e do Sul do Brasil ganharam importância no abastecimento de um mercado europeu ainda mais expansivo. Este, aliás, não se limitava somente à Holanda ou à Alemanha, mas extendia-se, além de Portugal e dos Países Baixos espanhóis, também à França e à Itália. Ao lado da rota do açúcar para o Norte, não se deve subestimar a do Mediterrâneo, onde o açúcar brasileiro abastecia as refinarias de Veneza e Livorno.

Os Flamengos de Lisboa, que sabiam como alcançar as praças comerciais destes países, intensificaram de novo o seu papel de exportadores de açúcar brasileiro. Deve ter sido o caso de Veneza, para onde já entre 1594 e 1604 António Vanrode, Sebastianus Bacler ou Bachelier, Louis Godin, Bernardus Mainerus, Francisco della Corona ou Julien del Court despacharam de Lisboa^[144]. Em 1592 Armano Vermeeren – provavelmente o tapeceiro supracitado – apareceu como proprietário do *Falcon bianco*, carregado de açúcar de Lisboa para Veneza. O supracitado Gaspar de Mere teria ido para Lisboa provavelmente por encargo dos Mannaert de Veneza.

Que Lisboa manteve ou recuperou rapidamente a sua preeminência sobre Viana e o Porto, isso devia-se ainda à importação do pau-brasil em forma de contratos com a Coroa, nos quais participaram Flamengos como Henrique Bernardes ou Jácome Fixer. Recebia outros produtos brasileiros, menos pesquisados, o tabaco, o gengibre e as drogas do sertão. Papagaios, guacamayos ou araras, tucanos, micos e macacos, âmbar, conchas e outras curiosidades, como as enviadas por Filipe III de Lisboa, em agosto de 1619, à sua irmã, a governadora Isabel, passaram para a Flandres como presentes, mas eram, tendo em vista a sua onnipresença nos inventários antuerpianos, sem dúvida também negociadas^[145]. Mais tarde, no século XVIII, os couros brasileiros seriam muito procurados pelos curtumes dos Países Baixos, então já passados para a soberania austríaca.

Mais pedras preciosas que especiarias orientais

Os feitos portugueses no Oriente repercutiram-se na Flandres em várias publicações e deviam atrair aventureiros a Lisboa para embarcarem nas frotas da Índia^[146]. As conquistas espanholas levariam um pouco mais tempo para a sua ampla divulgação, ao passo que nos primeiros decénios Sevilha nunca apareceu de maneira tão proeminente como Lisboa. O primeiro relato foi o de um certo Calcoen^[147]. Dele se sabe que tinha navegado antes, como outros bombardeiros alemães e flamengos, na expedição de João de Menezes à África do Norte, derrotada em 1501 em Mers el Quibir, perto de Oran, e que ficou seis meses em grande pobreza na costa da Berberia. Seguiram-se pouco depois outros folhetos como *Van Pape Jans landen*, Antuérpia, Jan van Doesborch, 1506, e *Die reyse van Lissebone*. Antuérpia, Jan van Doesborch, 1508.

Um neto de Flamengos, o supracitado Henrique Leme (°1494), fidalgo da Casa Real, título que obteve *em auto de guerra em armas e aventuras*, partiu em 1512 para a Índia^[148]. Chefiou em 1522 uma expedição a Bantam, plantou um padrão e conseguiu do rei de Sunda um contrato para um estabelecimento português nesta ilha, mas morreu pouco depois, em 1523, no ataque do sultão e afogado numa tempestade^[149]. No seu testamento não esqueceu os parentes em Lisboa. Rutger Gelders, aliás van der Hapt, teria sido armado cavaleiro por D. Manuel por causa dos seus feitos na Índia. O arrendatário da peagem de Iersekeroord, Jacob Willemsz. embarcou em 1522 para *Calckoeten*, Calecute. De Jacques le Roy sabe-se apenas pelo epitáfio que prestou serviços a D. João III na Índia.

Se as especiarias e particularmente a pimenta transitavam em primeiro lugar pelas mãos de alguns grandes mercadores portugueses, italianos, alemães meridionais e espanhóis, alguns teuto-flamengos procuraram também entrar nestes negócios em conexão com a sua importação de objetos metálicos, armas e latão. Deste último, Nicolas van Richtergem, originário de Aquisgranis, mas residente em Antuérpia, tinha um tipo de monopólio. O seu genro Erasmus Schetz, casado com a sua filha Ida, foi representá-lo em Lisboa e começou depois da morte do sogro, em 1510, a sua ascensão a um dos mais importantes mercadores flamengos, com entrada junto dos reis D. Manuel e D. João III. Especiarias puderam chegar pelas suas mãos à Flandres, mas depois subsistem poucos dados sobre outras transações por Flamengos de Lisboa. De uma carta de Loys Godines, de Lisboa em 3.06.1601, a Jan van Immerseel, aprende-se apenas a chegada do São Francisco de Goa, com bastante pimenta (6500 quintais), muita canela, muito diamante, mas caros, e muita "lingerie", têxteis^[150].

O principal negócio oriental dos Flamengos tornou-se, pelo menos a partir dos anos de 1550, a compra de diamantes e a sua lapidação em Antuérpia ou mesmo em Lisboa. Nos processos da Inquisição apareceram vários nomes de lapidários e ourives: Homar em 1541, Reynaldo em 1551-1556, Hans van Munster, aliás Moster em 1553-1556, Mestre

Guilherme em 1555, Pedro Muster em 1557, Ulrique e Hans Frances em 1558, Cornelis Jangolense com o mestre Geraldo Harens em 1566, Cristóvão Rademecker, aliás Radanec com o mestre Valentim Fernandes em 1567, Guido Flamengo aprendiz em 1571, Pedro Corte em 1571-1586, Roberto Flamengo trabalhando com pérolas em 1590 e Francisco Rainero em 1591^[151]. Vários moravam na Rua Nova dos Douradores. Outros nomes constaram das cartas do supracitado Pedro Moretus, ele mesmo aprendiz na casa de um mestre flamengo, ao passo que noticiava a chegada de pedras nas frotas e tratava em pequenas quantidades. Segundo notícias da Terceira em agosto de 1571, a frota trazia poucas especiarias e pedras, que resultariam caros. Dentro de cartas escritas em 1572 pelo seu mestre ao ourives Hans Wymans na Clarestraet em Antuérpia seguiam 149 diamantes, pesando cinco quilates e meio. Em março de 1572 enviou de novo 50 diamantes pequenos, pesando cinco quilates e meio, que pagaram 20 ducados. Em 3.02.72 noticiou a chegada do jovem Hans Glaser recomendado pelo seu pai ao seu mestre para lhe dar trabalho. Infelizmente não havia trabalho e o próprio Pedro encontrava problemas, pelo preço elevado das pedras, mas mesmo assim podia ficar na casa do seu mestre. Tratava-se de uma prova de solidariedade do grupo, se bem que foi também pelo interesse de não ferir a imagem dos Flamengos. Mais tarde emprestou a este Glaser seis florins para o seu retorno por terra. Outros portadores de cartas foram, em 1575, um aprendiz de ourivesaria, Furtreys Gysmans, que *esteve com Bartolomeus Bordt* e, em 1577, Gaspar Glas, caixeiro do lapidário Abraham Bacler ou Bachillier.

Os Flamengos que não se contentavam com postos subalternos nos escritórios, arriscavam a viagem à Índia, como em 1578 Johan Condertorf, sobrinho de Gaspar Condertorf, cujo cunhado Juan Galao abriu no ano seguinte falência em Goa. Dirck Gerritsz. Pomp, originário de Enkhuizen, um porto da Holanda muito ativo na navegação para Portugal, foi enviado em 1555, com apenas onze anos, pelos pais a Lisboa, onde tinha duas tias casadas com mercadores holandeses^[152]. Frequentou a escola durante cinco anos, aprendeu português e pôde assim servir de tradutor nos barcos holandeses. Partiu em 1568 para Goa como bombardeiro e serviu pelo menos até 1590 em muitas viagens asiáticas, adquirindo conhecimentos da China e do Japão, que comunicaria ao concidadão Van Linschoten e que lhe deram o sobrenome de Dirk China. Casou na Índia com uma mulher de Bruxelas, Johanna Willemsz, mas a morte dela no Malabar teria sido um motivo para voltar à Holanda. Aí participou ainda da expedição holandesa de Mahu e Cordes, que naufragou nas costas do Chile. Heyndrick Dirrecksen Jolink, de Zutphen foi, ainda adolescente, servir em Lisboa o mercador Willem van Coelen de 1580 a 1584 e efetuou a partir de 1585 várias viagens ao Ultramar português, para Goa e Cochim, Guiné e Brasil. A sua experiência foi posteriormente aproveitada nas expedições holandesas^[153].

O mais famoso e influente foi Jan Huygen van Linschoten, autor do *Itinerário*, um manual decisivo para a penetração dos Holandeses na Ásia, que em tradução inglesa,

francesa, alemã e em latim circulou pela Europa inteira^[154]. Deixou a cidade natal de Enkhuizen em 1579 com dezasseis anos rumo a Sevilha, onde tinha dois irmãos. A perspectiva da ascensão de Filipe II ao trono de Portugal levou-o a acompanhar um fidalgo holandês a Lisboa, onde presenciou a entrada do novo rei e passou ao serviço de um mercador como aprendiz. Pela falta de bons negócios preferiu então, com a recomendação do seu irmão, colocar-se entre os mais de quarenta criados do novo arcebispo da Índia, Frei Vicente da Fonseca, e partiu com eles para Goa em 1583. Durante mais de cinco anos recolheu todas as possíveis informações, principalmente de patrícios residentes ou de passagem, como o supracitado “China”. Mesmo durante o seu regresso completou, numa escala em Santa Helena, o seu relato com os dados fornecidos por Gerrit van Afhuysen, um antuerpiense que estivera em Malaca. Na escala seguinte nos Açores ficou por dois anos, executando o famoso mapa da cidade da Terceira. Em 1592, passando por Lisboa, voltou à cidade natal e tornou-se um dos inspiradores e guias das novas navegações holandesas.

Na altura do seu regresso à pátria outros Flamengos e Holandeses, como o cartógrafo Petrus Plancius e o homem de negócios Reynier Pauw de Amsterdam, já tinham alguns anos antes identificado Lisboa como o melhor lugar para obter conhecimentos mais detalhados dos roteiros asiáticos. Assim, por volta de 1592 enviaram aí dois jovens de Gouda, Cornelis de Houtman (° ca. 1565) e seu irmão mais novo Frederick (°1570), filhos de um cervejeiro^[155]. Estes conseguiram, com presentes e lautos almoços, questionar gente regressada da Índia. Por esta razão teriam sido presos pelos Portugueses, se bem que outra fonte atribuiu a sua prisão aos piratas turcos. De toda a maneira, em ambos os casos, foram soltos mediante fianças de mercadores amstelodamenses presentes em Lisboa. A sua desventura foi incorporada nos primeiros relatos dos grandes feitos ultramarinos holandeses à procura de justificação e de heróis, tanto mais que Cornelis liderou a primeira expedição, em 1595, e foi assassinado durante a segunda, em 1598.

Se os Holandeses acabaram assim por quebrar quase por completo o tráfico português das especiarias, levavam muito mais tempo a instalar-se no trato dos diamantes e das pedrarias. Este resistiu por muito mais tempo, em boa parte nas mãos de Flamengos “obedientes” ou leais inseridos no comércio luso-espanhol. Ao mesmo tempo reforçou-se pela combinação da Carreira da Índia portuguesa com o antigo caminho por terra e por mar através do Médio Oriente. Este aliás ressuscitou também para as especiarias em direção ao mercado italiano e parecia mais seguro, sobretudo desde que os Holandeses e Ingleses tomaram carracas portuguesas no Atlântico. Seguindo o exemplo italiano neste esquema alternativo de duas rotas, uma firma flamenga estabelecida em Veneza, Guilherme e Carlo Helman, com filial em Constantinopla e relacionada com as importantes famílias Helman-Hellemans, em Antuérpia e Sevilha, e Van der Veken, em Roterdão, empregava desde 1585 agentes ou parceiros venezianos como Gaspare Balbi

e Domenico Pantaleo^[156]. Levavam joias e podiam, se julgavam mais seguro, enviar o retorno em pedras de Goa pela Carreira para Lisboa ao seu correspondente Sebastian Baclier. De lá chegavam pela mão de Ferdinand Helman, um dos negociantes mais ricos de Antuérpia, com casa no Meir. Rombout van den Berghe, aliás Remondo del Monte foi indicado em 1610 como seu agente em Goa, com um salário anual de 500 libras flamengas. Em 1606 tinham mandado um sobrinho, Jan Baptist 't Kint, via Aleppo e Ormuz para Goa. Este revelou no seu testamento que, na hora do seu casamento em 1615, tinha um filho natural, Juan Quint, procriado em Lisboa, onde devia ter passado algum tempo no final da sua viagem desde Goa^[157].

Em Goa tinha-se constituído desde meados do século XVI um núcleo flamengo, quase uma sucursal da Nação Flamenga, mas sem confraria própria, constituída primeiro por Jesuítas e por soldados e bombeiros, alguns suspeitos e perseguidos como heréticos pelo tribunal da Inquisição^[158]. De outros existem somente referências, como dos antepassados da mulher do supracitado Craesbeck, do marido flamengo de Madalena Esteves, de Redondela e moradora em Lisboa, de que não há mais notícias depois do seu embarque para a Índia, de Gerónimo del Rio, de uma família espanhola enraizada na Flandres e falecido em Goa em 1626, ou do pintor Michael Sweerts, de Bruxelas, falecido em Goa em 1664, depois de se ter desligado de um grupo de missionários franceses^[159]. Rapidamente não faltaram alguns comerciantes e lapidários como Pero de Bruges, citado por Fernão Mendes Pinto na sua *Peregrinação*, ou Frans Coningh, que, segundo van Linschoten no *Itinerário*, depois de ter delapidado o seu capital, casou com a filha de um Francês e prosperou de novo com a sua loja de lapidação, mas acabou assassinado pelo amante português da sua mulher. Pyrard de Laval sabia de um Holandês rico, depois de uma estadia de 25 anos, com 30.000 a 40.000 cruzados e pai de uma moça muito bonita, do seu casamento com uma mestiça portuguesa^[160]. Esta, por causa das brigas em casa, denunciou-o por volta de 1610 à Inquisição pela posse de livros heréticos, de maneira que perdeu os seus bens, metade para a sua mulher e a outra para o tribunal.

A informação mais rica sobre este meio encontra-se na autobiografia de Jaques de Coutre^[161]. Esta já apresenta, em comparação com o texto do nobre Taccoen, um belo testemunho da emancipação, do avanço e da autopromoção pela escrita de um plebeu mais auto-consciente. Em outubro de 1591 este jovem de Bruges, órfão de um artesão escoveiro e de apenas quinze anos de idade, chegou a Lisboa depois de uma viagem atormentada pelos corsários ingleses. Foi logo para a casa do dono do navio, Herman Vermeire, o supracitado tapeceiro morador no Corpo Santo, onde o seu irmão mais velho Joseph, que já estava na cidade, se veio a encontrar com ele. Vendo-se em Lisboa *con tan poco remedio y sugeto a los trabajos y miserias de Europa*, resolveram alistar-se como soldados numa frota para a Índia oriental. Lá, participando de embaixadas e expedições ao Sudeste asiático, às cortes do Sião e à própria Índia, Jaques envolveu-se

no trato de pedras preciosas nas cortes de Adil Shah de Bijapur, Qut-Shah de Golconda e do Grão-Mogol em Agra e voltou em 1606 com bisalhos de diamantes por terra, pela Pérsia até Aleppo. Preso no mar por piratas tunisinos, valeram-lhe as pedras escondidas nas negociações para se resgatar e chegar a Marselha em junho de 1608. Mesmo assim, pouco depois, em março de 1609, embarcou novamente em Lisboa para Goa, não sem antes ter peregrinado em ação de graças a Santiago de Compostela. Na Índia, em novas visitas às minas de diamantes de Poli e às cortes refez a sua fortuna. Entretanto, teve que interromper uma nova viagem por terra no meio do caminho e voltar a Goa.

Lá foi preso em 1623 junto com o irmão Joseph, ambos acusados de espionagem para os Holandeses. Foram torturados e por ordem do Conselho de Estado de Portugal deportados, apesar das intervenções de religiosos como um frade franciscano, cunhado seu. Puderam levar as suas famílias, entre eles um filho de Jaques, Estevan, nascido em 1607 do seu casamento com uma Lusa-Goesa, portanto um mestiço. Partiram no primeiro de abril de 1623 e, depois de uma paragem em Pernambuco, onde Jaques passou vinte dias numa prisão sem grades como se fosse pessoa de grande importância, chegaram a Portugal em novembro. Logo foram enviados a Lisboa e presos no Limoeiro, onde ficaram sete meses e meio, se bem que *muito regalados* e finalmente soltos graças às fianças de *cinco amigos de nuestra nación flamenca de los más principales y ricos*. Partiram para a corte de Madrid para se justificarem e levantar o embargo sobre os seus bens. Jaques escreveu diversos memoriais para o rei sobre os problemas da Índia e parece ter-se transformado num cortesão prestigiado com ordens nobiliárquicas para seus familiares. Morreu em julho de 1640 acompanhando o rei Filipe IV na campanha da Catalunha.

As desavenças dos irmãos de Coutre e de outros estrangeiros como Fernão de Cron não parecem ter diminuído o trato com diamantes dos flamengos em Lisboa, ainda mais que Antuérpia manteve e reforçou a sua posição destacada na produção de joias para as cortes vizinhas e de custódias, coroas e medalhas para a restauração do culto católico^[162]. Andrés de Sainctes, que tinha experiência com o comércio de joias em Paris, tornou-se o sócio lisboeta de diamantários antuerpienses, como Jean-Baptiste De Corte e o infracitado Paul du Jon, que, por volta de 1630, formaram uma companhia pelo valor de 3000 cruzados para enviar com cada navio 200 florins em diamantes. Neste mesmo período, ainda maiores quantidades de diamantes passaram pelas mãos do mercador flamengo Schrijver e outros agentes lisboetas para Antuérpia a mando de Baltasar e Ferdinand de Groot, que os negociavam nos países vizinhos^[163]. Outros diamantários conectados com Lisboa foram os infracitados Wallis, Fourment, Boussemart e Gisberto van Coolen, autor de um *Diamant-leerboekje*, um pequeno manual, conservado no Insolvente Boedelskamer do Arquivo Municipal de Antuérpia.

Ainda por volta de 1700 se encontravam em Lisboa Flamengos no ramo das pedras preciosas, como João Stooter, lapidário natural de Antuérpia, negociante em Lisboa

durante vinte e seis anos e autor do *Spingardeiro com conta, pezo & medida, que refuta desproporções*, Antuérpia, 1719, e da *Arte de brilhantes, vernizes & das tinturas*, Antuérpia, 1729^[164]. Esta última obra lembra que diferentes tipos de tintas e vernizes se importavam das Índias destinadas ao artesanato dos gabinetes e da outra mobília de luxo de Antuérpia. Já o supracitado Moretus enviou de Lisboa ao seu irmão uma caixa com lacre indiano, uma libra de vermelho e outra de negro.

Ao longo do século XVIII os diamantes da Índia foram ultrapassados a partir dos anos de 1730 pelos do Brasil. Estes também ocuparam os lapidários e comerciantes de Antuérpia e o influente James Dormer tentou obter o monopólio da sua comercialização, mas foi preterido em favor do cônsul holandês Daniël Gildemeester. Este garantiu em seguida um predomínio temporário à praça de Amsterdão^[165].

Lisboa como pivô da *correspondance* flamenga

A acumulação e grande variedade de tratos e negócios projetavam Lisboa forçosamente como um pivô ou mesmo um *play-ground* do novo capitalismo, uma excecional praça de aprendizagem, de experiências e de remodelação do comércio internacional, tanto europeu como ultramarino. Este parecia numa primeira fase concentrada em grandes casas de negócios alemãs como os Fugger, Welser, Hochstetter, italianas como os Affaitadi ou espanholas como os de Haro e os Ruiz. Estas firmas funcionavam com uma sede principal e com feitores assalariados nas suas filiais, dispunham de considerável capital próprio, relacionavam-se bem com o poder político e chegavam a dominar o noticiário por cartas, às vezes impressas como os *Fugger Newsletters*. Entre os Flamengos apenas a firma de Erasmus Schetz com seus filhos, cunhados e sobrinhos parecia corresponder à esta categoria. A partir da segunda metade do século XVI surgia um novo sistema mais flexível como, segundo Daviken Studnicki-Gizbert, uma construção particular da Nação Portuguesa ou dos cristãos-novos, com mercadores menores mas dispersos por três ou quatro continentes, interligados por laços familiares e com todo o tipo de obrigações mútuas, agindo mais à margem das várias forças políticas antagónicas e até algo clandestinos^[166]. Anteriormente à invenção e à moda do termo *networking*, esbocei, a partir da correspondência comercial de várias casas de negócios falidas, na tese *De Spaanse Brabanders*, em 1971, um sistema quase similar entre os mercadores flamengos^[167].

Estes adaptavam-se à transformação estrutural, desde os últimos decénios do século XVI, do predomínio metropolitano de Antuérpia em *Dispositionsplatz*. Esta, apesar de ter perdido o seu acesso portuário à navegação internacional, intermediava entre as praças meridionais peninsulares e os novos centros setentrionais, Amsterdão e Londres, mas também Hamburgo, Francforte, Dansique, Viena, Paris, Rouen, Le Havre, Saint-Malo e Nantes. Estes três últimos serviam excecionalmente de portos alternativos a Calais e

Dunkerque, que substituíram o acesso pelo Escalda e seus ancoradouros como a Ramua. Os comerciantes antuerpienses compensavam o relativo declínio de Antuérpia com mais *eigenhandel* ou iniciativas próprias, emigrando e formando redes tão internacionais ou mesmo intercontinentais, que se afinavam progressivamente e que poderiam ser caracterizadas de globalizadas. Primordial, *pour avoir correspondance*, para ter correspondência entre dois mercadores, era a relação epistolar, com a obrigação mútua de se cartear em cada correio regular a funcionar entre a Flandres e a Península, com os navios disponíveis ou com portadores ocasionais. Dois correspondentes podiam impor-se até uma multa se deixavam passar a oportunidade. A carta era confidencial e abrir indevidamente cartas alheias ocorria às vezes, mas provocava imprecações e maldições. Em geral cada carta tratava da operação comercial em andamento e repetia a cópia da anterior, mas oferecia também informações gerais sobre os preços, as transações de outros mercadores, as falências, a chegada de navios, os naufrágios e os principais acontecimentos políticos. Uma ampla e rápida informação permitia antecipar lucros ou evitar perdas como em 1615, quando a inesperada chegada de pimenta a Lisboa prejudicou os compradores em Amsterdão por preços mais altos. Para a escrita e a conservação dos livros de cópias e de contabilidade era apenas indispensável um escritório, servido por jovens aprendizes, que transcreviam as cartas. Talvez no sistema da Nação Portuguesa fosse mais difícil praticar esta *correspondance* por causa da sua maior mobilidade, quase contínua, e das suspeições e eventual censura das cartas que pesavam sobre os cristãos-novos.

Diferente parecia também o estilo mais individualizado e algo distante entre os Flamengos. Tratavam-se por *senhor e estimado amigo* ou eventualmente por *cousin*, primo, em caso de laços familiares, exprimiam votos e civilidades sobre esposas e filhos e subscreviam-se como *seu servidor*. Trocavam presentes, sobretudo alimentares, apadrinhavam-se e recebiam em sua casa um filho do correspondente como aprendiz ou procuravam-lhe outro escritório. Podiam formar companhias pontuais entre dois ou três sócios, mas limitadas no tempo e em capital, como no caso supracitado dos diamantes de Wallis e des Sainctes. O termo *factor* ou feitor ainda era utilizado para designar um ou outro representante mais usual, mas não correspondia já a um assalariado fixo. Viviam das suas próprias transações comerciais e das comissões sobre as que efetuavam por conta dos seus correspondentes, pagas à percentagem de 2 até 3%, superada excepcionalmente até mesmo 7% em compras ou vendas no Brasil. Além disso, generalizou-se entre os correspondentes a participação por metade ou por uma fração menor numa única operação, fosse por interesse real fosse apenas por marca de amizade. Suscitava confiança e evitava demoras ou descuidos. Podia repetir-se, aumentando e estreitando as relações. Esta participação estendia-se às vezes ao seguro marítimo, no qual alguns se especializavam. Para facilitar ou acelerar a venda recorria-se na praça a um corretor, que geralmente cobrava meia percentagem. O correspondente também cuidava de

encontrar um expedidor e de avançar todo o tipo de gastos e impostos. O pagamento fazia-se por uma letra de câmbio, que envolvia os outros correspondentes flamengos das duas praças. Frequentemente, era uma forma de dar ou tomar crédito, com sucessivos recâmbios, sobre os quais se cobrava uma pequena comissão de 1/3 %. Para continuar nestas operações a parceria e crédito fácil e prolongado era preciso mostrar-se em público, de boa saúde, e relacionar-se com os outros comerciantes. As falhas observavam-se e comunicavam-se nas cartas. Se em Antuérpia a bolsa centralizava a vida pública dos correspondentes, em Lisboa estes encontravam-se provavelmente mais nas ruas, no porto e nas suas igrejas preferidas.

Neste sistema da *correspondance* também a aprendizagem se formalizou. As primeiras letras eram ensinadas em Antuérpia por dezenas de mestres de escola. Em seguida, num escritório comercial os aprendizes formavam uma boa letra, copiando sem parar, acompanhavam o mestre ao mercado ou à bolsa e aprofundavam os seus conhecimentos em livros de comércio, redigidos por alguns mercadores para o próprio escritório, ainda manuscritos e às vezes já impressos, como o *Tesoro de Medidas, de Pezos, de Pam, de Tierras, de Varas, de Anas y Medidas de Cosas Líquidas, y también de Dineros, y Cambios y otras Cosas mui Provechosas, Impreso en Amsterdam por Herman Iansen Muller, en el Año de 1625*, traduzido por Juan Boyer em 1630 e posteriormente completado pelo comerciante flamengo Adriaan van Guten a partir das suas próprias experiências em Lisboa^[168]. Dava-se também muito valor ao conhecimento de várias línguas, que, na opinião em 1636 do infracitado Francisco Wallis em Lisboa tinha enriquecido alguns estrangeiros. Já circulavam colóquios e dicionários multilingues com inclusão do português, como o de oito idiomas impresso em Antuérpia em 1630. Mais eficaz era uma imersão noutra língua e assim surgiu entre os Flamengos o hábito de enviar os seus filhos ainda meninos passar uma temporada fora de casa. Além de Sevilha e Rouen, os escritórios de Lisboa eram bastante procurados pelos mercadores de Antuérpia. Havia tantos candidatos que os lisboetas recusavam os ineptos. António Rodrigues da Veiga não aceitou em 1620 o infracitado Jean-Baptiste Clarisse por ser novato demais. Do seu lado, os Portugueses também enviavam os seus filhos para fora. Em 1603, Luis Alvarez, de doze anos, partiu do Porto para Antuérpia para aprender flamengo, francês e *livro de caixa*, para reaparecer como caixeiro na Baía em 1616.

Por regra geral o aprendiz devia pagar a sua diária e outros gastos. Um jovem mais avançado como o infracitado Pedro Clarisse podia, em 1607, receber de António Rodrigues da Veiga casa, mesa e roupa lavada e mais 25 cruzados para a roupa, que gastaria durante o trabalho. Este limitava-se ao escritório e dispensava Pedro de ir ao mercado ou de acompanhar o cavalo do mestre. Era tratado como filho da casa, bem melhor do que outros flamengos considerados pelos seus mestres espanhóis como escravos e malnutridos. Nuno Monteiro, no seu contrato com Hans Very em 1612, dava no primeiro ano

apenas o sustento e mais um chapéu, meias e sapatos e, no segundo ano, um salário de 20 cruzados e mais sapatos. O mestre comprometia-se a apenas o empregar no escritório, a ensinar-lhe a contabilidade e a considerá-lo como seu próprio filho. No Porto, Jean-Baptiste Clarisse comia na mesa do patrão e podia fazer os seus negócios particulares. João Vel procurava um jovem de 24 a 25 anos, católico e de boa família, sabendo francês e espanhol e bom de cálculo, que moraria com ele e receberia, nos primeiros quatro anos, a quarta parte das suas comissões e depois a terça parte e, ainda por cima, a sua filha para casar, com um bom dote. Ele seria mais um companheiro do que um criado e assinariam juntos a sua correspondência. Sebastião Janssens tratava no seu testamento o seu caixeiro como *companheiro* e deixou-lhe um donativo.

Muitos deviam contentar-se com bem menos. Para Pedro Clarisse o seu criado era *um pequeno e tolo holandês*. Como caixeiro Francisco Lamberto ganhava anos seguidos apenas cem cruzados, mas fazia provavelmente outras transações suas. Para salvaguardar o patrão de malversações do aprendiz pagava-se uma caução até 500 cruzados. O infra-citado Francisco Wallis, embora falasse muito bem português e fosse muito experto na receção do dinheiro, cobrava somente um salário anual de 15.000 réis. Pela sua experiência, quem vinha para Portugal ou Espanha, pensava ficar rico com facilidade, mas na realidade tinha que trabalhar bastante mais que na Flandres e aguentar muito, principalmente como subordinado. Apenas um de cada vinte enriquecia. Faltava-lhes talvez um manual como o de J. Browne, *The Marchants Avizo Verie Necessarie for Their Sonnes and Servants, when they first send them beyond the Seas, as to Spayne and Portingale, or other Countryes...* (Londres, 1591).

As redes da *correspondance* flamenga não se limitavam à sua própria nacionalidade, mas abriam-se a italianos, franceses, alemães e portugueses, mesmo cristãos-novos. Desde o começo do século XVI os bons negócios em Lisboa atraíam mercadores hispano-flamengos, de Bruges e de Antuérpia, como os de Vaille, de Haro ou os Ayala, que por sua vez eram muito bem relacionados com Burgos e as praças de Castela^[169]. Estas conexões não desapareceram antes do começo do século XVII, enquanto se estenderam entrementes a Sevilha e a Madrid e foram substituídas em parte pelos novos financeiros genoveses e cristãos-novos. Estes participavam frequentemente nas redes de letras de câmbio dos Flamengos.

Mesmo assim, Lisboa revelou-se, pela sua situação geográfica e pelas diversas oportunidades, sem esquecer a relativa tranquilidade em comparação com outras grandes cidades e o seu bom clima, sobretudo uma incubadora fértil em novos e mais extensos laços familiares nestas redes flamengas. Os jovens comerciantes flamengos gostavam, pelos vistos, de partir para Lisboa, encontravam aí bons partidos e aproveitavam logo uma parentela muito extensa para beneficiar os seus negócios. Um exemplo oferecem os Anselmo, oriundos da região fronteiriça de Limburgo e Aquisgranis, que pelos casamentos

tanto em Lisboa como em Antuérpia e na Holanda se relacionaram como os Hooftman, Julien del (de la) Court, João du Bois, Simon van der Does, Samuel Godin, Wijnant de Keyser, Arnoult Pels, Hans de Schot e Ferdinand Salvador^[170]. Redes semelhantes teceram Gaspar Pels, os della Faille, Hulscher, Coymans, van der Meulen, Malapert, Noirot, van Eeckeren, Lempereur, de Hoest e Moucheron^[171]. Vários dos seus correspondentes atuavam no Brasil na supracitada produção de açúcares e alguns até nas costas da África como Hans van Corput e Andries della Faille por volta de 1598-1599 no Cabo de Lopez Gonçalves no tráfico de escravos. Com maior peso em Lisboa e no Ultramar português constituíram-se as parentelas Bachillier-Benique-Cado-Condetorf-de Cordes-de Vadder-Drave-Galoa-Snel-Spanooghe-Vel, Hustaert-Pery-van der Linden e Dijck-Bollaert-Borrekens-Huyghens^[172]. Se não lhes faltavam *the same depth and extensive distribution networks*, estes comerciantes flamengos de Lisboa, como aliás os seus congêneres de Sevilha, não passavam pelas tribulações atlânticas e supranacionais dos cristãos-novos, exaltadas por Daviken Studnicki-Gizbert, e procuravam antes ajustar-se ao sistema permitido e legal do comércio colonial com a sua base em Lisboa. Não excluía uma viagem à Índia oriental ou ao Brasil, mas quase não existia entre eles o tipo do “perulero”, frequente na rota Sevilha-América. Ocasionalmente não se esquivavam ao contrabando, mas somente alguns se deixaram seduzir ou arrastar pelas operações pirateadas dos holandeses. A grande maioria preferia um comércio ordeiro e quase caseiro e não saía desta vida de pequenos burgueses *avant la lettre*. Para o Ultramar partia eventualmente para juntar um primeiro capital comercial ou para escapar de constrangimentos e situações familiares difíceis.

Efetivamente, mais do que uma vez, os laços familiares revelaram-se problemáticos e contraditórios com os princípios básicos e as praxes da *correspondance*. Comissões e participações perturbavam as relações entre irmãos e mesmo entre pai e filhos. Dois percursos familiares dos Clarisse e dos Du Jon-Wallis ilustraram esta crise da empresa familiar e a sua substituição por uma posição mais individualista ao ponto de preferir o trato com estrangeiros^[173]. Na família Clarisse em Antuérpia, os dois irmãos Louis e Walrand logo se diferenciaram, o primeiro com a sua descendência implicada nas operações financeiros da corte espanhola, o segundo num comércio mais modesto e diversificado, mas internacional e continuado depois do seu falecimento pelos descendentes. Louis, o filho primogénito de Walrand, enviou em 1605 o seu irmão mais novo, Pieter ou Pedro para Lisboa como aprendiz de Maximiliano Spanooghe por dois anos. O seu salário devia ser pago à mãe viúva e ao irmão Louis, mas ser-lhe-ia restituído no final como um primeiro capital de debutante. Pedro mostrou-se logo muito ativo, fez até um mealheiro e deixou a aprendizagem para entrar ao serviço de António Rodrigues da Veiga. Este deixou-o participar um pouco nos seus negócios e recomendou-o a outros como um raro caso entre filhos de viúva, de boas maneiras e de bom conhecimento dos costumes da terra

e do comércio. Pedro enviou aos primos até uma caixa de marmelada, na esperança de lhes poder vender os têxteis *canjanten* de Lille. Do próprio irmão recebia poucas encomendas, a pesar de ter feito em dois anos um lucro de quase 200.000 réis. Pediu a restituição do primeiro salário e a sua parte da casa mortuária do pai e com estas brigas preferiu confiar doravante a venda dos seus açúcares em Antuérpia a Manuel Nunes d'Évora, cunhado do seu patrão. A mãe conseguiu brevemente uma reconciliação dos dois e Pedro prontificou-se a partir, se necessário, para a Índia oriental, mas as suas relações comerciais não se intensificaram. Pedro entretanto prosperou e decidiu em 1613 tornar-se independente e ajustar as contas com o patrão Da Veiga, com quem continuou a alugar um quarto até se estabelecer em 1616 na rua das Mudas. Recebeu entrementes desde 1611 a companhia de um sobrinho, Hans Very, que, enquanto servia o seu patrão Nuno Monteiro, ajudava o tio nas remessas para o Brasil e participava um pouco nos lucros. O bom entendimento entre os dois durou pouco, pois Hans logo se emancipou do tio, teria aberto cartas e regressou a Antuérpia, onde fazia farras com dinheiro suspeito. Lá se casou em 1621, às escondidas, com Maria de la Barzena e voltou 1624 para Lisboa, onde, com apenas a camisa no corpo, o tio acolheu o casal em casa. Ainda em 1634 foi assinalado em Lisboa, sem que o tio escrevesse algo sobre os seus afazeres.

Por sua vez, Pedro tinha casado em 1618 com Luísa de Moustre, mas em pouco mais de um ano esta morreu de parto e o viúvo logo encontrou uma segunda esposa numa família luso-alemã, Maria Goudick. Entrementes continuaram os desentendimentos comerciais entre os irmãos e Pedro, que viu uma letra de câmbio sobre o seu irmão contestada, pediu a liquidação das contas e a sua herança do lado materno. Assim Louis decidiu em 1620 enviar o seu próprio filho Jean-Baptiste a Lisboa, onde deveria entrar ao serviço de Rodrigo da Veiga. Este, entretanto, recusou-o e o jovem foi bater à porta do tio. Pedro acolheu-o sem o fazer pagar uma diária, pois *o sangue não mente e deve cumprir sua dívida*. Encontrou-lhe um novo patrão com Jacomo de Olivares e irmãos, mas nesta casa o jovem não podia fazer quase nada e nem ler as cartas dos patrões para aprender os segredos do comércio português. Queria-se tornar independente na casa do tio, mediante que seu pai lhe pagasse as diárias. Louis alegou que tinha ainda outros filhos em casa e que Jean-Baptiste devia aprender o negócio servindo. Os Olivares propuseram enviar o jovem, como seu agente, para Viana com o tio Pedro como fiador, mas por fim Jean-Baptiste voltou a Antuérpia, onde deveria aprender o estilo mercantil numa casa portuguesa. Esta assistência não levou a uma reaproximação duradoura entre os dois irmãos, mesmo dizendo-se Pedro disposto a afiançar as remessas de açúcares confiadas pelos portugueses ao seu irmão. Louis demonstrava a remeter o dinheiro, fazia participar o irmão em cargas já confiscadas e enviava-lhe somente cartas como se fosse uma *indulgência de Roma*.

Tão-pouco melhorou com uma segunda vinda de Jean-Baptiste Clarisse em 1627 a Lisboa, onde este pôde apenas permanecer na casa do tio até encontrar um patrão. Depois

de quase um ano encontrou uma oportunidade no Porto, com Manuel Fernandes de Moraes, que exigia 25.000 réis por ano, sem lhe dar a diária. Jean-Baptiste esperava que seu pai o recomendaria aos mercadores portugueses e flamengos de Antuérpia. Imaginava que lá um Luís de Freitas lhe daria até um salário de 200 a 250 cruzados para agenciar no Porto as 300 a 400 caixas de açúcares, que seu irmão despachava anualmente do Brasil. Propunha também a formação de uma companhia com antuerpienses e holandeses para transitar têxteis holandeses pelo Porto para o Brasil. Ali contava poder enviar cada ano por conta própria produtos pelo valor de cem libras flamengas e ajudar a ganhar a dote da sua irmã. Entretanto, o pai não cumpriu a promessa de o creditar com o seu patrão por 400 cruzados. Dececionado, com um capital de somente 17.000 réis e sem fiador, Jean-Baptiste proclamou não mais contar com o seu pai e doravante tratar somente com estrangeiros. Sentindo-se tão abandonado, iria para escapar desta *embrulia*, aproveitar a primeira ocasião para partir para as Índias ou para o Brasil. Não realizou a sua ameaça e pouco a pouco conseguiu juntar algum dinheiro, tornando-se até credor do tio por 25.000 réis. Este rompeu totalmente com o irmão, que se encontrava sem crédito, ficou a dever-lhe dinheiro e não completava a liquidação de contas. Como Louis faleceu em 1631 e os seus papéis foram parar ao fundo dos falidos, falta mais informação sobre os negócios do irmão e do filho.

Não foram muito melhores as relações nas famílias Du Jon e Wallis. A firma Jan du Jon, antuerpiano, originário do Artois, no comércio têxtil com Sevilha, passou por maus momentos depois da morte prematura do seu chefe em 1613. O filho mais velho tinha desandado, dilapidando em más companhias o pouco que lhe tinham confiado, e a primeira gestão pelo genro desapontou os outros filhos. Um destes, Paul, tomou as rédeas, orientando os negócios da viúva para o comércio de diamantes, ainda mais depois do seu casamento com Anna Wallis, filha de Thomas, um mercador escocês de Antuérpia, que fornecia a alta nobreza em jóias e outros objetos de grande luxo. No seu falecimento em 1626 o genro sucedeu-lhe, mudando-se para a sua prestigiosa casa “A Águia negra”, no Meir em pleno centro da cidade, e ampliou o comércio de pedras preciosas em Lisboa com Andrés de Saintes, anteriormente estabelecido em Paris. Com mais um cunhado deste, Jean-Baptiste de Corte, formaram companhias temporárias e limitadas para vultosas vendas em Paris e Londres. Surgiram entretanto problemas com um cunhado desonesto dos seus sócios em Londres e Paul pôde a partir de 1629 contar em Lisboa com o seu próprio cunhado, Francisco Wallis. Este tinha-se preparado depois da morte do pai no escritório de Gil Lopes Pinto, cônsul da Nação Portuguesa em Antuérpia. Bem recomendado, o jovem conseguiu empregar-se com Guillermo Quiffelt. Depois da morte do patrão em 1632, ficou ainda meio ano a trabalhar com a viúva, antes de criar o seu próprio negócio. A conselho do cunhado Paul desistiu de associar-se com outro jovem, com experiência da praça de Amesterdão, e preferiu seguir sozinho, *al*

piano piano. Comprou diamantes por comissão ou em participação com du Jon, mas as relações minguiaram durante longos períodos. Francisco atribuiu-o às intrigas de um terceiro e à falta de recomendações junto dos conhecidos e parentes, em Lille e inclusive na Zelândia. Devia os seus clientes mais ao seu patrão falecido e apenas à parentela. Pelo contrário, a de sua mulher, a espanhola Maria de Barona, desposada em 1636, abriu-lhe novas oportunidades. O sogro Valentim era lapidário, seu irmão Gines considerado um dos mais entendidos em pedras de Lisboa e o outro irmão Andrés, negociante em Madrid, ao passo que em Sevilha o irmão da sogra, Francisco da Costa Paredes podia favorecer as suas operações financeiras. O seu êxito na sociedade portuguesa contrastou com a mísera sorte do irmão Jacques, roubado dos seus diamantes e assassinado em 1635 numa das suas viagens à Espanha. Com o tempo Francisco viu as suas relações com os Barona degradarem-se e determinou excluir o sogro de qualquer disposição testamentária. Os du Jon desapareceram do seu horizonte e não se sabe como se comportou com o seu próprio filho, Jean-Baptiste, mas este continuou nos diamantes e prosperou até ao ponto de aspirar à nobreza, apesar de um casamento desigual com a empregada.

Qual seria o peso destes flamengos no comércio de Lisboa? Vitorino Magalhães Godinho ainda sublinhou uma presença flamenga quase insignificante no comércio ultramarino português^[174]. Também António Borges Coelho constatou que em 1565 havia poucos mercadores de grosso trato ou de contos, comparáveis às grandes fortunas portuguesas de Antuérpia, e apenas três Flamengos, Lourenço Ermes, Andrés Bastão e Robeto Jácome tinham uma renda considerável^[175]. Talvez se contentassem com negócios menores ou conseguissem que uma parte da sua fortuna escapasse ao fisco. De toda a maneira, desde os últimos decénios do século XVI e durante a primeira metade do século XVII a participação flamenga no comércio internacional de Lisboa foi considerável e talvez essencial com, pelo menos, alguns 50 ou mesmo 100 mercadores. Segundo um deles, João Vel em 1605, podiam ganhar por ano de 5000 a 6000 cruzados. Poucas firmas se mantiveram na segunda ou terceira geração como foi o caso dos Craesbeeck. Uma das suas fraquezas foi a tendência para investir em propriedades rurais e orientar os filhos para outras carreiras, eclesiásticas ou mesmo militares.

A presença flamenga diminuiu a partir da segunda metade do século XVII, mas não desapareceu. Além da supracitada especialização no comércio de livros, estampas, pinturas e especiarias, os têxteis de luxo continuavam a ser procurados, certamente com as novas riquezas do Brasil. O retorno fazia-se com os produtos da terra e cada vez mais com produtos brasileiros, ainda açúcares e tabaco e couros. Por volta de 1727 um flamengo de terceira geração, Jerónimo Bollarte Dique, podia citar como testemunhas flamengos recém-chegados como Daniel Torremans, David Teniers, Antonio Van Praet...^[176]. Gente de Antuérpia, da região de Lille – agora incorporada na França – e da Holanda como os Van Praet, Van Zeller, Cloots e Pilaer aproximaram-se e constituíram

uma parentela bastante ampla e sólida. Tinham até agentes no Brasil, como Hermano Martini na Baía, em 1727.

Um porto cosmopolita com um burburinho heterodoxo

Em contraste com este meio dos mercadores, cada vez mais assentados e discretos, convivia a pouca distância o mundo fluido e barulhento dos marinheiros flamengos. Se bem que uma dezena de portos portugueses – e mais que em qualquer outra parte da Europa – se atribuíram uma participação notável nas navegações para o Mar do Norte, Lisboa continuou a ocupar um papel de destaque fosse como escala fosse para a redistribuição^[177]. Por volta de 1500 os navios flamengos e sobretudo holandeses começaram a ganhar mais espaço na rota atlântica entre o Norte de Espanha, os portos de Portugal e andaluzes e até à Madeira, Canárias e mesmo excepcionalmente a Cabo Verde e São Tomé. As suas urcas grandes carregavam até quatro vezes mais que os concorrentes portugueses e bretões e pagavam provavelmente menos peagens e seguros. Mesmo assim, os Portugueses guardaram um lugar importante na navegação, como em 1553-1554, com ainda uns 65 navios desta bandeira chegando à Flandres, mas em 1579 dos mais de 250 navios que chegaram a Lisboa e Setúbal 150 a 160 seriam *Duytsche oft Nederlantsche*, alemães e flamengos ou holandeses^[178]. Para se defenderem contra os ataques franceses e ingleses navegavam geralmente juntos com os navios para a Biscaia e Andaluzia em grandes frotas ou em comboio, acompanhados de navios de guerra. Não somente se misturavam as bandeiras mas também a tripulação a bordo e certamente no porto e nas margens do Tejo. Lá, nos estaleiros ou para o abastecimento e o conserto dos navios, os marinheiros flamengos encontravam-se com conterrâneos, serviçais e artífices. Não faltavam por exemplo carpinteiros como, nos anos de 1550, David, Alberto de Vries, aliás de Fres, Roloff Pieters, aliás Rul, Giraldo Cornélio, Gherlof Oegbert, aliás Giraldo Hocce^[179].

Entre si, os marinheiros constituíam um mundo à parte, conhecido por brigas. As autoridades tinham que disciplinar as suas desordens. Já por volta de 1399, Jehan Lamsin, de Hoogvliet, foi preso por uma briga com Jehan Rijcx, mas, a pedido de outros mestres *pour l'honneur du dit país de Flandres*, libertado pelo rei, se bem que depois de ter sido levado antes pelas ruas, nu e açoitado. Pouco depois, em 1400, um pobretão, Meeus Scheenaert, foi absolvido de uma multa por ter ferido com um machado um companheiro inglês, que tinha proferido *d'aucunes despiteuses et vileines sur les Flamens*^[180]. A maior concentração de marinheiros devia gerar situações de perigo. Quando em abril de 1506 dois Dominicanos conclamaram ao famigerado massacre dos Judeus, às turmas de mais de quinhentos pessoas juntaram-se, segundo Damião de Góis na sua *Crónica do rei D. Manuel*, muitos marinheiros da Holanda e Zelândia. Ao passo que o rei mandou castigar

severamente os dois padres e outros populares, os estrangeiros, recolhendo-se com seus roubos aos seus navios, ficaram fora de alcance.

Meio século mais tarde, ainda com mais marinheiros a encontrarem-se com compatriotas artífices ou comerciantes, com alguns casamentos mistos com portuguesas, com a penetração da Reforma protestante ou ainda mais tarde a fuga para Lisboa de marinheiros flamengos renegados, o potencial subversivo desta promiscuidade entrou na mira constante da Inquisição. Esta, talvez pela leniência ou falta de outras autoridades policiais, recebeu cada vez mais denúncias, que ventilavam desentendimentos com esposas ciumentas e sogras, mas também uma crescente xenofobia. Assim, chamou ou prendeu em pouco mais de um século alguns cem flamengos, principalmente entre 1555 e 1565^[181]. É relativamente pouco em comparação com os franceses e os espanhóis. Fora alguns mercadores, nomeadamente os agentes da família Schetz, a maior parte eram artífices ou marinheiros, menos prudentes e mais insolentes. Pelos vistos, estes desconheciam ainda o conselho do ditado português *Se eu tiver o corpo na Flandres e a língua aqui, vós ouvireis*. As suas controvérsias religiosas nutriam-se das suas passagens pela Alemanha e Inglaterra, dos longos dias a bordo dos navios com cantos e das esperas no porto e da frequência das estalagens, enchendo a boca com o ideário de Lutero, de Calvino como também dos Anabatistas. O facto de a Reforma já nessa época encontrar adeptos nestes meios contradiz a ideia comum de que ela se teria disseminado primeiro entre as classes mais elevadas.

Salvo alguns casos de bigamia, as suas culpas consistiam principalmente em desrespeito público ao culto católico com palavras e gestos provocatórios. Negavam-se a tirar o barrete a crucifixos, santos e procissões e zombavam da religiosidade exteriorizada dos portugueses, com o seu gosto exagerado por flagelantes. Pedro Flamengo não precisava de quaisquer santos como mediadores, preferindo apelar diretamente a Deus. Troçava das relíquias, que, na realidade, seriam apenas ossinhos de galinha. Maria não era mais virgem que uma cabaça furada e não era nenhum pecado chamar-lhe puta. Outros flamengos, em discussões com as suas mulheres portuguesas criticavam os gastos em imagens de santos, que não seriam mais que um pau dourado. Para Roberto Flamengo as imagens dos santos na igreja de Nossa Senhora d'Oliveira não puderam evitar que esta ardesse em 1577. Os flagelantes faziam isso, pura e simplesmente, por vanglória mundana e fá-lo-iam melhor em segredo. As peregrinações só levavam a desperdiçar dinheiro. Magdalena Wernaerts recriminava uma amiga portuguesa que passava a vida a rezar o terço. Jejuar e fazer abstinência não lhes agradava e os flamengos regalavam-se frequentemente, comendo juntos um pedaço de carne nos dias proibidos. O que entrava pela boca não podia conspurcar a alma. Já Pedro Flamengo não comia carne às sextas-feiras, em memória dos sofrimentos de Cristo, mas escandalizava-se com as bulas papais, que dispensavam de fazer abstinência. Também não admitiam as esmolas para

as almas do Purgatório. Este não existia e ia-se diretamente para o Céu ou para o Inferno. Aliás, lá estavam, segundo Pedro Flamengo, só Judas e mais uns três cardeais ou bispos, mas nenhum pobre que suportasse pacientemente a sua pobreza.

Numa cidade com mais de 70 conventos, 24 paróquias e uma trintena de capelas, o objeto predileto de suas invetivas eram os frades. De acordo com Francisco del Campo, em Portugal as pessoas viviam dominadas pelos frades. Eles usavam uma tonsura igual à dos mouros. O rei devia expulsar os frades menores ou deitá-los num forno de cal. Segundo o mestre de uma nau, Lourenço Crusmão, eram tão gordos porque *comiam muitos cristãos* e no dia de Natal, celebravam três missas e comungavam Cristo três vezes. Deviam antes aprender um ofício manual. Aos padres que vinham pedir o dízimo das suas galinhas, respondeu a mulher de Roberto Flamengo que Deus não comia e, portanto, não estavam ali a criar frangos para os padres. Nicolas van Belle denunciou, sobretudo, a sua riqueza, mesmo a dos Capuchos, que nada mais faziam senão comer e dormir. Punham em dúvida o seu celibato. João António fazia troça das mulheres portuguesas, que iam confessar-se para espreitarem por baixo dos capuzes dos frades. Já o mesmo Van Belle considerava os Jesuítas como os perturbadores da ordem em Portugal, que, forçando os Índios a converter-se, faziam com que se perdessem territórios da coroa.

Estas disputas flamengas com Portugueses abordavam inevitavelmente os assuntos políticos e particularmente os avanços reformatórios e rebeldes nos Países Baixos. Hans le Petit pretendia saber que metade dos mercadores de Antuérpia já eram mais ou menos luteranos sem que o imperador dissesse se desse conta. De acordo com Jan Beth, até Amesterdão era nessa altura, na sua maioria, de tendência reformista. Ao Concílio de Trento faltara a ajuda do Espírito Santo. Francisco del Campo opinava que Filipe II procedera mal ao decapitar os condes Egmont e Hoorn. O jovem Nicolas Flamengo tinha o pirata Francis Drake em grande conta como um homem muito generoso, ao passo que Pedro Corte e Gonçalo Duche tomavam o partido da rainha de Inglaterra ou mesmo dos Turcos. Jácome Flamengo não compreendia que os católicos ingleses pudessem pegar em armas contra o seu próprio país. Nicolas Van Belle atribuía todas aquelas guerras à introdução da Inquisição, que ainda iria acabar por fazer com que Filipe II perdesse os Países Baixos. Também acusava os Espanhóis de raptarem mulheres e defendia a liberdade de religião, com a qual se provariam, de facto, as virtudes de todas as religiões.

Maior impacto podiam ter incidentes provocatórios. Uma provocação mais séria aconteceu por volta de 1558 Jan Beth, quando, num passeio com amigos, tomou dentro de uma capela uma imagem do altar e a batizou de cabeça para baixo numa pia de água benta para saciar sua sede^[182]. Hans Een Troos desenhou nas paredes cabeças de bispos ligadas a um vulto do Diabo. Caricaturas e livros de piadas escabrosas circulavam até nos escritórios de comerciantes como Guilherme del Reyno. Este referia-se a um folheto de Antuérpia sobre as bulas papais, que não valiam mais do que os testículos de um

velho ou de um cavalo cego. Crusmão tinha a bordo uma pequena biblioteca de livros suspeitos religiosos, comprados em Antuérpia, como o Velho Testamento, os Evangelhos, os Salmos e livros de rezas, uma história da Igreja, de Eusébio, um livro de Savonarola, mas também um almanaque e um livro ilustrado de fábulas do *Reynaerte Raposo com muitas figuras que parecem sospeytas com capelos de frades e raposas com contas e bordaes como que vão a Roma*. Outros liam Clément Marot e tinham uma disputa entre católicos e hereges, cantigas de desafio ou até um livrinho de Martinho Lutero. Daí que se repetiam as visitas inquisitoriais aos navios à procura de livros proibidos. Ainda em 1590, os Jesuítas alertaram o cardeal-arcebispo e inquisidor-mor Alberto de Áustria sobre a entrada em contrabando de livros heréticos, levados em barricas de biscoitos por capitães de navios holandeses e zelandeses.

Alguns Flamengos foram torturados, de acordo com as regras processuais previstas. Na maior parte das vezes, era suficiente um isolamento temporário na prisão para os fazer confessar. A punição consistia, geralmente em excomunhão e abjuração em auto-de-fé público ou perante o próprio tribunal, em catequização nas Escolas Gerais, penitências, em levar vestido o sambenito, e numa pena de prisão e pagamento das custas do processo. Na prática, porém, passado algum tempo, davam-se mostras de clemência, mas, não obstante, constituía uma experiência horrorosa. Alguns tentaram fugir a tempo. Assim Magdalena Wernaerts, mãe de quatro criancinhas, foi detida precisamente a caminho do embarque e só passados dezasseis meses, e após ter abjurado, lhe foi permitido juntar-se ao marido na Flandres. Outros foram metidos nas galés durante anos. Somente dois, o tecelão Roberto e o pobretão Pedro, foram condenados à morte e depois do auto-de-fé em 1557 entregues ao braço secular para sua execução, relativamente pouco num total de 244 queimados.

Depois de 1560 os Flamengos, provavelmente orientados pelos supracitados religiosos patrícios, tomaram mais cuidado e apareceram só excecionalmente nos auto de fé. Que esta pastoral nem sempre era livre de outras aproximações mostrou o caso do jovem António de Torres, natural de Haia, que confessou aos inquisidores que um padre dominicano *tomou o seu membro viril com a mão e o metteo na sua propria bocca e la fez que derramasse semente e depois a cospio fora*^[183]. A desculpa para os linguarudos imprudentes cada vez mais avançada era o excesso de vinho resumido na proverbial expressão *bêbado como um flamengo à meia noite*. Não faltavam em Lisboa tabernas, onde esta gente podia reunir-se. Como taberneiros e hoteleiros flamengos se mencionaram por volta de 1560 João de Lyla aos Cubertos de Cataquefarás ou Frans Jansen, Francisco Hans na Rua dos Fornos, e por volta de 1600 Reinaldo João e João Bacara, na paróquia dos Mártires e Jaques Framengo, na Boa Vista^[184]. Entretanto, este vício flamengo perturbava a civilidade e a ordem social portuguesa talvez mais que a própria heterodoxia. Gaspar Frutuoso vituperou nas suas *Saudades da terra* (Ponta Delgada, 1979) este hábito de andarem com os

braços uns sobre outros, e pegados uns dos outros, como fazem os flamengos, quando vão contentes do vinho, como se fosse uma cena breugeliana. Esta fama foi ainda reforçada pelas invasões holandesas do Brasil, onde nas suas bededeiras destruíram na Baía em 1624 e em Olinda em 1630 boa parte do primeiro património colonial. Manuel Calado acusou no *Valeroso Lucideno* o seu gosto imoderado pela bebida e advertiu contra o seu truque sovina de convidar os portugueses ou nativos numa taberna do Recife para tocarem juntos os copos e deixar-lhes a conta para pagar^[185]. Esta embriaguês ecoou por muito tempo nas poesias de Gregório de Matos^[186].

Visibilidade e ostentação da Nação Flamenga

Entrementes, os responsáveis da pré-existente Nação Flamenga deviam preocupar-se mais com a sua imagem e exercer algum controle social para não prejudicar os seus privilégios. Desde 1414 tinham à sua disposição no convento dos Dominicanos no Rossio uma Capela da Vera Cruz e de Santo André com uma Irmandade deste nome, administrada por um juiz, dois mordomos, um escrivão e vários deputados, que eram eleitos anualmente^[187]. Ela levantava os seus rendimentos por uma taxa de um por mil reis sobre as transações comerciais e a venda de jazigos aos seus membros. A par desta, existia uma Irmandade de São Bartolomeu, na igreja de São Gião ou Julião, que datava também do século XV, mas que mais tarde congregava sobretudo os arcabuzeiros alemães e flamengos e alguns mercadores de ascendência teuto-flamenga. Não parece ter existido alguma rivalidade entre as duas irmandades e alguns Flamengos faziam-se membros das duas e até da irmandade francesa de São Luís, que existia desde a época de D. Duarte, com capela em São Julião e que construiu a sua própria capela em 1559-1572^[188]. Ao contrário das irmandades flamengas de Sevilha e de Madrid, as de Lisboa não dispunham de um hospital próprio, talvez porque a cidade já era melhor servida pelo Hospital de Todos-os-Santos.

Além das Irmandades havia um ou dois cônsules e às vezes ainda um procurador ou solicitador flamengo, que zelavam pelos privilégios flamengos. Estes foram concedidos como um paralelo ou um retorno à fundação em Bruges nos anos de 1410-1414 de uma Nação Portuguesa com capela de Santa Cruz no convento de São Domingos, também com procurador próprio e dois cônsules. Renovados e ampliados, os privilégios exoneravam os Flamengos em Lisboa do serviço militar e protegiam-nos contra prisão arbitrária. Assim Eustache Delafosse, preso na costa da Guiné, esperava por cartas à Nação obter do rei a sua graça de condenado à morte^[189]. Os Flamengos podiam andar armados e de noite com os seus criados, levando tochas, vestir-se de luxo e com jóias e possuir moedas de ouro, balanças e pesos, cavalos e mulas para o seu transporte. Ficavam livres de certos impostos para revender pessoalmente as suas mercadorias em Portugal, bem como nego-

ciar com o Ultramar. Em viagens pelo interior do país tinham precedência sobre outros viajantes. Era-lhes ainda permitido arbitrar os seus conflitos perante o seu próprio juíz.

Este atraente estatuto económico e social tinha um carácter muito teórico, sendo, na prática, contrariado pelas mais diversas disposições régias, ainda para mais que aos privilégios flamengos se sobrepuseram os privilégios alemães posteriores e que vários mercadores passavam por Flamengos, mas também por Alemães. Por isso, os supracitados Erasmus Schetz, em 1511, e Hans van Pelcquen ou Pelque, em 1570, pediram o reconhecimento explícito de ser privilegiado^[190]. Schetz, que se apresentava como Alemão, pedia em nome dos mercadores alemães reconhecimento dos privilégios outorgados em 1503 por D. Manuel ao representante de Anton Welsler, Simão Seyes: comércio livre em todos os reinos; liberdade de importar prata sem pagar direitos; taxas de somente 10% sobre a importação de *latão, cobre por lavar, vermelhão, azougue, mastros de naos, pez, alcatrão* ... e de 5% sobre a compra de especiarias. Pelque insistia sobretudo na sua velha nobreza, atestada por ninguém menos do que Damião de Góis, que se lembrava de ter sido recebido com banquete e música na casa do pai em Dansique. Dizia-se feitor alemão em Lisboa, mas comprou em 1593 um senhorio na Flandres, o *Hof Geelant* em Bazel.

Geralmente, o cônsul era um Flamengo ou alguém desta ascendência como o filho de Damião de Góis, Ambrósio. Ele nomeava o *lingua* ou tradutor e também o seu congénere no Porto^[191]. Em 5 de março de 1580 o magistrado de Antuérpia recomendou Jan Cassiopin, um mercador respeitado, que morou muitos anos na cidade, para o ofício de cônsul, disponível pela morte de Herman Thielmansz. Entretanto, pouco depois o magistrado foi informado de que o rei tinha nomeado Hans Cleynaerts Mathijssone e aceitou-o como um conhecido e porque este, originário de Augsburg, era também cônsul dos Hanséáticos, unindo assim os dois ofícios ao seu nome^[192].

Na conjuntura tanto do encerramento da Feitoria portuguesa em Antuérpia como do crescente alerta e perseguição aos heréticos em Lisboa, a Nação Flamengo começou a manifestar-se mais na vida pública, para agradar à corte. Quando das bodas da princesa Juana, filha de seu sobreano Carlos V, com o herdeiro do trono português os Flamengos foram os únicos entre os estrangeiros a acolher em 5 de dezembro de 1552 a procissão naval de boas vindas com um barco próprio^[193]. Um dos mais exóticos e esplêndidos, parecia um elefante, com um leão na proa levantando um estandarte e ladeado pelas duas colunas de Hércules, com bandeirolas, que proclamavam a divisa de Carlos V: *Plus Ultra*. Dois marinheiros detrás do leão sustentavam uma águia bicéfala com o escudo de armas do imperador.

Quando em maio de 1565 uma semana de festividades celebrou o casamento por procuração de D. Maria de Portugal, sobrinha do rei D. João III, com Alexandre Farnese, filho da governadora dos Países Baixos, Margarida de Parma, e neto de Carlos V, a Nação Flamengo ofereceu a 20 de maio na praça em frente ao Paço real um banquete para acompanhar

as festas taurinas dos jovens nobres. Para tanto os Flamengos montaram num estrado um pavilhão em madeira, guarnecido com tapeçarias, e com a mesa coberta de toalhas adamascadas, chamando assim a atenção de possíveis compradores dos seus produtos.

Este alardo, quase exibicionista, da Nação Flamenga acentuou-se ainda mais nas entradas de Filipe I e de Filipe II. Na primeira, em fevereiro de 1581, os Flamengos distinguiram-se com a melhor obra e o melhor espetáculo, construindo uma ponte-castelo no rio Tejo, pela qual o rei desembarcou e recebeu as chaves da cidade, para logo passar por uma porta decorada com muitas figuras^[194]. Nesta ocasião o rei recebeu os marinheiros católicos dos navios de Hoorn e Enkhuizen carinhosamente, inclusive com comidas e prometeu ajuda e proteção contra qualquer discriminação^[195]. Quando alguns destes, muito contentes, regressaram à Holanda, ficaram a saber da abjuração do soberano pelos rebeldes e inquietaram estes pela sua disposição para uma contra-revolta^[196]. Para resolver os seus problemas com os embargos alguns marinheiros holandeses foram visitar em 1587 e de novo em 1593 a corte em Madrid, onde, cada vez, juntos com cortesãos e arqueiros flamengos patinaram graciosamente nos tanques da Casa de Campo para delícia do monarca^[197]. Mesmo o cronista rebelde desta época, Emanuel van Meteren, concedeu que em Portugal foram tratados mais suavemente por causa dos seus privilégios^[198].

O Arco para a entrada de Filipe II em 1619, para o qual gastaram 4500 cruzados, um pouco menos que os 5.925 dos mercadores alemães para o seu, tinha uma mensagem política explícita e pleiteava a concórdia num momento em que o prolongamento da trégua (1609-1621) se encontrava ameaçado pela vitória na Holanda do partido de guerra gomariano sobre o partido arminiano de paz. Mostrava as 17 províncias com estátuas e escudos, as nove leais e obedientes do lado direito e as oito rebeldes do lado esquerdo. Em cima da porta de entrada encontrava-se, dentro de uma forma redonda, a estátua da discórdia, que separava os escudos, mas que na hora da passagem do rei desaparecia, empurrada pelos escudos reunidos^[199]. Os textos exaltavam os privilégios e os laços dinásticos na expectativa de vencer a rebeldia holandesa com o *desejo grande que há neles de que todas se venham a unir, e reduzir em um corpo à obediência de seu natural senhor*. Como a trégua expirou em 1621 e as hostilidades irromperam com maiores violências, os Flamengos acharam prudente manifestar a sua fidelidade a Filipe III e deram um considerável contributo financeiro para o equipamento da frota que em 1625 foi reconquistar Salvador da Baía aos Holandeses.

Ao lado do prestígio visual, os dirigentes da Nação Flamenga velavam para que as suas ovelhas negras não dessem muito que falar. Assim enviaram o alfaiate Mathias Tissen, que, sendo lúnatico, provocara várias vezes escândalos, a suas expensas de volta à Flandres para tratamento. Pouco tempo depois, de novo em Lisboa, durante um serviço religioso na Misericórdia, num domingo de setembro de 1615, ergueu-se de repente para

contradizer o pregador em altos brados, o que lhe custou novamente uma semana de prisão e uma dura reprimenda dos inquisidores. Deram também uma esmola para tirar da rua Charles de Saintes, que tinha caído na miséria e vadiava pelas ruas como um *pícaro*, coberto de ferimentos resultantes das suas rixas noturnas. No entanto, depressa voltou a gastar o dinheiro na bebida. Outro bebedola incorrigível era Andrés Schuurman, oriundo de uma família antuerpiana muito considerada, com muitos religiosos, tendo ele próprio estudado latim. As suas atrevidas declarações nas tavernas levaram-no à cadeia, uma primeira vez, por um ano, e depois às masmorras da Inquisição, de 1628 a 1632.

Mais duas festividades apontaram a vitalidade ou, pelo menos, a permanência da comunidade flamenga que participou ainda nas entradas, em outubro de 1666, para o casamento de D. Afonso VI com Maria Francisca Isabel de Sabóia e, em 30 de agosto de 1687, no de D. Pedro II com Maria Sofia Isabel de Neuburgo^[200]. Nesta última o arco triunfal mais caro era dos Alemães e custou mais de 17.000 cruzados, ainda que sem poder terminá-lo^[201].

“Meio framengos” ou portugueses de adoção?

À primeira vista a Nação Flamenga parecia desenvolver-se, sobretudo a partir dos últimos decénios do século XVI, como o casulo protetor de um nítido comunitarismo. Este manifestou-se particularmente nos casamentos das primeiras e segundas gerações, que se realizavam, provavelmente ainda maioritariamente, entre Flamengos. Mais do que no Porto, onde aproximadamente dois terços dos flamengos casavam com portuguesas, ainda mais porque esta comunidade era menor e oferecia poucas oportunidades^[202]. Casamentos mistos ocorriam com frequência, mas aparentemente mais entre gente mais modesta. Bastantes flamengos serviram de padrinhos de casamento ou de batismo de portugueses^[203]. Aliás, é discutível que esta notável endogamia seja um exclusivo dos flamengos. Estes seguiam talvez mais uma característica geral das camadas sociais superiores em Portugal do que pretendiam a manutenção ou a consolidação da Nação Flamenga. Comerciantes de boas posses casavam os seus filhos quase naturalmente no meio mercantil e neste, cada vez mais restrito pela exclusão dos cristãos novos e pela ascensão social dos cristãos velhos à nobreza, as primeiras oportunidades eram flamengas. Juntavam-se assim fortunas para a sua própria ascensão à nobreza do país.

Outro distintivo seriam os contactos seguidos com a pátria. No decorrer do século XVII ocorreu ainda, se bem que menos que nos dois séculos anteriores, que alguns comerciantes, como Guillermo van Taterbeeck, aliás de Tatrebei, voltaram para Antuérpia, seja com a fortuna feita seja para reintegrar a firma na Flandres ou mesmo por necessidade. Entre os que ficaram tornou-se mais comum, sobretudo depois que a tranquilidade se restabeleceu com o governo dos Arquiduques Alberto e Isabel, enviar os filhos nascidos

em Portugal para a Flandres, como no caso supracitado dos filhos de Pedro Craesbeeck. Em 1617 Guilherme van Gennip confiou o filho a François van der Willighen em Antuérpia para que aprendesse o idioma flamengo e as boas maneiras. Francisco Wallis mandou por volta de 1654 o seu filho Thomas estudar no colégio antuerpiano dos Jesuítas. Antes, Pedro de Belém relatou, no seu testamento de 1646, que ele ficou depois da morte do seu irmão André em 1619 por tutor do seu sobrinho Guilherme de Belém e gastou bastante dinheiro com este moço difícil, em alimentos e vestidos, mas também em ensino, primeiro em Calais e depois em Antuérpia numa escola onde *aprendeo a lingoa framenga francesa ler e escrever por tempo de 3 annos*. Como não se emendou, fez uma nova tentativa em Amsterdão com Duarte Guterres, onde gastou 409.550 reis. Na volta da Flandres ainda o ensinou em sua casa no livro de caixa em 1637 e 1638, tratado como filho, *sentado comigo a mesa correndo com todo o dinheiro do negocio ... causa de se emsoberbeser perdendome o respeito*^[204].

Mesmo assim, muitos flamengos apegaram-se à sua residência em Portugal, comprando a sua casa em Lisboa e uma quinta nos arredores. A compra de uma sepultura evidenciava ainda mais a intenção de ficar. Na segunda geração vários investiram dinheiro em processos para obter a sua habilitação como familiar do Santo Ofício ou para as ordens nobiliárquicas, que abriam o caminho para uma integração mais ampla^[205]. Podiam até estabelecer um morgado, como os Péry de Linde, dos quais subsiste uma casa de ricos azulejos na rua de Santiago, ou construir o seu palácio como os Sinel de Cordes, cavaleiros da Ordem de Cristo e fidalgos da Casa Real, no Campo de Santa Clara em Lisboa.

Os seus processos e, sobretudo, os testamentos, revelaram-se uma fonte preciosa sobre o estilo de vida e as aspirações destes flamengos. Estes não pareciam diferenciar-se muito dos Portugueses na sua procura de uma vida senhorial, servida por escravos e empregados, gozando da posse de uma quinta e de uma capela com a perspectiva de um enterro pomposo. Em 1631, Justo Benique, marido de Joana Baqualar e cunhado de Luís Cado, duas vezes mordomo da irmandade flamenga e uma vez juiz, também membro de mais cinco outras confrarias, proprietário de uma quinta em Sete Rios, previu o seu enterro em hábito dominicano na sepultura de Abraham Baqualer, o supracitado lapidário e comerciante Bachillier^[206]. Em 1632 Jaques Bolarte, casado com Maria da Costa, pediu um enterro no hábito dominicano no jazigo de Santo André, acompanhado pela irmandade, mediante um donativo de 4000 réis^[207]. A confraria foi bem melhor servida no testamento de Sebastião Janssens^[208]. Ainda solteiro em 1649, comprou por 200.000 réis à Irmandade uma sepultura na capela de Santa Cruz em São Domingos, com o corpo vestido do hábito dominicano. Se deixou dinheiro para Frei João de Anveres, dominicano e capelão de Santo André, não esqueceu a Ordem de São Francisco, a irmandade de São Luís dos Franceses, as irmandades da sua freguesia, os órfãos e pobres, nem os seus dois caixeiros, o seu homem de pé e a sua empregada. Deixou a sua cativa Grasia forra

com carta de liberdade. Similar foi em 1636 o legado de João Blao, casado com Brígida Antunes, para a sua sepultura em hábito dominicano, com religiosos de São Domingos, mas também de São Francisco, donativos à irmandade de Santo André e ao seu capelão, Frei Pedro, aos meninos órfãos, a uma outra confraria de São Sebastião, aos clérigos da sua freguesia de São Julião e às suas duas criadas. Recomendou ainda que um escravo índio Paulo, na sua quinta de Melesas, fosse lá bem tratado e alimentado. O seu filho João herdeiro universal devia salvaguardar 300.000 réis para a sua filha espúria se sustentar e eventualmente casar^[209].

Geronymo Roze preferiu em 1631 a sua sepultura no convento de São Francisco na capela instituída pelo seu tio Pero Francisco e da qual era administrador^[210]. A mesma igreja foi também escolhida por Ilaria dela Corona em 1645^[211]. A sua irmã Lucrécia, esposa do alemão João Filter, preferia em 1626 Nossa Senhora do Loreto, na capela do seu irmão Francisco e deixou dinheiro para São Bartolomeu dos Alemães^[212]. Jaques Jaques indicou em 1626 o Convento de São Bento-o-Novo^[213]. Anrique Costes aliás Costodyo, casado com Beatriz Francisco, morador na Rua da Barroca, em 1632 prescrevia o seu enterro em hábito franciscano em Nossa Senhora dos Mártires debaixo de uma campa com suas armas e letreiro, acompanhamento pelos frades franciscanos e pelas duas confrarias de Santo André dos Flamengos e de São Bartolomeu dos Alemães^[214].

As quintas tornaram-se quase obrigatórias para um Flamengo bem sucedido. O mercador João Hals adquiriu em 1645 por 7.500 cruzados uma propriedade nos arredores de Alverca, composta da Quinta do Pinheiro, antigamente Quinta dos Reis, e de outra que foi de Afonso Bocarro^[215]. Nos arredores de Lisboa situavam-se a Quinta das Laranjeiras de Abraham Bachillier, uma de João du Bois na Calçada do Congro, antes de Poço Novo, a de Manuel Huguens no Alfeite, no outro lado do Tejo, de Carlos e Lamberto Ustarte a grande Quinta do Cabo, na paróquia Nossa Senhora da Assunção em Povos, uma de Belchior Rubim também em Povos, uma de Pedro de Salinas perto de São Sebastião da Pedreira, uma de João Baptista Jacobs, em Chafariz de Arroyos com uma ermida. Aos Sinel de Cordes pertencia a Quinta de Nossa Senhora da Conceição, perto de Barcarena – classificada como monumento nacional em 1982 – a João Bollarte Dique uma em Colares^[216]. Seria esta última a Quinta do Vinagre que um flamengo visitante de Lisboa em 1539, Juan de Mayere, apresentou à venda ao seu correspondente Crisostomo van Immerseel em Sevilha: *por aqui viven los estranxeros en sus haziendas en el campo lo más a tres leguas de aqui donde tienen sus viñas, olivares, frutales, y otros muchos deleytes de rios y arroyos como en nuestra soberana patria, pero con mucho más llaneza que en ella, holgaramos que vm lo viera y la quinta de un amigo mio, una legua de Sintra que la une por un lado un rio bien alegre y umbroso con todo lo que arriba digo y mucha tierra calma donde se puede apacentar libremente ganado vacuño, ovejuño y cabruño y aun de cerda si quizieren y el dicho amigo la arrendaria con harta comodidad a alguno que tubiesse caudal*

y se quizesse retirar a vida angélica^[217]. De quem viria o nome à quinta da Flamengo em Vila Franca de Xira?

Enquanto aos escravos, a ilegalidade da escravidão na Flandres era mais uma ficção jurídica algo hipócrita. Esta rejeição teórica, que levava alguns estrategas rebeldes à esperança de levantar os negros do Brasil contra os Portugueses, não impedia os flamengos e ainda menos os Holandeses de comprar e manter escravos ou de se envolver no trato, desde o supracitado Clenardus até aos traficantes holandeses para o Brasil ou Batávia e as outras conquistas holandesas da Índia oriental^[218]. Nos próprios Países Baixos havia escravos ao serviço de nobres, de soldados espanhóis e de mercadores portugueses, apesar de que podiam eventualmente fugir e recuperar judicialmente a liberdade. Mesmo assim, alguns mercadores flamengos recebiam de correspondentes na Península Ibérica um jovem servidor negro ou vinham de lá pessoalmente acompanhados do seu escravo. Bastantes flamengos em Sevilha, nas Canárias e certamente em Lisboa possuíam escravos, como Andrés de Saintes ou dos casos supracitados^[219]. Jheronima de Envers, certamente uma flamenga, figurava em outubro de 1599 como testemunha no casamento do escravo Domingos, do flamengo João Serim, com outra escrava^[220]. Nem faltavam traficantes como Jácome Fixer, Julien del Court, Andrés Snellinck e o italo-flamengo João Baptista Rovelasco ou estes Jacques de Vooch e Pedro van der Bos, moradores em Lisboa, que em 1592 desde São Tomé enviaram dois escravos para lá. Ainda no século XVIII os flamengos de Lisboa continuaram a possuir escravos como os quatro de Jean Antoine Vanzeller^[221].

Não menos ambígua era também a atitude dos Flamengos e Holandeses para com os judeus e os cristãos-novos portugueses. Nos Países Baixos grassava desde a Idade Média, apesar de uma presença judaica relativamente pequena, um forte antissemitismo^[222]. Até Erasmus contribuiu com o seu *Enchiridion* para a denúncia dos seus ritos e do *faraseismo*. O refúgio de judeus portugueses em Antuérpia provocou nos anos de 1530-1540 comoção, arrestos e expulsões com o pretexto de que formavam monopólios comerciais. O apodo de *specken* ou toucinhos para os marranos ou ibéricos em geral tornou-se familiar. Mesmo assim alguns mercadores flamengos travaram relações comerciais com judeus e cristãos-novos ou manifestaram-se a seu favor, como Erasmus Schetz por ocasião das investigações discriminatórias contra Diogo Mendes.

Em Lisboa os contactos, conflitos e convívios alternavam. Em 1548-1549 Simon Geerit e Wybout Corneliszone, um mestre e um marinheiro holandeses, protestaram porque, depois de terem vendido mercadoria em Lisboa, a justiça lhes tomou 1600 florins *dizendo que haviam cargado en sus naos bienes y hazienda de judios, de que dicen estan sin culpas...porque no conocen en este reyno ningun judio, ni han sabido que los haya*^[223]. Em 1578 Hans Snel atribuiu a sua perda de um bom negócio com trigo contra especiarias aos judeus, *que os contrariavam em toda a parte*^[224]. As denúncias contra Anrique Dias Milão,

executado em 1605, pareciam ter saído do Convento das Flamengas, que avizinhava as suas casas em Alcântara^[225].

Ao mesmo tempo, no clima de perseguição inquisitorial aos heterodoxos, Flamengos e Judeus em Lisboa podiam ser identificados e tornar-se solidários. Um flamengo era sob muitos aspetos um reconverso navegando entre Protestantismo e Catolicismo. Significativo a este respeito foi um incidente, relatado numa denúncia perante a Inquisição, quando um Português qualificou um flamengo desrespeitoso como *parece que sois flamengo e judeu*. Vários jovens flamengos trabalharam como caixeiros ou servidores de cristãos-novos, como o supracitado Antonio Billet, com Fernão Soares, em Pernambuco ou Abraham Cabalhão, aliás João de Araújo, em Salvador de 1608 a 1618, para Afonso Dias Henriques e Diogo Lopes Franco e mais, em Antuérpia, para Rafael Fernandes^[226]. Jean-Baptiste Clarisse aprendeu o estilo mercantil com Manuel Fernandes de Moraes no Porto. Neste convívio podia ocorrer algum proselitismo com referências a livros e leituras como no caso do jovem Paulo Sonio de Antuérpia. Na sua audiência pela Inquisição de Lisboa este caixeiro de Paio Rodrigues, em Viana do Castelo nos anos de 1612 e 1613, confessou as suas conversas com o médico José da Silva, que o levou a aceitar, por pouco tempo, a lei de Moisés^[227]. Esta justificava-se já pela evidência para Sonio de que Jeová oferecia muita riqueza aos Judeus no meio de tantos inimigos. Ele partilhava, como outros flamengos, a quase ecuménica convicção de que os homens podiam salvar-se em qualquer religião desde que respeitassem a lei natural e fizessem obras de caridade^[228]. Os diabos não existiam e não era concebível que Deus criasse tanta gente com uma alma para depois condenar a maior parte deles. Segundo Sonio, existia na Flandres sem Inquisição tanta santidade quanto na Península Ibérica. Elias De Corte teve em 1612 problemas com a Inquisição por ter escondido na sua casa três mulheres cristãs-novas e foi levado num burro pelas ruas da cidade, recebendo chicotadas sem derramento de sangue^[229]. Ele andava nas galés ao remo por ter fugido do cárcere, quando foi posto em liberdade em abril de 1616 por mandado do Vice-Rei^[230].

Além disso, contraíram-se alguns casamentos mistos. Paula de Sequeira, que se denunciou na Baía em 1591-92, era filha do ourives Manuel Pires, *meo flamengo*, e de Mecia Roiz, ao passo que Gregório Nunes pertencia à família mista dos Nidroff ou Niderhoffer^[231]. Mesmo que o medo do sangue cristão-novo pudesse estimular a endogamia entre flamengos, outros arriscavam-se e defendiam-se, como em 1637 Nicolas Bourey, mercador natural de Antuérpia no processo de habilitação para familiar do Santo Ofício^[232]. Ele avançou em seu favor *por estrangeiro ter noticia de muytas coisas* e pretendia a respeito das suspeitas de cristã-nova contra a sua esposa Maria Lopes, filha do livreiro Martim Parra, que alguns conterrâneos espalharam este rumor. Uma testemunha flamenga Corneles Lourenço socorreu-o com o argumento de que, se fosse o caso, os outros estrangeiros, numa espécie de censura interna para proteger a fama da sua comunidade, *costumam*

publicar as faltas dos seus naturais e ainda neste cazo corria maior razão para isso porquanto o ditto Nicolao Burai deixara de cazar com filha de estrangeiro e cazou por amor com a mulher que hora tem. Outro familiar flamengo do Santo Ofício, Guilherme Rosen opinou que ela não devia ser cristã-nova ou mourisca porque *no tempo que o ditto Nicolao Borai e elle testemunha vierão de Flandes pera esse reyno os flamengos inteiros de pae e mae como he o ditto Nicolao Borai não se misturarão com gente alguma infiel ou da nação dos christãos novos.* Quando João Baptista Wallis, °1690, solicitou por volta de 1720 a sua habilitação de familiar do Santo Ofício, ficou também suspeito de sangue cristão-novo pela avó Maria de Barona, filha do supracitado Valentim de Barona. Este tinha sido preso pelo casamento do seu irmão com uma cristã-nova e por ter participado do empréstimo da gente da nação em 1622, mas teria sido por erro^[233]. Em 1726, João Baptista já apareceu como cavaleiro professo da Ordem de Cristo. Seu irmão Valentim obteve em 1699 sentença de justificação de cristão velho. Um caso mais difícil foi a candidatura de Jerónimo Bollarte Dique em 1726^[234]. Como um primo do seu pai, João Dique, casado com a cristã-nova Ana da Palma, foi penitenciado pelo Santo Ofício e morreu queimado, ofereceu um certificado da cidade de Antuérpia de que os seus ascendentes não tinham sangue judeu.

O distanciamento dos flamengos lisboetas perante os cristãos-novos devia-se em parte também aos rumores insistentes sobre a implicação e a convivência destes na fundação das duas companhias holandesas das Índias orientais e ocidentais e particularmente nas invasões do Brasil^[235]. Esta colaboração entre cristãos-novos e rebeldes holandeses foi na realidade mais ocasional e oportunista do que regular, mas tornou-se uma obsessão nos meios da corte em Madrid e teve posteriormente um eco quase mitológico. A idealização da tolerância holandesa no Brasil serviu aos brasileiros sobretudo para se distanciar do seu passado português e merece bastantes ressalvas. Por exemplo, no seu Brasil os invasores holandeses trataram sem piedade os próprios flamengos que lhes forneceram informações como Adriaan Verdonck, que morou antes tanto em Lisboa como em Pernambuco, ou Lenaart van Lom, que em 1624 negociava em Viana com os parentes Jacques e Mathias van Lom no Porto e com cristãos-novos de Viana e de Amesterdão. No Recife ambos foram suspeitos de traição em favor dos Portugueses e Lenaart foi mesmo decapitado e esquartejado^[236].

Deve-se concluir com a proposta de se pesquisar melhor nos arquivos lisboetas e flamengos esta Nação Flamenga tanto na sua especificidade como na sua integração. Para tal urge compará-la com as suas congéneres flamenga em Veneza, Sevilha e Cádiz e italiana, espanhola, alemã, francesa e inglesa em Lisboa como também com as nações portuguesas em Bruges, Antuérpia, Amesterdão, Londres, Hamburgo e no mundo hispanoamericano no México e em Lima.

Notas

- ¹ Raymond FAGEL, *De Hispano-Vlaamse wereld, De contacten tussen Spanjaarden en Nederlanders, 1496-1555*, Bruxelas-Nimega, 1996; Veronika JOUKES, *Os Flamengos no Noroeste de Portugal (1620-1670)*, Porto, 1999.
- ² Um dos mais divulgados é David LANDES, *The Wealth and Poverty of Nations, Why Some are so Rich and Some so Poor*, New York, 1997; em tradução portuguesa: *A Riqueza e a Pobreza das Nações*, Lisboa, 2001.
- ³ Clé LESGER, *Handel in Amsterdam ten tijde van de Opstand*, Hilversum, 2001.
- ⁴ Eddy STOLS, “Los imperios ultramarinos de Carlos V y Felipe II en la historiografía e imaginativa expansionistas belgas (1830-1914)”, eds. José Martínez Millán e Carlos Reyero, *El siglo de Carlos V y Felipe II, La construcción de los mitos en el siglo XIX*, Madrid, 2000, t. 2, pp. 383-405.
- ⁵ É o caso de Gustaaf ASAERT, 1585, *De scheiding der Nederlanden en de uittocht van de Vlamingen*, Tielt, Lannoo, 2004, que compara este êxodo com a expulsão dos judeus e mouriscos da Península Ibérica, ignorando sistematicamente qualquer migração para os países meridionais. Felizmente existem exceções como Wilfrid Brulez, um dos primeiros a pesquisar a emigração por oportunidades e necessidades económicas, se bem que o seu uso do termo “diáspora” não me pareça adequado pela sua conotação político-religiosa e não corresponda às migrações anteriores às crises de 1568-1585.
- ⁶ Leslie PAGE MOCH, *Moving Europeans, Migration in Western Europe since 1650*, Bloomington, Indiana U. P., 1992; Antoni MACZAK, *Travel in Early Modern Europe*, Cambridge, Polity Press, 1995; ed. Anne MORELLI, *Les émigrants belges*, Bruxelas, 1998; Isabel M.R. MENDES DRUMMOND BRAGA, *Os Estrangeiros e a Inquisição Portuguesa (Séculos XVI-XVII)*, Lisboa, 2002; Daniel ROCHE, *Humeurs vagabondes, De la circulation des hommes et de l'utilité des voyages*, Paris, Cambridge, 2003; eds. Klaus J. BADE, Pieter EMMER, Leo LUCASSEN e Jochen OLTMER, *The Encyclopedia of Migration and Minorities in Europe from the 17th Century to the Present*, Cambridge U.P., 2011. Fica em aberto se o novo *Red Star Line Museum* de Antuérpia sobre a emigração europeia adotará uma visão mais larga, encarando as idas e voltas.
- ⁷ Frédéric MAURO, *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*, Lisboa, 1989; Piet EMMER e Bernard BAILLYN, *Atlantic History, Concept and Contours*, Cambridge, Mas., Harvard U.P., 2005; Alain CABANTOUS, “Résistances de principe ou lucidité intellectuelle? Les historiens français et l’histoire atlantique”, *Revue historique*, 314, 2012, pp. 705-726.
- ⁸ Eds. Francisco BETHENCOURT e Florike EGMOND, *Correspondence and Cultural Exchange in Europe, 1400-1700*, Cambridge, 2007.
- ⁹ Jan A. GORIS, *Étude sur les colonies marchandes méridionales (portugais, espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 à 1567*, Lovaina, 1925 (existe uma edição facsimile); eds. Hugo SOLY e A.K.L. THUIS, *Minorities in Western European cities (Sixteenth-Twentieth Centuries)*, Bruxelas-Roma, 1995; *Il ruolo economico delle minoranze in Europa sec. XIII-XVIII*, ed. Simonetta Cavaciocchi, Prato, 2000; Eddy STOLS, “Mercurius met een exotische maraboet. De Antwerpse koloniale handelsmetropool in de zestiende en zeventiende eeuw”, ed. Johan VERBERCKMOES, *Vreemden vertoond, Opstellen over exotisme in spektakelcultuur in de Spaanse Nederlanden en de Nieuwe Wereld*, Lovaina, 2002.
- ¹⁰ Barão DE REIFFENBERG, *Coup d’oeil sur les relations qui ont existé jadis entre la Belgique et le Brésil*, Bruxelas, 1841; Emile VANDEN BUSSCHE, *Flandre et Portugal*, Bruges, 1874; Eduardo BRAZÃO, *Présence du Portugal en Belgique*, Lisboa, 1970 (reedição em 1993); Pierre GOEMAERE, *Si le monde avait été plus grand... Deux siècles d’or: Belgique et Portugal*, Bruxelas, 1974. Ainda recentemente, Patrick MASELIS, *Des Açores à la Nouvelle Zélande, Toutes les colonies belges sur les six continents (1451-1916)*, Roulers, 2005, cultiva este olhar expansionista.

- ¹¹ Eddy STOLS, “Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas”, *Anais de História*, Assis, V, 1973, pp. 9-54; IDEM, “A « nação » flamenga em Lisboa”, eds. John Everaert e Eddy Stols, *Flandres e Portugal*, Lisboa, Inapa, 1992, pp. 119-141; IDEM, “Flemish Merchants in the Iberian Peninsula in the Early Modern Period”, Klaus Bade..., o. c., pp. 381-383.
- ¹² A *Kronyk van Vlaenderen van 580 tot 1467*, segundo Emile VANDEN BUSSCHE, o. c., Bruges, 1874.
- ¹³ Joaquim VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, Lisboa, 1980, t. 2, pp. 21-22.
- ¹⁴ Jacques PAVIOT, *La politique navale des ducs de Bourgogne, 1384-1482*, Lille, 1995, pp. 105-108, 109, 112, 114, 138, 163-164, 290 e 309.
- ¹⁵ Margarida ORTIGÃO RAMOS PAES LEME, “Os Lemes – um percurso familiar de Bruges a Malaca”, *Sapiens, Revista de história, patrimônio e arqueologia*, em line, n.º 0, 2008, pp. 51-83.
- ¹⁶ *A invenção da glória, D. Afonso V e as tapeçarias de Pastrana*, catálogo exposição, ed. Ana de Castro Henriques, Lisboa, 2010; *Tapeçarias de D. João de Castro*, ed. Francisco Faria Paulino, Catálogo exposição, Lisboa, 1995.
- ¹⁷ O manuscrito encontra-se no Arquivo municipal de Malinas (Mechelen), mas existe uma edição do começo do século XVII: *De heerlijcke reyse ende pelgrimagie vanden machtighen factor des konincks van Portugael Emmanuelis XIII, door verscheyde Landen, Beschreven door Laureys van Haecht van Goidsenhoven*, Antuérpia, Anthoni Spirinckx den Jonghen, 1619; *Verscheyde voyagien, ofte reysen, gedaen door Jr Joris van der Does na Constantinopelen, heer Adriaen de Vlaming na Hierusalem, den Factor van den Koning van Portugael, Nicolaes Clenard na Turkyen* (wt verscheyde brieven by een verzamelt, vertaelt door Adr. Van Nispen)...alle by een verzamelt door een liefhebber der selver, Dordrecht, 1652; Emmanuel NEEFFS, *Un voyage au XVme siècle, Récit de l'expédition en Orient du grand-facteur de Portugal et de Jean Aerts de Malines, 1481-1484*, Lovaina, 1873, separata da *Revue catholique*, t. 9; Jan DENUCÉ, *Aspects nouveaux de l'Expansion portugaise en Belgique dans le Passé*, Bruxelas, Instituto de cultura portuguesa, 1939.
- ¹⁸ *Tvoyage van Mher Joos van Ghistele oft anders Texcellent groot zeldsaem ende vremd voyage...*, Gand, Henric van den Keere, 1557.
- ¹⁹ André GEORGES, *Le pèlerinage à Compostelle en Belgique et dans le nord de la France, suivi d'une étude sur l'iconographie de Saint Jacques en Belgique*, Acad. Royale de Belgique, Beaux-Arts, t. 13, Bruxelas, 1971; Antoon VIAENE, *Vlaamse pelgrimstochten*, Bruges, 1982; Jan VAN HERWAARDEN, “Le pèlerinage à Saint-Jacques de Compostelle (Xlle au XVIIIe siècle)”, *Santiago de Compostela, 1000 ans de Pèlerinage européen*, Catálogo exposição, Bruxelas, 1985, pp. 71-83.
- ²⁰ Raymond FAGEL, o. c., pp. 248-249.
- ²¹ Ed. Denis ESCUDIER, *Voyage d'Eustache Delafosse sur la côte de Guinée, au Portugal & en Espagne (1479-1481)*, Paris, 1992.
- ²² Floris PRIMIS, *Antwerpiensia*, 1928, t. 2, pp. 335-336; Renée DOEHAERD, *Études anversoises, Documents sur le commerce international à Anvers*, Paris, 1962-1963, t. 2, p. 275.
- ²³ Jan VAN HERWAARDEN, *Between Saint James and Erasmus, Studies in Late-Medieval Religious Life: Devotion and Pilgrimage in the Netherlands*, eds. Wendie Shaffer & Donald Gardner, Leiden, 2003; IDEM, “«On other occasions, St. James of Compostela was in need»: reflections on the relationship between Erasmus and Santiago”, *Erasmus of Rotterdam Yearbook*, 29, 2009, pp. 1-21.
- ²⁴ Ed. Francisco FERNANDEZ PARDO, *Las tablas flamencas en la Ruta Jacobea*. Catálogo, San Sebastián, 1999; eds. Alain TAPIÉ e Michel WEEMANS, *Fables du paysage flamand*, Catálogo exposição, Lille, 2012, pp. 142-159.
- ²⁵ Koninklijk Museum voor Schone Kunsten Antwerpen (Museu Real de Belas Artes de Antuérpia), inv. 849.
- ²⁶ Valère ARICKX, “Olivier Haeck, reiziger en bedevaarder uit Kortrijk, 1550”, *Biekorf* 87, 1987, pp. 393-396.

- ²⁷ Joaquim de VASCONCELLOS, *Relação da embaixada flamenga, 1428-1430 e viagem de Jehan Van Eyck a Portugal*, Porto, 1898; IDEM, "Ephemerides da embaixada flamenga (1428-1430)", *Revista de Guimarães*, 14, 1897, pp. 151-160; ed. Prosper GACHARD, *Relation de l'ambassade envoyée par Philippe le Bon en Portugal, ...*; ed. Jacques PAVIOT, *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*, Lisboa e Paris, 1995, pp. 205-218, 222-223, 226, 228 e 250; *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne, 1397-1471*, eds. Claudine Lemaire e Michèle Henry, Catálogo exposição, Bruxelas, Biblioteca Real, 1991.
- ²⁸ Emile VANDEN BUSSCHE, o. c., p. 138; ed. Charles Potvin, *Oeuvres*, Lovaina, Academia Real da Bélgica, 1878; Jacques PAVIOT, o. c., pp. 179, 396, 410, 453 e 466.
- ²⁹ Jacques PAVIOT, o. c., p. 122.
- ³⁰ Ed. Jacques CHIFFLET, *Histoire du bon chevalier messire Jacques de Lalaing, frère et compagnon de la Toison d'or, écrite par messire George Chastelain*, Bruxelas, Velpius, 1634; ed. Danielle Régnier-Bohler, *Splendeurs de la Cour de Bourgogne, Récits et Chroniques*, Paris, 1995, pp. 1276-1283.
- ³¹ Raymond FAGEL, o. c., pp. 295.
- ³² *À la Cour de Bourgogne, le Duc, son entourage, son train*, ed. Jean-Marie Cauchies, Turnhout, 1998; Jean-Marie CAUCHIES, *Le dernier duc de Bourgogne*, Turnhout, 2003; Miguel Ángel ZALAMA, "Filips de Schone en de kunsten", eds. Paul Vandenbroeck e Miguel Ángel Zalama, *Filips de Schone, De schoonheid en de waanzin*, Madrid, 2006, pp. 17-49.
- ³³ Leonor trouxe apenas duas pessoas segundo Laurent Vital. Além disso, o notário Pierre Boisot procurou em 1519 obter um ofício em Baeza para o compensar de seis anos de serviço sem pagamento e, em 1522, Charles Poupet partiu para a Península para obter do rei D. Manuel que sua esposa a rainha D. Leonor tomasse à regência sobre Castela. Laurent VITAL, *Premier Voyage de Charles-Quint en Espagne de 1517 à 1518*, eds. L. P. Gachard e C. Piot, *Collection des voyages des souverains des Pays-Bas*, t. 3, Bruxelas, 1881; Raymond FAGEL, o. c., pp. 299 e 337; Isabel Maria RIBEIRO MENDES, "O «deve» e o «haver» da casa da Rainha D. Catarina (1525-1557)", *Arquivos do Centro Cultural Português*, 28, 1900, p. 165; Maria Paula MARÇAL LOURENÇO, "O séquito e a Casa de D. Catarina de Áustria: a Família Real, a Índia e os grupos de poder", eds. Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, *D. João III e o império*, Lisboa, 2004, pp. 175-184. No Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa (doravante abreviado como ATTL), Sumário Cronológico, Suplemento, e Inquisição de Lisboa (doravante abreviado como IL), os processos 5943, 1981 e 9501.
- ³⁴ GARCIA DE RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, ed. Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Casa da Moeda, 1990, pp. 325-328.
- ³⁵ Jessica HALLETT, "De todas as partes do mundo, Flandres no património do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I", ed. Alexandre Nobre Pais, *Da Flandres. Os azulejos encomendados por D. Teodósio I, 5.º Duque de Bragança (c. 1510-1563)*, Lisboa, 2012, pp. 13-20.
- ³⁶ ATTL, IL, 5943 e 8555.
- ³⁷ Eds. Diana SCARISBRICK, Christophe VACHAUDEZ e Jan WALGRAVE, *Parures du pouvoir, Joyaux des cours européennes*, Catálogo exposição, Bruxelas, 2007.
- ³⁸ Luís KEIL, "Tapisseries de Flandre au Portugal pendant les XVe et XVIe siècles", *Miscellanea Leo van Puyvelde*, Bruxelas, 1949, pp. 309-311; Roza HUYLEBROUCK, "Portugal e as tapeçarias flamengas", *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 1986, 3, pp. 165-198; M. A. G. Quina, *A maneira de Portugal e da Índia. Uma série de tapeçaria quinhentista*, Lisboa, 1998; Paul VANDENBROECK, *Met vreemde gasten aan tafel*, eds. Paul Vandenbroeck e Miguel Ángel Zalama, *Filips de Schone*, o. c., pp. 117-140.
- ³⁹ Somente das *poupées de Malines* ou do Menino Jesus foram registados 76 exemplares em Portugal: Fernando FERRÃO DE TAVARES E TÁVORA, *Imagens de Malines*, Catálogo exposição, Lisboa, 1976. Conhece-se melhor o comércio com Espanha do que com Portugal: Filip VERMEYLEN, "Paintings for Portugal, The Export of Flemish Art from Antwerp to Portugal during the Sixteenth Century", *Ao Modo da Flandres. Disponibilidade, inovação e mercado de arte*, Lisboa, Fundación Carlos de Amberes, 2005,

- pp. 67-72; Neil DE MARCHI e Hans VAN MIEGROET, "The Antwerp-Mechelen Production and Export Complex", eds. Amy Golahny, Lisa Vergara e Mia Mochizuki, *In his Milieu: essays on Netherlandish Art in Memory of John Michael Montias*, Chicago e Amsterdam, 2007, pp. 133-147; Filip VERMEYLEN, *Painting for the Market, Commercialization of Art in Antwerp's Golden Age*, Turnhout, 2003; eds. Dries LYNA, Filip VERMEYLEN e Hans Vlieghe, *Art Auctions and Dealers, The Dissimination of Netherlandish Art during the Ancien Régime*, Turnhout, 2007; Duncan KINKEAD, "The Picture collection of Don Nicolas Omazur", *Burlington Magazine*, 128[1986], pp. 132-144.
- ⁴⁰ Jan DENUCE, *Brieven en documenten betreffend Jan Breugel I en II*, Antuérpia, De Sikkel, 1934, pp. 46 e 48; IDEM, *Kunstuitvoer in de 17e eeuw te Antwerpen, De Firma Forchoudt*, Antuérpia, 1931, pp. 31, 35-38, 102, 114-115 e 182; IDEM, *Na Peter Pauwel Rubens, Documenten uit den kunsthandel te Antwerpen in de 17e eeuw van Matthys Musson*, Antuérpia, 1949; Eddy STOLS, *De Spaanse Brabanders of de handelsbetrekkingen der Zuidelijke Nederlanden met de Iberische wereld, 1598-1648*, Brussel, 1971, t. 1, pp. 166-173; Erik DUVERGER, *Antwerpse kunstinventarissen uit de zeventiende eeuw*, Bruxelas, 1989, t. 4, p. 111; IDEM, *Documenten betreffende de Antwerpse tapijthandelaar, Cornelis De Wael, Erfgenaam van de firma Wauters*, Bruxelas, 2008, t. 1, pp. 30 e 104, t.2, pp. 189, 190 e 209-211; Roza HUYLEBROUCK, "Alguns documentos comerciais lusoflamengos do século XVII com interesse para a história da arte", *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, pp. 281-297 (ver no internet: [letras.up.pt. uploads 2214](http://letras.up.pt/uploads/2214)).
- ⁴¹ Nicole DACOS, "Os artistas flamengos e a sua influência em Portugal", eds. John EVERAERT e Eddy STOLS, *Flandres e Portugal, o. c.*, pp. 143-175; Vitor SERRÃO, *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Presença, 2001, pp. 77-79 e 95; ed. Pedro DIAS, *O Brilho do Norte. Escultura e Escultores do Norte da Europa em Portugal*, Catálogo exposição Lisboa, 1997.
- ⁴² Fernando António BAPTISTA PEREIRA, *Francisco Henriques, Um Pintor em Évora no tempo do D. Manuel*, Lisboa, 1997; IDEM e José António FALCÃO, *Um pintor em Évora no tempo de D. Manuel I, Francisco Henriques*, Catálogo exposição Évora, 1997.
- ⁴³ Felipe PEREDA, "Antonio de Malinas, un escultor de los Países Bajos en la España del Renacimiento", *Archivo español de arte*, 2004, pp. 139-157.
- ⁴⁴ Annemarie JORDAN SCHWEND, "Images de majesté, Le portrait de cour au Portugal (1552-1571)", *Portugal et Flandre, Visions de l'Europe (1550-1680)*, Catálogo exposição Bruxelas, 1991, pp. 119-125.
- ⁴⁵ Manuel TOUSSAINT, *Proceso y denuncias contra Simon Pereyins en la Inquisición de México*, México, 1938.
- ⁴⁶ António BORGES COELHO, *Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*, Lisboa, 1986, p. 72; ATTL, IL, 5618 e 10371.
- ⁴⁷ ATTL, IL, 1665, 1981, 5618, 5943, 6622, 8555, 10366, 10371 e 12453; SOUSA VITERBO, *Noticia de alguns pintores portugueses e de outros que, sendo estrangeiros, exerceram a sua arte em Portugal*, História e Memórias da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1907, 11, A, p. 23; Vitor SERRÃO, "O desvario do ornamento de Brutesco na pintura de tectos do mundo português, 1580-1720", *Struggle for Synthesis, The Total Work of Art in the 17th and 18th Centuries*, Lisboa, 1999, t. 1, pp. 283-302.
- ⁴⁸ António Henrique DE OLIVEIRA MARQUES, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1987, pp. 455-456; Carlos Vitorino DA SILVA BARROS, *O Vitral em Portugal, Séculos XV-XVI*, Lisboa, 1983, *passim*; ATTL, IL, 8555.
- ⁴⁹ João Carlos BRANCO PEREIRA, "L'azulejo au Portugal, Renouveau et permanence", em *Azulejos*, catálogo Europalia, Bruxelas, 1991, pp. 19-30; Claire DUMORTIER, *Céramique de la Renaissance à Anvers. De Venise à Delft*, Bruxelas, 2002; Alexandre NOBRE PAIS, "Reminiscências de uma memória esquecida: Os azulejos flamengos quinhentistas para o Paço Ducal de Vila Viçosa", *Da Flandres, o. c.*, pp. 42-57.
- ⁵⁰ Ignace BOSSUYT, "A polifonia flamenga e a música portuguesa do século XV ao XVII", *Flandres e Portugal, o. c.*, p. 213-229; Bernadette NELSON, "A música na Capela dos Duques de Bragança no século XVI", *Da Flandres, o. c.*, pp. 21-24.

- ⁵¹ ATTL, IL, 8555 e 9524; Inquisição de Évora, 7875.
- ⁵² Eds. Rainer BABEL e Werner PARAVICINI, *Grand Tour, Adeliges Reisen und europäische Kultur von 14. bis zum 18. Jahrhundert*, Ostfildern, 2005.
- ⁵³ *L'humanisme portugais et l'Europe*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1984.
- ⁵⁴ Alphonse ROERSCH, *Correspondance de Nicolas Clénard*, Bruxelas, 1940-1941, 3 t., *passim*; Suzanne CORNIL, *Humanistes belges au Portugal: Clénard et Vaseus*, Paris, 1984; "Nicolaes Cleynaerts (1493-1993), Van Diest tot Marokko", ed. Gilbert Tournoy e.a., Catálogo exposição, *De Brabantse Folklore en Geschiedenis*, 278-279, 1993; Jeroen DEWULF, "As cartas do humanista Nicolau Clénard sobre Portugal", eds. Luís Adão da Fonseca e.a., *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, Porto, 2003, pp. 581-589; Jorge FONSECA, "Black Africans in Portugal during Cleynaert's visit (1533-1538)", eds. T. F. Earle e K. J. Lowe, *Black Africans in Renaissance Europe*, Cambridge, 2005, pp. 113-121; Eddy STOLS, "Auberges espagnoles e hóspedes flamengos: por uma história das pousadas, das vendas e da hospitalidade luso-brasileiro", ed. Eduardo FRANCA PAIVA, *Brasil-Portugal, Sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (Séculos XVI-XVIII)*, São Paulo, 2006, pp. 149-180.
- ⁵⁵ Eddy STOLS, "Gustos y desgustos en la confrontación y el intercambio alimenticios entre España y Flandes (siglos XVI y XVII)", eds. Ana CRESPO SOLANA e Manuel HERRERO SÁNCHEZ, *España y las 17 provincias de los Países Bajos, Una revisión historiográfica*, Córdoba, 2002, pp. 585-614.
- ⁵⁶ *Reysen van Nicolaes Clénard*, ed. Adriaen van Nispen, Dordrecht, 1655; *Naauw-keurige voyagie van Nicolaas Clénard*, ed. Pieter vander Aa, Leiden, 1706.
- ⁵⁷ Raul RÊGO, *O processo de Damião de Goes na Inquisição*, Lisboa, 2007, pp. 141, 144, 147, 149-151; Elisabeth FEIST HIRSCH, *Damião de Góis*, Lisboa, 1987.
- ⁵⁸ Joaquín VILLALBA ÁLVAREZ, "Análisis de la defensa de Hispania contra Münster, de Damião de Góis", *Damião de Góis na Europa do Renascimento*, Actas, Braga, 2003, pp. 432-440.
- ⁵⁹ Hendrik BONGER, *The Life and Work of Dirck Volkertszoon Coornhert*, (trad.) Gerrit Voogt, Amsterdam e New York, 2004.
- ⁶⁰ Eds. Ezio BASSANI e.a., *Africa and the Renaissance: Art in Ivory*, New York, 1988.
- ⁶¹ André Alberto BANHA DE ANDRADE, "O auto notarial de Valentim Fernandes (1503) e o seu significado como fonte histórica", *Arquivos do Centro cultural português*, 5, [1972], pp. 521-545; "L'humanisme portugais et l'Europe", pp. 808 e 829; Janaína AMADO e Luiz Carlos FIGUEIREDO, "A certidão de Valentim Fernandes, um documento pouco conhecido sobre o Brasil de 1500", *Textos de História*, t. 5, 2, [1997], pp. 133-142.
- ⁶² Nuno VASSALLO E SILVA, "Preciosidades e maravilhas entre Goa e Lisboa", *Exotica, Os Descobrimentos Portugueses e as Câmaras de Maravilhas do Renascimento*, Catálogo exposição, Lisboa, 2001, pp. 26-37.
- ⁶³ Eds. Eddy STOLS, Werner THOMAS e Johan VERBERCKMOES, *Naturalia, Mirabilia & Monstruosa en los Imperios Ibéricos*, Lovaina, 2006.
- ⁶⁴ O projeto Clusius de Florike Egmond e outros na Universidade de Leiden parece subestimar Lisboa como centro de informações e não procurou novos dados sobre a sua estadia além do que já figura em F. W. T. HUNGER, *Charles de l'Escluse (Carolus Clusius), Nederlandsch kruidkundige 1526-1609*, Haia, 1927-1943, 2 t.; ver eds. Francisco BETHENCOURT e Florike EGMOND, *Correspondence. ... o. c.*; Florike EGMOND, Paul HOFTIJZER e Robert VISSER (eds.), *Carolus Clusius, Towards a cultural history of a Renaissance naturalist*, Amsterdam, 2007; *The Exotic World of Carolus Clusius (1526-1609)*, ed. Kasper van Ommen, Catálogo exposição, Leiden, 2009; Florike EGMOND, *The World of Carolus Clusius: Natural History in the Making, 1556-1610*, Londres, 201.
- ⁶⁵ Mathias DE LOBEL, *Kruidtboeck*, Antuérpia, 1581; Francis VAN STERBEECK, *Citricultura*.
- ⁶⁶ Ed. J. H. HESSELS, *Abrahami Ortelii...espistolae*, Cambridge, 1887, pp. 143-144; Jan DENUCE, *De geschiedenis van de Vlaamsche kaartsnijkunst*, Antuérpia, 1941; Armando CORTESÃO e Adelino TEL-

- XEIRA DA MOTA, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Lisboa, 1960, t. 3, p. 43; Kees ZANDVLIET, *Mapping for Money*, Amsterdam, 2002, p. 21.
- ⁶⁷ Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Descripción del Rio Tejo hecho por Diego de Aedo criado de S. Mag. con los ingenieros flamencos, 1624, 51-V-31, fol. 49; António BRÁSIO, "Os projectos para a navegabilidade do Tejo", *Las Ciencias*, 24, 2, 1959, p. 427.
- ⁶⁸ J. PINES, "Les médecins marranes, espagnols et portugais à Anvers, aux XVIe et XVIIe siècles", *separata Scalpel*, 26, 1963. Ver obras editadas em Antuérpia como Amato Lusitanus, *Index Dioscorides*, 1536 ou Garcia Lopes, *Commentarii de varia rei medicae*, 1564.
- ⁶⁹ Renée DOEHAERD, o. c. , t. 2, p. 265.
- ⁷⁰ Alfred PONCELET, *Histoire de la Compagnie de Jésus dans les Anciens Pays-Bas*, Bruxelas, 1926, t. 1, pp. 42-45.
- ⁷¹ Vítor RIBEIRO, *Registos Conventuais de Lisboa, Obituários da Igreja e Casa Professa de São Roque da Companhia de Jesus desde 1555 até 1704*, Lisboa, 1916, pp. 26-27, 42-44, 46, 47, 71 e 91.
- ⁷² Serafim LEITE, "Pintores jesuítas no Brasil (1549-1760)", *Archivum Historicum S. J.*, 20, 1951, pp. 200-230; IDEM, *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil*, Rio de Janeiro, 1953.
- ⁷³ Elie TRIGAULT, *Petit discours contenant plusieurs particularités de son voyage aux Indes Orientales*, Valenciennes, 1620.
- ⁷⁴ P. C. MOLHUYSEN e P. J. BLOK, *Nieuw Nederlandsch Biografisch Woordenboek*, Leiden, 1914, t. 3, pp. 262-263.
- ⁷⁵ Noël GOLVERS, "Foreign Jesuit Indipetae, Mathematical Teaching and Mathematical Books at the Colégio das artes in Coimbra in the 2nd half of the 17th century", *Bulletin of Portuguese Japanese Studies*, 14, 2007, pp. 21-42; Ed. J. W. WITEK, *Ferdinand Verbiest, Jesuit Missionary, Scientist and Diplomat*, Nettetel, 1994.
- ⁷⁶ *Diarium Navigationis Indicae P. Ignatii Hartoghvelt, P. Philippi Couplet et P. Franc(isci) Rougemont*, Antuérpia, Arquivo Plantin-Moretus, M 277; J. DEHERGNE, "Répertoire des Jésuites de Chine de 1552 à 1800", *Bibliotheca Instituti Historici S. J.*, t. 38, 1973, pp. 166-167.
- ⁷⁷ Ed. Jerome HEYNDRIKX, *Philippe Couplet, S. J. (1623-1693), The Man Who Brought China to Europe*, Nettetel, 1990.
- ⁷⁸ Yves DE THOMAZ DE BOSSIÈRE, *Un Belge, mandarin à la cour de Chine au XVIIe et XVIIIe siècles*, Anthoine Thomas, 1644-1709, Paris, 1977.
- ⁷⁹ Serafim LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, São Paulo, 2004.
- ⁸⁰ Juarez Donizete AMBIREs, "Jacob Roland: um jesuita flamengo na América Portuguesa", *Revista brasileira de história*, t. 25, nº50, 2005, pp. 201-216.
- ⁸¹ João Felipe BETTENDORFF, *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, Belém, 1990, pp. 149-151 e 391-438; Karl-Heinz ARENZ, *De l'Alzette à l'Amazonie: Jean-Philippe Bettendorff et les jésuites en Amazonie portugaise (1661-1693)*, Luxemburgo, 2008.
- ⁸² Pierre DELATTRE e Edmond LAMALLE, "Jésuites wallons, flamands, français, missionnaires au Paraguay", *Archivum Historicum S. J.*, 16, 1947, pp. 98-176 ; Hugo STORNI, "Jesuítas Valones, Flamencos y Franceses misioneros en Paraguay, 1608-1767", *Archivum Historicum S. J.*, 49, 1980, pp. 417-431.
- ⁸³ *Histoire du massacre de plusieurs religieux de S. Dominique, de S. François et de la Compagnie de Jésus...*, Valenciennes, 1620, p. 77.
- ⁸⁴ Arquivos da Prov. Neerlandica S. J., Nimega, 22 A.D., 5: Petrus Schooneman, *Cort verhael van mijne missie naer America, en wederkomste van daer naer dese Provincie*, Antuérpia, 1772; Marjan VANDER ELST, *Een vergeten missie, Petrus Schooneman in Maynas*, tese de licenciatura não publicada, Universidade de Lovaina (KULeuven), 1998.
- ⁸⁵ Eddy STOLS, *De Spaanse Brabanders...*, o. c. , p. 397; ATTL,

- ⁸⁶ Biblioteca Nacional, Lisboa, Fundo Geral, 7792, Convento das Flamengas, Aniversários de mortes e sepulturas.
- ⁸⁷ *Arte efémera...*, o.c., p. 56.
- ⁸⁸ ATTL, IL, 1366.
- ⁸⁹ Werner THOMAS, "Los impresores de los Países Bajos en España e Hispanoamérica", eds. Werner THOMAS e Eddy STOLS, *Un mundo sobre papel, Libros y grabados flamencos en el Imperio Hispanoportugués (Siglos XVI-XVIII)*, Lovaina, 2009, pp. 147-166.
- ⁹⁰ Paul BERGMANS, *Les imprimeurs belges à l'étranger*, Bruxelas, 1922; João PEIXOTO, *Relações de Plantin com Portugal*, Coimbra, 1972; Nuno DAUPIAS D'ALCOCHETE, "L'Officina Craesbeeckiana de Lisbonne", *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 9, 1975, pp. 601-662; H. BERNSTEIN, *Pedro Craesbeeck & Sons, 17th Century Publishers to Portugal and Brazil*, Amsterdam, 1987; João José ALVES DIAS, *Craesbeeck, uma Dinastia de Impressores em Portugal, Elementos para o seu Estudo*, 1996.
- ⁹¹ ATT L, IL, 6927.
- ⁹² Ana Paula TORRES MEGIANI, *O Rei Ausente, Festa e Cultura Política nas Visitas dos Filipes a Portugal (1581 e 1619)*, São Paulo, 2004, pp. 236-238.
- ⁹³ ATTL, IL, 6927.
- ⁹⁴ Raymond FAGEL, o. c., p. 270.
- ⁹⁵ Suas cartas são conservadas no Stedelijk Prentenkabinet (Gabinete municipal de estampas) de Antuérpia, Arquivo Plantin-Moretus, 89, pp.569-683.
- ⁹⁶ Ibidem, Arquivo Plantin-Moretus, Antuérpia, 1145.
- ⁹⁷ Maurits SABBE, *Briefwisseling van de Gebroeders Verdussen, 1669-1672*, Antuérpia, 1923 e 1936, t. 1, pp. 93, 133, 135 e 143, t.2, p. 140.
- ⁹⁸ Alexis BOHRER, "Os missais de Plantin e outras reminiscências flamengas no barroco mineiro", eds. Werner THOMAS e Eddy Stols, *Um mundo...*, o. c., p; 261-279.
- ⁹⁹ Ibidem, Arquivo Plantin-Moretus, Antuérpia, 1145.
- ¹⁰⁰ Ms. Catálogo dos livros que tem a livraria da Congregação do Oratório de Pernambuco, com meus agradecimentos à Prof.^a Maria Adelaide Salvador Marques; Noël GOLVERS, *Building humanistic libraries in late Imperial China: circulation of books, prints and letters between Europe and China (XVII-XVIII cent.) in the framework of the Jesuit mission*, Roma, 2011; IDEM, *Libraries of Western learning for China: circulation of Western books between Europe and China in Jesuit Mission (ca. 1650-ca. 1750)*, Lovaina, 2012.
- ¹⁰¹ Joaquim VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal*, Lisboa, 1980, t. 2, pp. 300-304; Ana Maria PEREIRA FERREIRA, *A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385-1481)*, Lisboa, 1983; Oscar MUS, "De Brugse compagnie Despars op het einde van de 15e eeuw", *Annales de la Société d'Émulation de Bruges*, 101, 1964, pp. 5-118.
- ¹⁰² Eddy STOLS, *De Spaanse Brabanders...*, o. c., pp. 143-162.
- ¹⁰³ Giuseppe BERTINI, *Le nozze di Alessandro Farnese, feste alle corti di Lisbona e Bruxelles*, Milão, 1997.
- ¹⁰⁴ Emile COORNAERT, *Les Français et le commerce international à Anvers*, Paris, 1961, t. 1, p. 165.
- ¹⁰⁵ António Henrique DE OLIVEIRA MARQUES, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1986, pp. 55 e 67.
- ¹⁰⁶ Leonor FREIRE COSTA, *Naus e Galeões na Ribeira de Lisboa, a construção naval no século XVI para a Rota do Cabo*, Cascais, 1997, p. 325; Robert VAN ANSWAARDEN, *Les Portugais devant le Grand Conseil des Pays-Bas (1460-1580)*, Paris, 1991, pp. 239-240; Francisco CONTENTE DOMINGUES, *Os navios do Mar Oceano*, Lisboa, 2004, pp. 444-446.
- ¹⁰⁷ Raymond FAGEL, o. c., pp. 426-431; Frei Luiz de Sousa, *Annaes de d. João III*, fº 213, citado por Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*, p. 3.

- ¹⁰⁸ Frans HALBARTSCHLAGER, “«Bombardeiros e comerciantes», Dois exemplos pela colaboração dos alemães na expansão portuguesa no ultramar durante a época de D.João III”, eds. Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, *D.João III e o império*, Lisboa, 2004, pp. 661-682.
- ¹⁰⁹ H. CASTRIES, *Les sources inédites de l'histoire du Maroc de 1530 à 1845*, Paris, 1905, t. 1, p. 379; A. DAN-VILA, *Felipe II y el rey don Sebastian de Portugal*, Madrid, 1954, citados por Sebastian VANDE GINSTE, *De kruistocht van don Sebastian in het licht van de “alemanes” en enkele nieuwe inzichten*, trabalho não publicado, Departamento de História, Katholieke Universiteit Leuven, 1995.
- ¹¹⁰ P. HENRARD, “Les fondeurs d’artillerie”, *Annales A. A. B.*, 45, 1889, pp. 257-260.
- ¹¹¹ Jan DENUCÉ, *Afrika in de XVIe eeuw en de handel van Antwerpen*, Antuérpia, 1937, pp. 38-40.
- ¹¹² Eddy STOLS, *No hay más Flandes en o tempo dos flamengos in kolonial Amerika, De zeventiende eeuw*, 21, 2005, pp. 3-28; *Voyage de Pyrrard de Laval aux Indes orientales (1601-1611)*, ed. Xavier de Castro, Paris, 1998, t. 1, p. 58.
- ¹¹³ Gisela JONGBLOET-VAN HOUTTE, *Brieven en andere bescheiden betreffende Daniel van der Meulen, 1584-1600*, Haia, 1986, pp. LII, 277 e 476.
- ¹¹⁴ Eduardo FREIRE DE OLIVEIRA, *Elementos para a história do município de Lisboa*, Lisboa, 1889, t. 4, pp. 136, 139, 142-143, 154-158, 171-172 e 201.
- ¹¹⁵ W. S. UNGER, *De tol van Iersekerdord, Documenten en rekeningen, 1321-1572*, Haia, p. 1939, p. 530.
- ¹¹⁶ Robert VAN ANSWAARDEN, o.c., p. 290.
- ¹¹⁷ Eddy STOLS, “Gustos y desgustos...”, o.c.
- ¹¹⁸ Margarida ORTIGÃO RAMOS PAES LEME, o. c.
- ¹¹⁹ Robert VAN ANSWAARDEN, o.c., p. 315.
- ¹²⁰ Virginia RAU e Jorge DE MACEDO, *O Açúcar da Madeira nos fins do Século XV*, Funchal, 1962, pp. 42, 67, 76 e 82; Oscar MUS, o. c.; Eddy STOLS, “Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas”, *Anais de História*, Assis, V, 1973, pp. 9-54; John EVERAERT, “Marchands flamands à Lisbonne et l’exportation du sucre de Madeira (1480-1530)”, *I Coloquio internacional de história de Madeira*, Funchal, CEHA, 1989, pp. 442-480; Gaspar FRUTUOSO, *Saudades da terra*, Ponta Delgada, 1979, p. 124.
- ¹²¹ Alberto VIEIRA, “Os flamengos e as ilhas portuguesas do Atlântico séculos XV-XVII”, eds. Manuel de Paz-Sánchez e. a., *Flandes y Canarias, Nuestros orígenes nórdicos*, Gran Canaria, 2007, t. 3, pp. 107-135.
- ¹²² Jan VAN ROEY, “Handelsvaart van de Zuidnederlanders”, *Maritieme geschiedenis der Nederlanden*, Bussum, 1976, t. 1, p. 257.
- ¹²³ Charles VERLINDEN, “A colonização flamenga nos Açores”, eds. John Everaert e Eddy Stols, *Flandres e Portugal, o.c.*, p. 97. Num longo estudo genealógico, que se encontra na internet, André CLAEYS, *Vlaamse adel op de Azoren in de 15de eeuw*, Brugge, 2011, apresenta dados novos dos arquivos flamengos sobre o contexto nobiliário destas famílias.
- ¹²⁴ Jerónimo MÜNZER, *Viaje por España y Portugal (1494-1495)*, Madrid, 2002, pp. 181-183.
- ¹²⁵ Jan A. VAN HOUTTE e Eddy STOLS, “Les Pays-Bas et la ‘Méditerranée atlantique’ au XVIe siècle”, *Mélanges Fernand Braudel*, Toulouse, 1972, t. 1, pp. 645-659; Eddy STOLS, “Les Canaries et l’expansion coloniale des Pays-Bas méridionaux au seizième siècle et de la Belgique vers 1900”, *IV Coloquio de historia canaria*, Las Palmas de Gran Canaria, 1982, pp. 903-933; Eddy STOLS e Werner THOMAS, “Flandes y las Islas Canarias en la primera apertura del mundo, 1450-1550”, ed. Francisco GALANTE GÓMEZ, *Lumen Canariense*, La Laguna, 2003.
- ¹²⁶ Manuel de PAZ-SÁNCHEZ, *La Ciudad, Una historia ilustrada de Santa Cruz de La Palma*, La Laguna, 2003, pp. 32-33.

- ¹²⁷ Luis Agustín HERNÁNDEZ MARTÍN, “« Hanes Dayzel y compañía », Una sociedad palmera para comerciar con Flandes en el siglo XVI”, eds. Manuel de PAZ-SÁNCHEZ e. a., *Flandes y Canarias, Nuestros orígenes nórdicos*, Gran Canaria, 2005, t. 1, p. 234.
- ¹²⁸ Ana VIÑA BRITO, *De Brujas a La Palma, Luis Vandewalle el Viejo y la consolidación de un linaje*, Santa Cruz de Tenerife, 2009, pp. 83 e 172.
- ¹²⁹ Luis Agustín HERNÁNDEZ MARTÍN, “« Hanes Dayzel y compañía », o. c., t. 1, pp. 233, 235 e 251.
- ¹³⁰ José Miguel RODRÍGUEZ YANES, “Comercio y comerciantes flamencos (1560-1630)”, eds. Manuel de Paz-Sánchez e. a., *Flandes y Canarias*, o. c.
- ¹³¹ Jan DENUCE, o. c.; Artur Teodoro DE MATOS e Luís Da CUNHA PINHEIRO, “A ilha de São Tomé no reinado de D. João III”, eds. Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, *D. João III e o Império*, Lisboa, 2004, pp. 437-451; Luís da Cunha PINHEIRO, “A produção açucareira na Ilha de São Tomé (1520-1550)”, eds. Avelino de Freitas e Meneses e João Paulo Oliveira e Costa, *O reino, as Ilhas e o Mar oceano, Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa e Ponta Delgada, 2007, pp. 585-621; Roland BAETENS, *De nazomer van Antwerpens welvaart, De diaspora en het handelshuis De Groot tijdens de eerste helft der 17de eeuw*, Bruxelas, 1976, t.1, p. 155.
- ¹³² Eddy STOLS, “Um dos primeiros documentos sobre o Engenho dos Schetz em São Vicente”, *Revista de História*, São Paulo, 76, 1968, pp. 407-419; IDEM, “Humanistas y jesuitas en los negocios brasileños de los Schetz, grandes negociantes de Amberes y banqueros de Carlos V”, eds. José MARTÍNEZ MILLÁN, Jesús BRAVO LOZANO and Carlos J. DE CARLOS MORALES, *Carlos V y la quiebra del humanismo político en Europa (1530-1558)*, Madrid, 2001, t. 4, pp. 29-47.
- ¹³³ ATTL, IL, 7563.
- ¹³⁴ Frei Vicente DO SALVADOR, *História do Brasil*, eds. J. Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, São Paulo, 1954, pp. 273 e 301.
- ¹³⁵ ATTL, IL, 6335.
- ¹³⁶ ATTL, IL, 1061.
- ¹³⁷ José Antônio GONSALVES DE MELLO, “Os livros das saídas das urcas do porto de Recife, 1595-1605”, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, 58, 1993, pp. 21-143.
- ¹³⁸ Eddy STOLS, “Convivências e conivências luso-flamengas na rota do açúcar brasileiro”, *Ler História*, 32, 1997, pp. 119-147; Christopher EBERT, *Between Empires: Brazilian Sugar in the Early Atlantic Economy, 1550-1630*, Leiden, 2008, pp. 75-87.
- ¹³⁹ ATTL, IL, 7516.
- ¹⁴⁰ ATTL, IL, 9527.
- ¹⁴¹ ATTL, IL, 3618.
- ¹⁴² Veronika JOUKES, o. c., pp. 132-135 e 183.
- ¹⁴³ ATTL, IL, 15385.
- ¹⁴⁴ Wilfrid BRULEZ, *Marchands flamands à Venise, 1568-1605*, t. 1, Bruxelas e Roma, 1965, pp. 121, 161, 340 e 341.
- ¹⁴⁵ G. GASCÓN DE TORQUEMADA, *Gaçeta y nuevas de la corte de España*, Madrid, 1991, pp. 69-70.
- ¹⁴⁶ Eddy STOLS, “A repercussão das viagens das conquistas portuguesas nas Índias orientais na vida cultural da Flandres no século XVI”, eds. Joaquim Romero Magalhães e Jorge Manuel Flores, *Vasco da Gama. Homens, viagens e culturas*, Actas do Congresso Internacional, Lisboa, 2001, t. 2, pp. 11-38; Jacques DE COUTRE, *Andanzas asiáticas*, eds. Eddy Stols, Benjamin Teensma e Johan Verberckmoes, Madrid, 1991.
- ¹⁴⁷ Ed. J.Ph. BERJEAU, *Calcoen, a dutch narrative of the second voyage of Vasco da Gama to Calicut, Printed at Antwerp circa 1504*, Londres, 1874; Jan DENUCE, *Calcoen, Récit flamand du second voyage de Vasco de Gama vers l'Inde en 1502-1503*, Antuérpia, 1931; Frans HALBARTSCHLAGER, o. c.

- ¹⁴⁸ Margarida LEME, o. c.
- ¹⁴⁹ Romain BERTRAND, *L'histoire à parts égales, Récits d'une rencontre Orient-Occident (XVIe-XVIIe siècle)*, Paris, 2011, p. 143.
- ¹⁵⁰ Jan DENUCE, *L'Inde de Camoëns vue par les marchands de Lisbonne et d'Anvers*, separata Ulenspiegel, Antuérpia, 1934.
- ¹⁵¹ ATTL, IL, 1611, 1666, 2019, 3594, 5618, 6135, 10366 em 10951; António BAIÃO, *Episódios dramáticos da Inquisição Portuguesa*, Lisboa, 1919-1938, 3 t., *passim*.
- ¹⁵² Jan W. IJZERMAN, *Dirck Gerritsz Pomp, alias Dirck Gerritsz China, de eerste Nederlander die China en Japan bezet (1544-1604)*, Haia, 1915.
- ¹⁵³ S.P. L'HONORÉ NABER, "De reizen van Heyndrick Dirrecksen Jolinck van Zutphen", *Marine blad*, 1909-10.
- ¹⁵⁴ Eds. Arie POS e Rui Manuel LOUREIRO, *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Lisboa, 1997.
- ¹⁵⁵ Rinus VAN DAM, "Cornelis en Frederick de Houtman van Gouda, pioniers van de vaart op Oost-Indië", *De Schatkamer*, 12, 3, 1998, pp. 65-102; eds. Vibeke ROEPER e Diederick WILDEMAN, *Om de Zuid: de eerste scheepvaart naar Oost-Indië onder Cornelis de Houtman*, Nimega, 1997.
- ¹⁵⁶ Wilfrid BRULEZ, *Marchands flamands...*, o. c., p. 471; IDEM, "Venetiaanse handelsbetrekkingen met Perzië en Indië omstreeks 1600", *Studia Historica Gandensia*, 1965, n.º 33; Iris KOCKELBERGH, Eddy VLEESCHDRAGER e Jan WALGRAVE, *The Brilliant Story of Antwerp Diamonds*, Antuérpia, 1992, p. 56.
- ¹⁵⁷ Noortje DE ROY VAN ZUYDEWIJN, *Van koopman tot icoon, Johan van der Veken en de Zuid-Nederlandse immigranten in Rotterdam rond 1600*, Amsterdam, 2002, p. 193.
- ¹⁵⁸ António BAIÃO, *A Inquisição de Goa*, Lisboa e Coimbra, 1930-1945, 2 t., *passim*.
- ¹⁵⁹ Isabel M. R. MENDES DRUMOND BRAGA, o. c., p. 318; Raymond FAGEL, o. c., p. 194-195; Rolf KULTZEN, *Michael Sweerts, Brussels 1618-Goa 1664*, Doornspijk, 1996, p. 11.
- ¹⁶⁰ *Voyage de Pyrard de Laval...*, o. c., t. 2, pp. 614-615.
- ¹⁶¹ Quando localizei esta autobiografia manuscrita em 1971 na Biblioteca Nacional de Madrid, na tradução espanhola pelo seu filho Esteban de Coutre, logo o identifiquei graças a pesquisas anteriores em Lisboa e publiquei uma primeira nota biográfica no *Nationaal Biografisch Woordenboek*, Bruxelas, t. 6, 1974, pp. 151-154, e mais tarde, junto com Johan Verberckmoes, uma tradução flamenga, *Aziatische omzwervingen, het levensverhaal van Jaques de Coutre, een Brugs diamanthandelaar 1591-1627*, Berchem, 1988. Seguiu a edição espanhola: *Jacques de Coutre, Andanzas asiáticas*, eds. Eddy STOLS, Benjamin TEENSMA e Johan VERBERCKMOES, Madrid, 1991. As minhas informações sobre este achado a alguns historiadores não foram retribuídas com o respeito dos direitos intelectuais. Ver também a tradução inglesa: ed. Peter BORSCHBERG, *Security, Trade and Society in Seventeenth-Century Southeast Asia: The Memoirs and Memorials of Jacques de Coutre*, Singapore, 2012. Sobre a sua descrição da viagem portuguesa ao Sião ver Dirk VAN DER CRUYSE, *Louis XIV et le Siam*, Paris, 1991, pp. 41-51, que pensa que se trata de um livro impresso. Sobre as pedras preciosas: Kris LANE, *Colour of Paradise, The Emerald in the Age of Gunpowder Empires*, New Haven e Londres, 2010, pp. 134-142.
- ¹⁶² Eddy STOLS, *De Spaanse Brabanders...*, o. c., t. 1, pp. 237-243.
- ¹⁶³ Roland BAETENS, *De nazomer...*, o. c., t. 2, pp. 98 e 146; Iris KOCKELBERGH, Eddy VLEESCHDRAGER e Jan WALGRAVE, o. c.
- ¹⁶⁴ Um exemplar de um dos poucos livros editados em português em Antuérpia foi adquirido pela Biblioteca Nacional de Lisboa.
- ¹⁶⁵ Erika MEEL, *De firma James Dormer tussen traditie en vernieuwing: een Englishman abroad in het achttiende-eeuwse handelskapitalisme te Antwerpen*, Tese não publicada, Katholieke Universiteit Leuven, 1986; Tijl VANNESTE, *Global Trade and Commercial Networks: Eighteenth Diamond Merchants*, Londres, 2011.

- ¹⁶⁶ Daviken STUDNICKI-GIZBERT, *A Nation upon the Ocean Sea, Portugal's Atlantic Diaspora and the Crisis of the Spanish Empire, 1492-1640*, Oxford U.P., 2007, p. 111.
- ¹⁶⁷ Estas cartas junto com livros de contabilidade conservam-se no fundo *Insolvente Boedelskamer* do *Stadsarchief Antwerpen* ou Arquivo Municipal de Antuérpia, acessível por internet; Eddy STOLS, *De Spaanse Brabanders...*, o. c.
- ¹⁶⁸ Biblioteca da Ajuda, Lisboa, 46-VIII-20; ver uns exemplos manuscritos, publicados por Jan DENUCE, *Koopmansleerboeken van de XVIe en XVIIe eeuw in hs.*, Bruxelas, 1941.
- ¹⁶⁹ Raymond FAGEL, o. c., pp. 110, 113 e 184; Hilario CASADO ALONSO, "Relaciones comerciales entre Portugal y Castilla (ca ; 1475-ca. 1550): algunas reflexiones e hipótesis de investigación", *D. Manuel e a sua época*, Guimarães, 2001.
- ¹⁷⁰ Hermann KELLENBENZ, *Unternehmerkräfte im Hamburger Portugal – und Spanienhandel, 1590-1625*, Hamburgo, 1954, p. 184 e pp. 287-292.
- ¹⁷¹ Gisela JONGBLOET-VAN HOUTTE, o. c., p. LVII e parsim; J.H. DE STOPPELAAR, *Balthasar de Moucheron, een bladzijde uit de Nederlandsche handelsgeschiedenis tijdens den 80-jarige Oorlog*, Haia, 1901.
- ¹⁷² Eddy STOLS, *De Spaanse Brabanders...*, o. c., t. 2, genealogias 6, 7 e 8.
- ¹⁷³ *Ibidem*, pp. 227-243.
- ¹⁷⁴ Vitorino MAGALHÃES GODINHO, *Os descobrimentos e a economia mundial*, Lisboa, 1987, t. 3, p. 208.
- ¹⁷⁵ António BORGES COELHO, o. c., pp. 58, 94, 106-114.
- ¹⁷⁶ ATTL, *Habilitações do Santo Officio, Maço 6-Diligência 113*; Jean-François LABOURDETTE, *La nation française à Lisbonne de 1669 à 1790*, Paris, 1988.
- ¹⁷⁷ Leonor FREIRE COSTA, o. c.; Renée DOEHAERD, o. c., t. 3, pp. 74, 109, 157-158, 175, 178, 198, 206, 216, 219-220, 232-233, 240, 265, 275; Raymond FAGEL, o. c., pp. 420-421.
- ¹⁷⁸ Léon VAN DER ESSEN, "Contribution à l'histoire du port d'Anvers et du commerce d'exportation des Pays-Bas vers l'Espagne et le Portugal à l'époque de Charles-Quint 1553-1554", *Bulletin Académie royale d'archéologie de Belgique*, 3, 1920, pp. 39-64 ; J. NANNINGA UITTERDIJK, *Een Kamper handelshuis te Lissabon, 1572-1594*, Zwolle, 1904, p. 199.
- ¹⁷⁹ ATTL, *Inquisição de Lisboa*, 1245, 1877, 1981, 5943 e 6622.
- ¹⁸⁰ Jacques PAVIOT, o. c., pp. 486-487.
- ¹⁸¹ António BAIÃO, "A Inquisição em Portugal e no Brasil", *Archivo historico portuguez*, 1908-1916, t. 6, pp. 99, 181, 471, 473 e 479, t. 7, pp. 4, 5, 7, 9, 10, 13, 14, 142-143, 145, 152, 155, 229, 231, 237, 441, t. 8, pp. 49, 53, 423, 427-428, 431, 438, 475-478, t. 9, pp. 471, 472, 474-475, 479-480, t. 10, pp. 475, 477; Eddy STOLS, "A « nação » flamenga...", o. c.; Isabel M. R. MENDES DRUMOND BRAGA, o. c., *passim*.
- ¹⁸² Robert VAN ANSWAARDEN, o. c., pp. 323-324.
- ¹⁸³ Isabel M. R. MENDES DRUMOND BRAGA, o. c., p. 334.
- ¹⁸⁴ ATTL, IL, 1611, 6622 e 8555.
- ¹⁸⁵ Frei Manuel CALADO, *O Valeroso Lucideno*, Recife, 1985, t. 2, pp. 58-59 e 179.
- ¹⁸⁶ Ed. James AMADO, *Obras completas de Gregório de Matos*, Bahia, 1968, 7 t., *passim*.
- ¹⁸⁷ Virgínia RAU, *Privilégios e legislação portuguesa referente a mercadores estrangeiros, séculos XV e XVI, Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Lisboa, 1984, pp. 201-225; António Henrique DE OLIVEIRA MARQUES, "Notas para a história da Feitoria Portuguesa na Flandres no século XV", em *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1980, pp. 159-193.
- ¹⁸⁸ Jean-François LABOURDETTE, o. c., p. 73.
- ¹⁸⁹ Denis ESCUDIER, *Voyage...*, o. c., p. 63.
- ¹⁹⁰ Biblioteca Nacional, Lisboa, Reservados 238, 1, e 9820.
- ¹⁹¹ Veronika JOUKES, o. c., p. 235.

- ¹⁹² Oskar DE SMEDT, “Een Antwerpsch plan tot organisatie van den Nederlandschen zeehandel op het Westen (1583)”, *Antwerpsch Archievenblad*, 1927, p. 16.
- ¹⁹³ Ana Maria ALVES, *As entradas régias portuguesas*, Lisboa, 1986; Ana Paula TORRES MEGIANI, o. c.; IDEM, “Entre arcos triunfais e fogos de artifício: Práticas festivas efêmeras e o diálogo dos poderes nas visitas régias dos Filipes a Lisboa (1581-1619)”, ed. Júnia FERREIRA FURTADO, *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*, São Paulo, Annablume, 2008, pp.137-160; Annemarie JORDAN GSCHWEND, « Cosa veramente di gran stupor ». Entrada real y fiestas nupciales de Juana de Austria en Lisboa en 1552, em ed. Krista DE JONGE e. a., *Fiesta y Ceremonia Cortesana en la Europa de los Austrias*, Madrid, Fundación Carlos de Amberes e Marcial Pons, 2010, p. 192.
- ¹⁹⁴ Jan Huygen LINSCHOTEN, o. c., p. 71.
- ¹⁹⁵ Julieta TEIXEIRA MARQUES DE OLIVEIRA, *Fontes documentais de veneza referentes a Portugal*, Lisboa, 1997, p. 308.
- ¹⁹⁶ Henk BONGER, o. c., p. 91.
- ¹⁹⁷ Eds. Jesús SÁENZ DE MIERA e José Luis CHECA CREMADES, *El pasatiempos de Jehan Lhermite, Memorias de un Gentilhombre Flamenco en la corte de Felipe II y Felipe III*, Madrid, 2005, pp. 103 e 212-213.
- ¹⁹⁸ Emanuel VAN METEREN, *Historie der Nederlandschen ende haerder na-buren oorloghen ende geschiedenissen*, 1599.
- ¹⁹⁹ João Batista LAVANHA, *Viage de la Catholica Real Magestad del Rei D. Felipe III NS. al Reino de Portugal i relacion del solene recibimiento que en el se hizo*, Madrid, 1622; *Arco Triunfal que la Nación Flamenca hizo levantar a la Entrada en Lisboa de la SCR Magestad Del Rey Don Phelipe tercero de las Españas, y segundo de Portugal, en el año de mil seiscientos y diez y nueve*; Ana Paula TORRES MEGIANI, o. c., pp. 236-238.
- ²⁰⁰ *Arte efêmera em Portugal*, Catálogo Exposição, Coordenação João Catel-Branco Pereira, Lisboa, 2000, pp. 21-79.
- ²⁰¹ João Felipe BETTENDORF, o. c., p. 423.
- ²⁰² Veronika JOUKES, o. c., pp. 170-173.
- ²⁰³ Eduardo PRESTAGE e Pedro D’AZEVEDO, o. c., pp. 137, 144, 147, 176, 187, 234, 239, 255 e 272.
- ²⁰⁴ ATTL, Registo de Testamentos, livro 3, f.º 128-129v.º.
- ²⁰⁵ ATTL, Habilitações do Santo Ofício, Maço1-Diligências1, 5, 7, 10, 27; M2-D12, 23, 37 e 73; M4-D121; M6-D113; M47-D939; M54-D1083; M58-D1107.
- ²⁰⁶ ATTL, Registo Geral de Testamentos, livro 7, f.º 157v.º-160v.º.
- ²⁰⁷ ATTL, Registo Geral de Testamentos, livro 7, f.º 175v.º-176v.º.
- ²⁰⁸ ATTL, Registo Geral de Testamentos, livro 3, f. 108-111 v.º.
- ²⁰⁹ ATTL, Registo Geral de Testamentos, livro 11, f.º 125-127v.º.
- ²¹⁰ ATTL, Registo Geral de Testamentos, livro 7, f.º 106-111.
- ²¹¹ ATTL, Registo Geral de Testamentos, livro 3, f.º 73-74.
- ²¹² ATTL, Registo Geral de Testamentos, livro 16, f. 249-252.
- ²¹³ ATTL, Registo Geral de Testamentos, livro 16, f.º 5 v.º-7 v.º.
- ²¹⁴ ATTL, Registo Geral de Testamentos, livro 7, f.º 49v.º-51.
- ²¹⁵ Biblioteca Nacional Lisboa, reservados, 226, 56.
- ²¹⁶ Anne DE STOOP, *Demeures portugaises dans les environs de Lisbonne*, Porto, 1986, pp. 119-123 e 239-243.
- ²¹⁷ Eddy STOLS, *De Spaanse Brabanders...*, o. c., p. 373.
- ²¹⁸ Eddy STOLS, “Flamengos, Holandeses e a sua aprendizagem da escravidão, séculos XVI e XVII”, eds. Eduardo FRANÇA PAIVA e Carla Maria JUNHO ANASTASIA, *O Trabalho Mestiço: Maneiras de Pensar e Formas de Viver – Séculos XVI a XIX*, São Paulo, 2002, pp. 41-61; IDEM, “Aparências, imagens e metamorfoses dos africanos na pintura e na escultura flamenga e holandesa (sécs. XV-XVIII)”, ed. Júnia

- FERREIRA FURTADO, *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*, São Paulo, 2008, pp. 229-275.
- ²¹⁹ Eddy STOLS, *De Spaanse Brabanders...*, o. c., p. 363; Jorge FONSECA, *Escravos e Senhores na Lisboa quinhentista*, Lisboa, 2010, pp. 132, 156, 178-179, 185-187 e 236.
- ²²⁰ Eduardo PRESTAGE e Pedro D'AZEVEDO, *Registos paroquiais de Lisboa, Registo da Freguesia da Sé, desde 1563 até 1610*, Coimbra, 1927, t. 2, p. 293.
- ²²¹ J. F. LABOURDETTE, o. c.
- ²²² Hendrik BRUGMANS e A. FRANK, *Geschiedenis der Joden in Nederland*, Amsterdam, 1940; George HUGO TUCKER, "To Louvain and Antwerp, and Beyond: The contrasting itineraries of Diogo Pires (Didacus Pyrrhus Lusitanus, 1517-99) and João Rodrigues de Castelo Branco (Amatus Lusitanus, 1511-68)", eds. Luc Dequeker e Werner Verbeke, *The Expulsion of the Jews and Their Emigration to the Southern Low Countries (15th-16th C.)*, Lovaina, 1998, pp. 83-113.
- ²²³ Raymond FAGEL, o. c., p. 424.
- ²²⁴ J. NANNINGA UITTERDIJK, o. c., p. 61.
- ²²⁵ H. P. SALOMON, *Portrait of a New Christian Fernão Alvares Melo (1569-1621)*, Paris, 1982, pp. 47-48.
- ²²⁶ Eds. Eduardo D'OLIVEIRA FRANCA e Sonia Aparecida SIQUEIRA, "Segunda Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil", em *Anais do Museu Paulista*, 17, pp. 434-436 e 477.
- ²²⁷ ATTL, IL, 795.
- ²²⁸ Sobre este tema: Stuart B. SCHWARTZ, *All Can Be Saved, Religious Tolerance and Salvation in the Iberian Atlantic World*, New Haven e Londres, 2008.
- ²²⁹ ATLL, IL, 6618 e 13072.
- ²³⁰ Isaías ROSA PEREIRA, *A Inquisição em Portugal, Séculos XVI-XVII – Período Felipino*, Lisboa, s.d., p. 81.
- ²³¹ Ed. J. CAPISTRANO DE ABREU, *Primeira Visitação do Santo Officio ás partes do Brasil, Confissões da Bahia, 1591-1592*, Rio de Janeiro, 1935, p. 47; E. M. KOEN, "Notarial records in Amsterdam Relating to the Portuguese Jews in that Town up to 1639", *Studia Rosenthaliana*, 1, 1967, p. 115.
- ²³² ATTL, Habilitações do Santo Ofício, M1-D7.
- ²³³ ATTL, Habilitações do Santo Ofício, M58-D1107.
- ²³⁴ ATTL, Habilitações do Santo Ofício, M6-D11, e IL, 10139.
- ²³⁵ Eds. Jaime CONTRERAS, Bernardo J. GARCÍA GARCÍA e Ignacio PULIDO, *Familia, religión y negocio, El sefardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la Edad moderna*, Madrid, 2002; Ronaldo VAINFAS, *Jerusalém colonial, Judeus portugueses no Brasil holandês*, Rio de Janeiro, 2010; Cátia ANTUNES e Filipa RIBEIRO DA SILVA, "Cross-Cultural Entrepreneurship in the Atlantic, Africans, Dutch and Sephardic Jews in Western Africa, 1580-1674", *Itinerario*, 35, 2011, pp. 49-76.
- ²³⁶ Eddy STOLS, *De Spaanse Brabanders...*, o.c., pp. 139-140; Idem, "Convivências...", o. c.

JAN TACCOEN VAN ZILLEBEKE (JEHAN DE ZEILBEKE) AND HIS *LIVRE DE VOEIAGES*: A SURVEY

Stijn Manhaeghe

General introduction

During the Middle Ages, of the three so-called “peregrinationes maiores”, the pilgrimage to Jerusalem was certainly the most prestigious. Adding to the prestige was the fact that men of noble offspring could become Knight of Jerusalem during a ceremony in the Church of the Holy Sepulchre, which was conducted by the Guardian of the Franciscan Order.

Echoes of the crusades were never far: the participants in the ceremony had to promise to join a so-called “general crusade”, and if they could not participate themselves in the crusade, to send an armed man, at their expense, or in Taccoen’s own wordings: “... et quant on feroit une Crosye Comune, que il nouz feroit aller; mès pour che que estoye viez de LX ans, je eus congiet de y envoyer ung champion” (“... when a general crusade would be declared, we would be obliged to participate; but because I was already 60 years old, I was granted permission to send an armed man”)¹.

A lot of pilgrims, nobles and non-nobles alike, left us a written account of their voyage to Jerusalem. Some even made the memory of their pilgrimage very concrete and tangible, and built a (symbolic) replica of the Church of the Holy Sepulchre on their own premises, like the Adornes family in Bruges in the 15th century (the so-called “Jeruzalemkerk”).

The Low Countries have always provided a large part of the number of Jerusalem pilgrims. However, this tradition was undermined by the actions of Martin Luther and the rise of Protestantism. Subsequently, the number of pilgrims from the Low Countries and Germany dwindled.

In the first decades of the 16th century, a number of wars were conducted against the Republic of Venice, with ever-shifting alliances of the great powers of Europe. These events jeopardised the business of shipping pilgrims to the Holy Land, on which the Venetians had a de facto monopoly.

¹ Jan Taccoen van Zillebeke, *Livre de Voeiages*. Douai, Bibliothèque Municipale, manuscript nr.793, f°71r°, 12-15.

In Antwerp, in these decades a merchant port in full development, bold plans were made to compete with the Venetian rivals to offer a direct route to the Mediterranean via the Atlantic Ocean, a route which made the journey over land to Venice superfluous. The navigator and merchant Dierick Van Paesschen (or Dierick Passin, as mentioned in the text of Taccoen) turned these plans into reality^[2].

It is in this regard that we have to consider the circumstances that brought Jan Taccoen van Zillebeke, the author of the *Livre de Voeiages*, to the city of Lisbon.

The Taccoen van Zillebeke family^[3]

The Taccoen van Zillebeke family is retraceable in the county of Flanders to the first decades of the 12th century. The names “Taccoen” and “Van Zillebeke” were both in use, often applying to the same person or family at the same time. Our author, for example, preferred to call himself “Jehan de Zeilbeke”, whereas in other sources, the name “Taccoen” was used.

The name “Taccoen” seems to be, at a first glance, of Romance origin, but linguistic analysis points at a Germanic origin, i.e. the first name “Tacco”^[4].

The village of Zillebeke is situated in Flanders, at a few kilometres of the city of Ypres. As is generally known, the city of Ypres and its wide surroundings were completely levelled to the ground during World War I. The village of Zillebeke found itself almost exactly on the front line. A large part of the archives of the city of Ypres were lost during the bombardment of the city hall. This loss of documents has of course a negative influence on historical research.

The arms of the Taccoen van Zillebeke family closely resembles the traditional arms of the French royal family, but with the addition of a diagonal red bar crossing the shield: “D’azur à trois fleurs-de-lis d’or; à la cotice de gueule, bridée sur le tout”.

Until the present day, descendants of the Taccoen family can be found in West-Flanders and Northern France, but the Zillebeke branch dissolved itself in the d’Ostrel de Lière family (17th century), and the Ostrel de Lière family in the Hinnisdael family (18th century).

² Jyri Hasecker, *Die Johanniter und die Wallfahrt nach Jerusalem (1480-1522)*. Nova Mediaevalia 5. Göttingen, 2005, p.84-85, 88.

³ Stijn Manhaeghe, *De Jeruzalemreis (1514-1515) en de Raadgevingen uit het “Livre de Voeiages” van Jan Taccoen van Zillebeke: uitgave, vertaling en becommentariëring*. Dissertation. Leuven, 1994, vol.3, p. 15-23.

⁴ Frans Debrabandere, *Verklarend woordenboek van de familienamen in België en Noord-Frankrijk*. Brussel, 1993, p.1353.

Life and work of Jan Taccoen van Zillebeke

Life^[5]

According to his own statements, Jan Taccoen van Zillebeke, or Jehan de Zeilbeke, like he used to call himself in his travel account, was 60 years old in 1514, so he must have been born in or around 1454.^[6] He was the first son of Jan Taccoen van Zillebeke (sr.) and Isabella van Pittem. His father Jan sr. died in 1464.

In 1479, Jan married Maria de Beaufremez, daughter of Jan de Beaufremez and Péronne d'Attiches. Maria de Beaufremez probably died in 1492.

In 1493, Jan engaged in a second marriage, this time with Catharina Liebaert, widow of Jacob van Stavele. The marriage was celebrated in Sint-Winoksbergen, now Bergues, where the Liebaert and Van Stavele families apparently had their power base.

Jan died in 1532, on the 22nd of february, and was buried in an elevated tomb of polished marble, in the church of Zillebeke, or in the collegial church of Komen/Comines. The sources do not agree on this point.

Jan had five or six children, of which Jan, Jacob, Wulfaart and Pieter were the most important. He also had a stepson from his second marriage, Jacob van Stavele, son of Catharina Liebaert and Jacob van Stavele sr.

Jan became lord of Zillebeke after his father's death in 1532. He married Josine van Halewijn. After her death in 1533, he remarried with Maria De Witte.

Jacob was enrolled as a student at the University of Leuven in 1500. He pursued a judicial career in the Council of Flanders. He married Anna Snibbels, daughter of Wulfaart Snibbels, a high-ranking official in the city of Ghent. Jacob died in 1546.

Wulfaart Taccoen was staying in the city of Lisbon in 1514 during the visit of his father Jan. In 1524, he married Johanna van der Stichele. Wulfaart was probably a son from the second marriage of Jan.

Pieter Taccoen stayed in Rome from 1507 until 1509. He returned to the Low Countries in 1509, together with his father. Later, he became a parish priest in Hoogdele.

Jan's stepson, Jacob van Stavele, was the son of Catharina Liebaert and Jacob van Stavele sr. He became president of the Council of Frisia, and was still mentioned as such in 1540. He was married to Johanna De Meyere.

⁵ S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis*, vol.3, p.23-33.

⁶ J. Taccoen, *Livre de Voeiages*, f71r°, 14; f72r°, 10.

Possessions^[7]

Jan Taccoen van Zillebeke was lord of the seignories of Zillebeke, Herenthage (in Zillebeke and Geluvelde), Singelbaanst (Komen), Fresnoy (probably Fresnoy-en-Gohelle) and Cessoye (probably in the village of Attiches).

He also held a number of fiefdoms in Zillebeke, Geluvelde, Komen and in the surroundings of Veurne and Bergues.

In addition to this, he possessed several houses or mansions where he resided, in Zillebeke, Komen and Ieper (the so-called 's Gravenhuis).

Political career^[8]

We can assume that Jan Taccoen became lord of Zillebeke in 1464, at the age of 10, after the death of his father.

De iure, he was member of the college of "vassaelheren" ("vassal lords") of the Kasselrij^[9] of Ieper. It is interesting to mention that after he was knighted in 1514, the payment he received from the Kasselrij Ieper increased.

In 1499, he attended the opening session of the Staten-Generaal in Antwerp.

He was "raed van kamer" (alderman) of the city of Ieper in 1522 and 1525. In 1524, he became Voogd (guardian, i.e. co-mayor) of Ieper. Also in 1524, he was king of the Saint Barbara arquebusiers' guild of Ieper.

He is also mentioned as landhouder ("land holder") of Veurne-Ambacht in 1524, grand bailiff of Komen in 1511, and grand bailiff of Bergues in 1528. On the 16th of february 1512, Taccoen was one of fourty noblemen participating in the celebrations for the appointment of Joris van Halewijn as new lord of Komen. Further on, we will discuss the role of Van Halewijn.

The travels^[10]

Jan Taccoen van Zillebeke, or Jehan de Zeilbeke, the name which is used is his travel account, made three attempts at travelling to the Holy Land. His first attempts, in 1500 and 1509-1510 failed, as he got stuck in Italy without being able to make the sea voyage to the Holy Land. The third attempt in 1514-1515 was successful. Taccoen travelled by sea from the Low Countries to Lisbon and Cadiz, and from there on as a passenger on

⁷ S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis*, vol.3, p. 37-39.

⁸ S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis*, vol.3, p. 28-32.

⁹ Kasselrij or châtelanie: administrative entity during the Ancien Régime.

¹⁰ S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis*, vol.3, p.33-35. For the chronology of the Fourth Voyage, *ibidem*, addendum "data en reisroute".

the vessel of Dierick Van Paesschen to the shores of Palestine. In 1512, he undertook a voyage to Santiago de Compostella.

First voyage to Italy (1500)

On the 3d of october 1499, a safe conduct was issued by Philip the Handsome in Brussels, to "... dilecto ac fideli suo vassallo Ioanni Taccoen Scutifero, in praesentiarum ad sanctam Ierusalem, nec non alias regiones, provincias et partes externas proficiscenti, una cum famulis, equis, valisiis etc." ("... to his beloved and faithful vassal Jan Taccoen, esquire, in order to depart to the holy Jerusalem, but also to other regions, provinces and foreign countries, together with servants, horses and luggage").

Jan Taccoen departed from Zillebeke on the 10th of april 1500, in the company of his servant Willem Brulart, and Joos van der Poorten, lord of Moorslede, also with a servant. They followed the usual route to Rome through Germany. He stayed in Rome from 26/04/1500 to 19/05/1500. Then, he travelled to Loreto, where he stayed on 3-4/06/1500. He reached Venice on 11/06/1500, where he stayed until 28/08/1500. Because of an ongoing war, he failed to embark in a pilgrims' galley. Then he returned to the Low Countries, this time via France, and arrived in Zillebeke on 6/10/1500. On the 16th of october, Taccoen and Joos van der Poorten received a wine gift from the kasselrij administration in Ieper, probably to welcome them home and as a compensation for not having reached their destination.

Second voyage to Italy (1509-1510)

On the 10th of march 1509, Taccoen made another attempt to reach Jerusalem. He travelled in the company of magister Jehan Gonnet, priest, canon in Cambray and provost in Béthune; Andrieu de Croquevilain, a priest from Ieper; Roger Gantois from Lille; Oste Vandenbergh from Kortrijk. They travelled to Milan through France. Taccoen and Vandenbergh continued the journey to Venice, the others returned home because of the ongoing war. Taccoen stayed in Venice for one month, but was unable to find a vessel that would bring him to Jerusalem. Subsequently, Taccoen travelled to Rome and stayed there from 15/06/1509 until 16/09/1509, in order to wait for peace. He made a pilgrimage to Bari, in order to venerate the relics of Saint Nicholas, from 16/09/1509 to 15/11/1509. On the way to Bari, he passed through Salerno. There, Taccoen was given some of the "manna" from the relics of Saint Matthew. He brought the "manna" with him in a vial, that was later crafted into a silver casing, and then presented as a gift to the church of Saint Martin in Ieper¹¹. Thereafter, he stayed in Rome from 15/11/1509 to 11/03/1510.

¹¹ Ilse Nollet, *De tweede Romereis (1509-10) uit het "Livres de Voyages" van Jan Taccoen van Zillebeke*. Uitgave, vertaling en commentaar. Dissertation. Leuven, 1994, p.30.

He then left Rome in the company of his son Pieter and embarked on a vessel sailing to the Low Countries, where he arrived on 30/04/1510.

Voyage to Santiago de Compostella (1512)

On 18/03/1512, Taccoen embarked on the ship of captain Simon Inghelranc in Nieuwpoort, and sailed from there to Portsmouth, where two Royal Navy ships were anchored, the Regent and the Sovereign. Taccoen gives us an extensive description of the Regent. From Portsmouth, he sails to Dartmouth, and from there on to Ribadeo. He arrives in Santiago on Good Friday, and finds a room in the Three Pigeons Inn, on the other side of the Wild Man Inn^[12]. Apparently, Taccoen is less impressed by the Cathedral of Saint James than he is by the newly built Royal Hospital, of which he leaves an enthusiastic description. After the Easter celebrations, Taccoen returns home from La Coruña and arrives in Nieuwpoort on the 15th of may (estimation).

Voyage to Jerusalem (1514-1515)^[13]

A safe-conduct was issued to Taccoen by the emperor Maximilian in Mechelen on 07/03/1514. In this document, Taccoen is qualified as “esquire” and “citizen of Ieper”.

Taccoen leaves his house in Komen on 21/03/1514, in the company of Joris Maillart and two servants. They first travel to Bruges and Sluis, and from there on by boat to Arnemuiden and Vlissingen.

They set sail from Vlissingen on 25/03/1514, in a convoy of three merchant vessels, the “Michael of Antwerp”, the “Mary”, and the “Anna”. Taccoen was on board of the “Anna”. The “Michael of Antwerp”, with an ambassador of the emperor on board, foundered off the coast of Galicia. All of the passengers were saved by the two other vessels.

Taccoen arrived in the city of Lisbon, where his son Wulfaart lived, on 11/04/1514. He stayed in Lisbon until 20/05/1514. He describes the city extensively, and is impressed by the flourishing commerce, the slave trade, and the rapid urban development.

¹² A modern french translation of the Santiago voyage, made by J.-S. Desmaret, is found in D. Péricard-Méa, *Récits de pèlerins de Compostelle*, p.197-213. I mention the correct names of the inns, because wrong information in A. Viaene, *Vlaamse pelgrimstochten*, where an inn called “The Black Pigeon” is mentioned, gave the inspiration for the title of the 2004 *La Paloma Negra* album by the Flemish folk band Kadril.

¹³ For an extensive chronology of the Jerusalem voyage, cfr. S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis*, addendum “data en reisroute”, 16p.

He leaves Lisbon on 20/05/1514 and sets sail for Cadiz, where he arrives on 27/05/1514. He stays in Cadiz until 10/07/1514. He is greatly puzzled by a statue of Hercules, and by a lighthouse, the construction of which he also attributes to Hercules^[14].

On 10/07/1514, Taccoen embarks on the ship of Dierick van Paesschen and sets sail for Jerusalem. After stops in Alicante (18/07), Ibiza (23/07) and Palma de Mallorca (28/07), they sail past the island of Vulcano (10/08) and make another stop in Messina (11/08). On 20/08/1514, the vessel leaves Messina and sails past Zakynthos and the Strophades Islands (25/08), Crete (28/08) and anchors in Rhodes (31/08).

The ship departs from Rhodes on 04/09, sails past Cyprus on 08/09, and finally arrives at Jaffa on 11/09. The group of pilgrims reaches Jerusalem on 16/09/1514, where they stay until 02/10/1514. In the meantime, the pilgrims visit the holy places in Jerusalem and its surroundings.

During the night between 22/09 and 23/09, Taccoen is knighted in the Church of the Holy Sepulchre in Jerusalem by Francesco Suriano, the franciscan Guardian, along with eight other men of noble offspring. Four of them are mentioned by Taccoen:

- Boudewijn De Gruutere, from Ghent
- Filips van Royen, from Dendermonde
- magister Sibrant, doctor, from Antwerp or Amsterdam
- Roelof Powijs, from "Dornem", probably to be identified with Wulf von Pogwisch, from Tondern.

The four others are simply qualified by Taccoen as Germans. Of these, two persons could be identified with absolute certainty:

- Sebastian von Rotenhan, from Rentweinsdorf
- Philipp Jakob von Helmstatt, from Wallerfangen.

The names of Von Rotenhan and Von Helmstatt were mentioned in a contract, dated 1514, between Dierick van Paesschen, navigator, and a group of pilgrims. No place of origin was mentioned^[15].

Further on, we will give some detailed information about these persons.

¹⁴ For the text on Cadiz and its surroundings, cfr. J. Taccoen, *Livre de Voeiages*, ff41r^o-42v^o.

¹⁵ Roger Degryse, *De Palestinaschepen van Dierick van Paesschen (1511-1521) (met een bijvoegsel over: de buiskonvooiing in 1521)*. Marine Academie v.z.w. Mededelingen. Boek XXIII, 1973-1974-1975, p.15-45. Contract on p.38.

On 02/10/1514, the pilgrims leave Jerusalem. They set sail from Jaffa on 3/10 and reach Paphos on 16/10. They arrive at Rhodes on 30/10, where they stay until 24/11. During his stay on Rhodes, Taccoen meets Thomas van der Poorten, the future Commander of the House of Slijpe, belonging to the Knights Hospitaller. He also meets Cornelis van Bergen, the future Prince-Bishop of Liège.

The pilgrims leave Rhodes on 24/11 and reach Messina on 08/12/1514. The company of pilgrims is split up. Taccoen, De Gruutere, Van Royen, Sibrant and Powijs embark on another ship to Naples, which they reach on 16/12. They depart from Naples on 24/12 and take the land route to the Low Countries. They ride through Rome, where they stay for 12 days, Viterbo, Siena, Firenze, Bologna, Mantova and Verona. They reach Cologne, where the company splits up. In Ghent, Taccoen witnesses the Joyous Entry of prince Charles, and arrives in Komen/Comines on 09/03/1515, where he receives a warm welcome.

The travel account^[16]

The *Livre de Voeiages* of Jan Taccoen is preserved in only one manuscript, believed to be an autograph. It is catalogued as manuscript nr. 793 in the Bibliothèque Municipale of Douai, France.

The *Livre de Voeiages* is written on paper and was last restored in 1846. It contains 100 folia. The manuscript measures 230 by 150 mm.

The title is partly bilingual and makes reference to the proprietor:

“Che Livre de Voeiages apertient a messire Jehan de Zeilbeke, chevalier de Jhérusalem, demorant à Comines / wonende te Comene” (“This Book of Travels belongs to sir John of Zillebeke, knight of Jerusalem, residing at Comines / Komen”).

Jan Taccoen's travel account is divided into six parts:

1. An itinerary from the Low Countries to Italy
2. The first voyage to Italy
3. The second voyage to Italy
4. The voyage to Santiago de Compostella
5. The voyage to Jerusalem
6. Advice for future pilgrims

The fact that Taccoen leaves us an account of four voyages, bridging a period of 15 years, makes this a rather exceptional document. Also remarkable are the rich and detailed descriptions, which greatly compensate for the lack of literary quality of the text. The author's chronology is very strict.

¹⁶ S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis*, vol.3, p.7-14.

At the end of the text of the Jerusalem voyage, we find this^[17]:

“Touz ceulx qui mon livre liront, et me simplesse atenderont, il covient qu’il me pardonent, pour cause que ne suy point clerc, ne endotrynée pour faire livrez, ne mettre en ordre comme il appartient. Et moy, qui suy Flamen, et en faisant mon voyage, le mis tout en Flamen, et moy, après mon venue, l’ay translaté de Flamen en Franchoy, qui m’estoit paine et rompement de teste. Il est mal espelijs, et à le foy, mès puy que je le enten, je suy conten. Amen”.

(“To all people who will read my book, and would conclude that I am not a smart person: it is appropriate for them to pardon me, because I am not a learned man, nor am I educated in the art of writing books or applying the rules of grammar. Being from Flanders, during my voyage, I wrote everything down in Flemish, and after my homecoming, I translated everything into French. I have put a lot of effort in it, and it caused me a headache. It is badly spelled, and sometimes a failure, but as I myself can understand it, I am satisfied. Amen”).

Notable persons mentioned in the travel account or in connection with the 1514-15 voyage

Boudewijn De Gruutere was a member of the powerful De Gruutere family from Ghent. He is not mentioned in the family genealogy, but at least one other De Gruutere was mentioned as “knight of Jerusalem”^[18].

Filips van Royen from Dendermonde was probably born in 1487. He was lord of Gijzegem by acquisition. He was married twice: his first wife, Magdalena Schatz, died in 1539, his second wife Jacqueline Vilain, died in 1570. Filips van Royen died in 1554. His tombstone, bearing an incision of the Jerusalem cross, was still to be seen at the eve of World War I in the church of Saint Mary at Dendermonde. One of his grandchildren was Antonius Triest, a famous bishop of the Ghent diocese^[19].

Magister Sibrant, doctor (of medicine), was, according to Taccoen, from Antwerp or Amsterdam. Probably his memory failed him here. Sibrant was mentioned as a deceased member of the Haarlem Confraternity of Jerusalem pilgrims on a painting by Jan Van Scorel. As the painting can be dated to 1528, Sibrant must have died before this date^[20].

¹⁷ J. Taccoen, *Livre de Voeiages*, f65v^o, 12-20.

¹⁸ S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis*, vol. 3, p.41.

¹⁹ S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis*, vol.3, p.42-48.

²⁰ S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis*, vol.3, p. 49. See also the excellent website on Jerusalem pilgrims from the Low Countries on memo.hum.uu.nl/jerusalem/index-nl/html.

Roelof Powijs from “Dornem” can probably be identified as **Wulf von Pogwisch**, who owned a castle in Tondern, Denmark and a manor in Kappeln, Germany.^[21] “Dornem” may also refer to Dornum in East-Frisia (Germany), but so far, we were not able to establish any link between Dornum and the Pogwisch family. Conclusive proof has yet to be found, so I give this information with a certain measure of precaution. Wulf von Pogwisch was born around 1485 and died in 1554. His tombstone can still be seen in the church at Bordesholm, Germany. He was an advisor to the king of Denmark. He was married to Christina Munk. His son Bertram apparently died in 1600 on the way home from a pilgrimage to Loreto, Italy.

Sebastian von Rotenhan is one of the two persons from Germany we could identify in the above-mentioned contract concluded by Dierick van Paesschen and a group of pilgrims. Von Rotenhan was born in Rentweinsdorf (Germany) around 1478 and died in 1534, also in Rentweinsdorf. He was the son of Mathes von Rotenhan (murdered in 1506) and Walburga Förtsch. Von Rotenhan was a true example of the “uomo universale”: humanist, cartographer, polyglot, soldier, expert in warfare, traveller, holder of a university degree in rights, ... He travelled through Europe from 1512 to 1515, and became knight of Jerusalem in 1514. According to some sources, he made a detailed description in German of his travels. However, this work seems to be lost. As he almost certainly made a passage in Lisbon in 1514, this topic is certainly worthy of further investigation. The text of the charter confirming his knighthood has been preserved. The charter was dated 25/09/1514, a few days after the ceremony on 22/09/1514. This corroborates the chronology of Taccon’s account. The charter was signed by Francesco Suriano, at that time Guardian of the Franciscan monastery in Jerusalem. Von Rotenhan played an active military role in the German Peasant’s War (1524-1526) and was made “eques auratus” by emperor Charles V. Sebastian von Rotenhan and his two brothers were laid to rest in a magnificent tomb which can still be seen at the church in Rentweinsdorf. Von Rotenhan procured the first edition of the chronicle by Regino von Prüm, and made the first map of Frankenland. The fact that von Rotenhan was part of the group of pilgrims heading for Jerusalem, proves that the Jerusalem pilgrimage still had a certain appeal to top class intellectuals.^[22]

²¹ Paul Steffen, *Die Ritterfamilie Pogwisch und das Chorherrenstift Bordesholm*. Jahrbuch für das ehemalige Amt Bordesholm, 3, 2005, p.5-8. Available in pdf on geschichtsverein-bordesholm.de. Further information on www.denstoredanske.dk (Dansk Biografisk Leksikon, lemmata *Wulf Pogwisch* and *Bertram Pogwisch*).

²² On Sebastian von Rotenhan: Ludwig Salomon Eyring, *Vita Sebastiani de Rotenhan, ex fide dignis monimentis descripta*. Jena, 1739. The charter signed by Francesco Suriano is on p.40-41; lemma *Sebastian von Rotenhan (Ritter)* on de.wikipedia.org; Klaus Arnold, *Rotenhan (Rubrigallus, de rubro gallo), Sebastian von*, in: *Deutscher Humanismus 1480-1520 Verfasserlexikon*, Band 2, Lieferung 3.

Philipp Jakob von Helmstatt (+1558) is the second person from Germany that could be identified in the Van Paesschen contract. He was a son of Johann von Helmstatt. He was lord of Felsberg and Gilsbach. He was married to Margaretha von Handschuhsheim (+1555). He was buried in the Augustines' church in the city of Walderfingen (now Wallerfingen, Germany). After the creation of the city of Saarlouis in 1680, most of the buildings in Walderfingen were torn down for use as construction material.^[23]

Dierick Van Paesschen (+1526) originated from Kalkar, Germany. His father was Rutger Van Paesschen. He settled in Antwerp somewhere around 1500, where he became active in the field of maritime trade. In 1507, for example, Van Paesschen sailed from Antwerp via Lisbon to Madeira and returned with sugar as payload. In 1510, he married Martina Van Den Bare. Van Paesschen shifted his attention from pure commerce to passenger transport. He made four attempts to reach the Holy Land with a group of pilgrims, in 1511-12, 1514-15, 1516 (failed) and 1518-19. This initiative was supported financially by the Antwerp city administration. In order to recruit passengers, who had to pay 80 Hungarian ducats, Van Paesschen printed a leaflet with publicity in Dutch, French and Latin. Van Paesschen promised to visit Santiago, Rome and Jerusalem. The first two voyages were made with the vessel *Salvator I*, which foundered in 1516 shortly after leaving Antwerp. A new ship, the *Salvator II* (or *Jesus of Antwerp*) was constructed. The *Salvator II* was confiscated and used as a warship in 1521. In the same year, it foundered during a storm off the English coast. Van Paesschen's enterprise ended in financial ruin. He died in 1526 and was buried in the church of the Falcontinnen monastery in Antwerp, which was demolished around 1800. The *Salvator I* was depicted on the famous woodcut *Antverpia mercatorum emporium* (1515), preserved in the Plantin-Moretus museum in Antwerp. Who commissioned the woodcut is not clear (maybe the Antwerp city administration), but the Van Paesschen vessel seems to play a central role in it. It is mentioned as "dits tschip dat van Jherusalem comt" ("this is the ship that comes from Jerusalem"). Above the Antwerp shipbuilding wharf, a text is placed, reading: "hier maect men schepen die tot Jherusalem varen, en andere oec" ("here, ships are built that go all the way to Jerusalem, and other ships too"). Thanks to Taccoen's travel account, the Van Paesschen voyage of 1514-15 is very well documented.^[24]

Berlin – New York, 2012, p.752-75; Franz-Xaver von Wegele, *Rotenhan, Sebastian von*, in: *Allgemeine Deutsche Biographie*, band 29 (1889), p.299-301 (retrieved on wikisource).

²³ Cfr. lemma Helmstatt (Adelsgeschlecht) on de.wikipedia.org.

²⁴ S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis*, vol.3, p.51-66, based on R. Degryse, *De Palestinaschepen van Dierick van Paesschen*, o.c.

Cornelis van Bergen was a son of Cornelis van Bergen (sr.) and Maria Magdalena van Strijen. Cornelis sr. was admiral of the Burgundian fleet in 1490-1491. Taccoen meets Cornelis on the island of Rhodes in 1514. At the instigation of emperor Charles V, Cornelis becomes coadiutor of the Liège diocese in 1530, and Prince-Bishop of Liège in 1538. He leaves office in 1544. The date of his death is uncertain, 1545, 1552 or 1560.^[25] The palace of the Van Bergen family, the Markiezenhof, can still be visited in the city of Bergen-op-Zoom, the Netherlands.

Thomas van der Poorten (aka Thomas de la Porte d’Espierres, Thomas de Morselede) was a son of Joos van der Poorten and Johanna van Kooigem. Joos van der Poorten was lord of Moorslede and travelled with Taccoen to Italy in 1500. Thomas was on the island of Rhodes in 1514, where he met Taccoen, who qualifies him as “knight of Rhodes”. Thomas was commander of the house of Beauvoir-lez-Abbeville from 1521 to 1524, and commander of the house of Slijpe (commandry of Flanders) from 1524 until his death in 1533.^[26] The remains of the Slijpe commandry have been unearthed in recent years.

Francesco Suriano (1450-1529) was the Guardian of the franciscan monastery of Jerusalem during Taccoen’s stay there. The charter given to Von Rotenhan and signed by Suriano himself is proof that Suriano did not leave Jerusalem before october 1514. Suriano wrote an elaborate volume about the Holy Land, the *Trattato di Terra Santa e dell’Oriente*.^[27]

Georgius Haloinus (Joris van Halewijn / Georges d’Halluin / George Halewin) (1470-1536) is not mentioned in Taccoen’s travel account but deserves to be mentioned here, because he was the feudal overlord of Taccoen in Komen, and was also a great humanist and maecenas, and as such a personal friend of Erasmus and Vives. Haloinus had a fine library in his Komen castle. He invited the humanist Despauterius to teach in Komen. Haloinus belonged to the inner circle of the court of Charles V. During his visit to Loreto in 1500, Taccoen makes a remark about the similarities between the Loreto church and the Komen castle. Haloinus is best known for his *Restauratio linguae Latinae*, but he also wrote a *Livre de toutz langaiges* and a *Triumphes des Romains*.^[28]

²⁵ S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis*, vol.3, p.74-76.

²⁶ S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis*, vol.3, p. 68-73.

²⁷ On Francesco Suriano, lemma Francesco Suriano on it.wikipedia.org; and the still excellent biography of Suriano and the edition of his *Trattato* in: G. Golubovich (ed.), *Il Trattato di Terra Santa e dell’Oriente di Frate Francesco Suriano, missionario e viaggiatore del secolo XV* (Siria, Palestina, Arabia, Egitto, Abissinia ecc). Milan, 1900 (available online on archive.org).

²⁸ On Haloinus: Françoise Féry-Hue, *Une oeuvre inconnue de Georges d’Halluin: le Livre de toutz langaiges*. Humanistica Lovaniensia. Journal of Neo-Latin Studies, LVII. Leuven, 2008, p.115-148.

Selected bibliography

1. The manuscript

Jan Taccoen van Zillebeke (Jehan de Zeilbeke), *Livre de Voeiages*. Douai, Bibliothèque Municipale, ms. 793.

2. Dissertations

Stijn Manhaeghe, *De Jeruzalemreis (1514-1515) en de Raadgevingen uit het “Livre de Voeiages” van Jan Taccoen van Zillebeke*. Uitgave, vertaling en becommentariëring. Leuven, 1994. 3 volumes.^[29]

Ilse Nollet, *De tweede Romereis (1509-10) uit het “Livre de Voeiages” van Jan Taccoen van Zillebeke*. Uitgave, vertaling en commentaar. Leuven, 1994.^[30]

Marie-Josèphe Antoine, *Les quatre voyages de Jean de Zillebecke (1500-1515)*. Texte et commentaire. 3 volumes. Tours, 1984.^[31]

Jean-Sébastien Desmaret, *Voyage de messire Jehan de Zeilbeke à Jérusalem (1513-1514)*. Villeneuve d'Ascq, 2002.^[32]

3. Other travel accounts

Libero Cruciani (ed.), Barbone Morosini, *Pellegrinaggio in Terra Santa*. Studia Orientalia Christiana Collectanea 33 (2000), p. 251-336.^[33]

R.J.G.A.A. Gaspar (ed.), Ambrosius Zeebout, *Tvoyage van Mher Joos van Ghistele*. Hilversum, 1998.^[34]

J. Heers and G. de Groer (eds.), *Itinéraire d'Anselme Adorno en Terre Sainte (1470-1471)*. Texte édité, traduit et annoté. Paris, 1978.

M. De Godefroy Ménilglaise (ed.), *Voyage de Georges Lengherand, Mayeur de Mons en Haynaut, à Venise, Rome, Jérusalem, Mont Sinai et Le Kayre, 1485-1486*. Mons, 1866.

G. Golubovich (ed.), *Il Trattato di Terra Santa e dell'Oriente di Frate Francesco Suriano, missionario e viaggiatore del secolo XV (Siria, Palestina, Arabia, Egitto, Abissinia, ecc)*. Milan, 1900.

²⁹ Dissertation, covering the voyage of 1514-1515. Under the direction of prof. Paul Trio and the late prof. Daniël Verhelst. A transcript of the entire manuscript was made by me in 1992.

³⁰ Dissertation, covering the voyage of 1509-1510. Also under the direction of prof. P. Trio and prof. D. Verhelst.

³¹ Dissertation, apparently covering the four voyages. Only mentioned by A.-S. Germain-De Franceschi, *D'Encre et de poussière*, p.574.

³² Dissertation, apparently covering the fourth voyage. According to D. Péricard-Méa, *Récits de pèlerins de Compostelle*, p. 193, a full transcript of the four voyages was made by J.-S. Desmaret.

³³ The only other travel account dating from 1514, but originating in a different group of travellers, a few months earlier.

³⁴ Joos van Ghistele travelled the Levant extensively from 1481 to 1485. One of his fellow travellers was Joris Paeldinck, a member of one of the leading families in the city of Leper (Gaspar, *Tvoyage*, XVII). Taccoen must, almost certainly, have been aware of the existence of this travel account.

4. Secondary literature

Denise Péricard-Méa (ed.), *Récits de pèlerins de Compostelle*. Cahors, 2011.^[35]

Jyri Hasecker, *Die Johanniter und die Wallfahrt nach Jerusalem (1480-1522)*. Nova Mediaevalia 5. Göttingen, 2005.

Anne-Sophie Germain-De Franceschi, *D'Encre et de poussière. L'écriture du pèlerinage à l'épreuve de l'intimité du manuscrit. Récits manuscrits de pèlerinages rédigés en français pendant la Renaissance et la Contre-Réforme (1500-1620)*. Paris, 2009.^[36]

Eddy Stols, *Flamengos, Holandeses e a sua aprendizagem na escravidão, séculos XVI e XVII*. In: Eduardo França Paiva and Carla Maria Junho Anastasia (eds.), *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX*. São Paulo, 2002.^[37]

Roger Degryse, *De Palestinaschepen van Dierick van Paesschen (1511-1521) (met een bijvoegsel over: de buiskonvooiering in 1521)*. Marine Academie v.z.w. Mededelingen. Boek XXIII, 1973-1974-1975, p.15-45.^[38]

Ludwig Salomon Eyring, *Vita Sebastiani de Rotenhan, ex fide dignis monumentis descripta*. Jena, 1739.^[39]

Françoise Féry-Hue, *Une oeuvre inconnue de Georges d'Halluin: le Livre de toutz langaiges*. Humanistica Lovaniensia. Journal of Neo-Latin Studies. LVII. Leuven, 2008, p.115-148.^[40]

³⁵ Pages 193-230 contain a modern French translation of the beginning of Taccoen's fourth voyage, plus the voyage to Santiago and the Advice to future pilgrims, based upon the 2002 Desmaret edition.

³⁶ With some information on Taccoen's Livre de Voeiages on p.573-574.

³⁷ Regarding Taccoen's eyewitness account of the Lisbon slave trade, p.44-45.

³⁸ An excellent article on Dierick Van Paesschen, with an English summary. Available in pdf on www.vliz.be.

³⁹ A 18th century biography of Sebastian von Rotenhan. Retrieved on Google books.

⁴⁰ Available on halshs.archives-ouvertes.fr.

LISBOA DE D. MANUEL I NO RELATO DE JAN TACCOEN

Jorge Fonseca

A 11 de abril de 1514^[1] desembarcou em Lisboa, de um navio que transportava peregrinos para Jerusalém, o nobre flamengo Jan Taccoen van Zillebeke, saído de Comines, na Flandres Ocidental, terra em que morava, a 21 de março. Os nove dias que permaneceu na cidade do Tejo, até 20 desse mês, permitiram-lhe conhecer a grande urbe portuguesa e alguns aspetos relevantes da sociedade que a habitava, levando-o a registar por escrito aquilo que mais o tinha impressionado. É a esses aspetos e aos comentários do viajante que dedicaremos as próximas páginas.

A cidade estava, nesse tempo, em plena expansão demográfica e urbana. O comércio ultramarino atraía ao seu porto mercadorias e pessoas, o que implicava a construção de novas habitações a um ritmo veloz. Taccoen presenciou esse surto e previu que Lisboa se viria a transformar numa grande urbe, muito diferente da que, segundo lhe tinham dito, existira trinta ou quarenta anos antes:

Lisboa, no futuro, será uma grande, rica e poderosa cidade, porque é de admirar o número de casas que nela se constroem.

As últimas décadas do século XV e a centúria seguinte constituíram, realmente, épocas de contínuo aumento da população da principal cidade portuguesa, fenómeno que prosseguiria até ao fim do primeiro quartel de Seiscentos^[2]. De 55.000 pessoas estimadas para 1415^[3], o número de habitantes cresceu para 70.000 no *Numeramento* de 1528, para 100.000 em 1551 (Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário*), 120.000 em 1590, e cerca

¹ O facto de Jan Taccoen indicar o ano de 1513 como o da sua passagem por Lisboa deveu-se a que, de acordo com o calendário usado na Flandres, para ele o ano começava e acabava na Páscoa. Mas, para os Portugueses da época e segundo o calendário atual, os meses de janeiro a abril pertenciam já a 1514.

² Teresa Ferreira Rodrigues, "As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII", *História da população portuguesa* (Coord. Teresa Ferreira Rodrigues), Porto, CEPESE e Afrontamento, 2008, p. 196.

³ Teresa Ferreira Rodrigues, "Um espaço urbano em expansão. Da Lisboa de Quinhentos à Lisboa do século XX", *Penélope*, n.º 13, Lisboa, Cosmos, 1994, p. 96.



Baixa de Lisboa (pormenor de gravura do livro de Georgius Braunius, *Urbium Praecipuarum Mundi Theatrum Quintum*, 1598)

de 129.000 em 1620^[4]. Esta evolução fez de Lisboa *uma grande cidade à escala europeia*^[5], que em 1500 se situava entre as treze mais populosas e, em 1600, entre as dez com maior número de habitantes^[6]. Em termos internos, a cidade albergava cerca de 5% da população do reino em 1527, e 10% no terceiro quartel de Quinhentos^[7].

Ora, os próprios observadores da época relacionaram a importância da cidade com as descobertas marítimas e o comércio por elas gerado. A começar em Damião de Góis que, na sua descrição de 1554, afirma que Lisboa *reivindica para si o domínio sobre aquela parte do Oceano que, desde a embocadura do Tejo, envolve num imenso circuito marítimo a África e a Ásia* e defende ter sido a descoberta do caminho marítimo para a Índia pelos Portugueses o acontecimento que tornou glorioso o tema que irá tratar, ou seja, Lisboa^[8]. E para aí apontou também Garcia de Resende, na *Miscelânea*:

Lisboa vimos crescer / em povos e em grandeza / e muito se nobrescer / em edifícios, riqueza / em armas e em poder; / porto e trato nom há tal / a terra nom tem igual / nos frutos, nos mantimentos (...)^[9].

João Brandão de Buarcos, autor da *Majestade e grandezas de Lisboa* (1552), garantia que a urbe do Tejo excedia todas as cidades do mundo, pois *na monarquia do mar Oceano e suas ilhas, na bondade do sítio e na variedade das cousas que cada hora nela se vêem, e na abundância de mercadorias que a ela acodem, não tem par*^[10].

Tinha sido, pois, o comércio, e sobretudo o comércio ultramarino, o grande motor do desenvolvimento da cidade e do notório crescimento da sua população. Não esquecendo os numerosos produtos de origem interna, que abasteciam os seus moradores (cereais, carne, pescado, legumes, fruta e muitos outros) ou que eram enviados para os mercados de Além Mar (azeite, vinho, tecidos, louças), havia os que, vindos dos países mais desenvolvidos da Europa, transitavam pela urbe para serem usados também no trato ultramarino (como os artigos de couro e metal vindos da Alemanha e os têxteis italianos e flamengos). Os mais importantes eram, no entanto, mercadorias exóticas:

⁴ Teresa Ferreira Rodrigues, "As vicissitudes do povoamento", *História da população portuguesa*, p. 196; João José Alves Dias, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, Lisboa, Presença, 1998, p. 23.

⁵ Teresa Ferreira Rodrigues, *Cinco séculos de quotidiano. A vida em Lisboa do século XVI aos nossos dias*, Lisboa, Cosmos, 1997, p. 28.

⁶ Teresa Ferreira Rodrigues, "As vicissitudes do povoamento", *História da população portuguesa*, p. 162.

⁷ Teresa Ferreira Rodrigues, "As vicissitudes do povoamento", *História da população portuguesa*, p. 191.

⁸ Damião de Góis, *Descrição da cidade de Lisboa [Urbis Olisiponis descriptio]* (1554) (tradução, introdução e notas de José da Felicidade Alves), Lisboa, Horizonte, 1988, p. 29.

⁹ Garcia de Resende, *Livro das obras de Garcia de Resende* (1545), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, pp. 571-572.

¹⁰ João Brandão de Buarcos, "Majestade e grandezas de Lisboa em 1552", *Arquivo Histórico Português*, v. XI, Lisboa, 1916, p. 240.

sedas, porcelanas, pedras preciosas e especiarias da Índia, madeira do Brasil e açúcar da Madeira, ouro da Mina, algodão de Cabo Verde, escravos, marfim e especiarias africanas, em grande parte destinados à reexportação. Tudo passava pelo seu porto e envolvia gente em quantidade cada vez maior, que participava diretamente na atividade mercantil, aos vários níveis de intervenção, na produção industrial que aquela exigia (de que a construção naval é o exemplo mais óbvio), mas igualmente na burocracia que os empreendimentos ultramarinos vieram tornar mais complexa e extensa.

De todo o reino chegavam pessoas. Do Minho, da Beira Interior, do Alentejo e mesmo do Algarve. Criados, artesãos, trabalhadores braçais, lavadeiras, vendedeiras, mas igualmente filhos família das zonas interiores que a lavoura não absorvia e das burguesias e nobrezas locais em busca de melhor sorte. Para muitos a cidade era apenas local de passagem para os territórios do Ultramar, outros, menos ambiciosos, deixavam-se ficar pela margem do Tejo. Daí os receios de Sá de Miranda, cerca de 1530:

Não me temo de Castela / Donde guerra ainda não soa / mas temo-me de Lisboa / Que ao cheiro desta canela / o reino nos despova^[11].

Por isso a cidade foi crescendo em densidade, em altura e também em área ocupada. A urbanização de espaços vazios, como as cercas dos conventos de S. Francisco e de Santa Catarina, a expansão para fora de muros e a construção de novos andares nos prédios já existentes resolveram o problema da falta de alojamentos. O cônego Gaspar Barreiros, na descrição da sua viagem a Milão, de 1546, afirmou que as ruas de Lisboa, ao contrário das da cidade italiana, eram *estreitas com mui poucos jardins e as casas muito cheias de moradores*, grande parte delas com três e quatro vizinhos, ou seja, núcleos familiares, isso devido a *ser tão povoada*^[12].

Um indício do aumento da população foi a criação de doze novas paróquias nos meados e finais do século, por desdobramento de outras, sete das quais localizadas ao longo do rio, para Ocidente, por divisão da freguesia dos Mártires^[13].

A urbe adquirira um aspeto compacto, as vias de circulação eram exíguas na sua maioria, escuras e íngremes. Foi essa, pelo menos, a impressão do senhor de Zillebeke:

Falando da cidade de Lisboa, ela é grande, tanto como Bruges, mas não tem metade da beleza. No entanto, mora aí tanta gente que é de espantar! As casas são altas e de pedra, rebocadas de branco. São planas em cima e cobertas por uma espécie de telhas, que servem de goteiras. Em cada uma vivem três e quatro famílias, umas sobre as outras.

¹¹ Sá de Miranda, *Poesia*, Lisboa, Alexandre M. Garcia, 1984, p. 482 (citado por João José Alves Dias, *Do Renascimento à crise dinástica*, p. 24).

¹² Gaspar Barreiros, *Corografia de alguns lugares que estão em um caminho que fez... o ano de 1546, começado na cidade de Badajoz de Castela té à de Milão em Itália*, Coimbra, 1561, pp. 54 e 242.

¹³ Irisalva Moita, "Lisboa no século XVI. A cidade e o ambiente", *O livro de Lisboa*, Lisboa, Museu da Cidade, 1983, pp. 141-142.

A comparação com Bruges era inevitável. Embora em termos económicos e demográficos a urbe flamenga estivesse estagnada, ultrapassada pela prosperidade de Antuérpia^[14], continuava a ser um importante centro mercantil e cultural. Em termos estéticos, é compreensível a preferência de Taccoen pela sua beleza bucólica e arquitetura requintada. De notar também a referência aos telhados, muito menos inclinados que os do seu país (por não haver necessidade de escoar a neve) e às telhas, onduladas, diferentes das telhas lisas dos países nórdicos, assim como à cor branca das paredes, por razões climáticas típica das cidades meridionais. O número de fogos por prédio coincidia com o que foi apontado por Gaspar Barreiros. E referiu-se elogiosamente à vastidão do porto da cidade, a uma légua do mar, que ouviu dizer que era a mais bela enseada da Cristandade.

Caraterística insistentemente apontada ao longo de séculos pelos visitantes estrangeiros era a fraca qualidade dos pavimentos, em terra na sua maioria. Jan Taccoen não se esqueceu de a referir, de tal forma se impunha: *A cidade é mal pavimentada. Quando chove é difícil andar.*

Existia uma única via pública com boa aparência e bem calçada, cujo nome, no entanto, não reteve: era a Rua Nova dos Mercadores, onde se concentravam o principal comércio e os residentes mais abastados:

Não existe senão uma boa rua, que é bem pavimentada. Há aí toda a espécie de ofícios e mercadorias.

Com origem anterior, a Rua Nova foi prolongada por D. Dinis, ao mandar construir a nova muralha a ligar as colinas de S. Jorge e de S. Francisco. Paralela ao Tejo, atraiu para junto dele a vida comercial e os seus principais agentes. Dada a sua importância só eram nela admitidos a morar e trabalhar artesãos de ofícios que pudessem interessar aos mercadores, que eram alfaiates, tosadores e jubeteiros^[15]. D. Manuel mandou calçá-la com *pedra do Porto* (granito), por ser mais resistente^[16] e refazer as respetivas fachadas, colocadas sobre esteios de pedra, *direitos e muito bem obrados*, para que a mesma adquirisse a dignidade que almejava para o centro da sua capital. A ligar a respetiva extremidade ocidental ao Rossio, sobre um antigo curso de água já antes canalizado, foi aberta a Rua Nova del Rei, novo eixo estratégico da cidade renovada^[17]. Damião de Góis enalteceu a grandeza das duas artérias:

¹⁴ Bartolomé Bennassar, "A expansão urbana e a aceleração dos movimentos económicos", *História económica e social do mundo* (Dir. Pierre Léon), v. I, tomo II, Lisboa, Sá da Costa, 1984, pp. 503 e 511.

¹⁵ *Livro das posturas antigas*, Lisboa, Câmara Municipal, 1974, p. 68.

¹⁶ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, 1.ª Parte, Tomo I, Lisboa, Tipografia Universal, 1887, p. 384.

¹⁷ Hélder Carita, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Horizonte, 1999, pp. 30, 31, 42, 58, 60, 67 e 68.

Passamos pela Rua Nova del Rei, repleta de gravadores, joalheiros, lapidários, ourives de prata e ouro, douradores, cambistas. E cortando sempre à esquerda, chega-se a uma outra rua (...) a Rua Nova dos Mercadores, muito mais ampla que as outras, ornada de ambos os lados com belíssimos edifícios. Aqui se juntam, em competição, todos os dias, comerciantes de quase todas as partes e povos do mundo, com extraordinária concorrência de gente, por causa das facilidades que o comércio e o porto oferecem^[18].

Taccoen apercebeu-se da influência do rei Venturoso no engrandecimento recente da urbe, ressaltando ser isso *devido ao facto do rei de Portugal aí morar a maior parte do tempo*. Ouvira, por certo, dizê-lo aos compatriotas com quem contactou.

O reinado de D. Manuel constituiu para as povoações portuárias do país uma fase de grande prosperidade, devido ao incremento do comércio ultramarino, mas foi Lisboa a principal beneficiária desse surto económico e urbano^[19]. A concentração no seu porto, o maior e com a melhor barra de todo o reino^[20], da maioria do fluxo mercantil enriqueceu a cidade, e o impulso régio deu-lhe grandiosidade, transformando-a no centro político e simbólico do seu sonho imperial. Francisco de Holanda, na *Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, obra que em 1571 dirigiu a D. Sebastião, destacou que aquele soberano *com o triunfo e vitória da Índia quase a renovou de todo*^[21].

Chegado ao trono em condições particulares – por via indireta, sucedendo ao primo e cunhado D. João II – a concretização do projeto da Índia, que tinha sido acalentado pelo antecessor, consolidou definitivamente a legitimidade régia, passando a recorrer a quanto pudesse lembrá-la, quer interna quer externamente, como exibição de poder^[22]. O interesse pelos lucros que o comércio das especiarias proporcionava à coroa inseria-se num programa político mais amplo, perfilhado pelo soberano e por figuras como Afonso de Albuquerque sob influência do messianismo medieval, dirigido à cruzada anti-islâmica, ao domínio dos mares e à conquista da própria Jerusalém^[23]. O êxito parcial dessa política galvanizou um setor substancial da elite da época, como o conde de

¹⁸ Damião de Góis, *Descrição da cidade de Lisboa*, p. 54.

¹⁹ Teresa Ferreira Rodrigues, “As vicissitudes do povoamento”, p. 190.

²⁰ João Cordeiro Pereira, *Portugal na era de Quinhentos*, Cascais, Patrimonia, 2003, p. 63.

²¹ José Manuel Garcia, *História de Lisboa. Tempos fortes*, Lisboa, Câmara Municipal, 2009, p. 43.

²² Renata de Araújo, *Lisboa. A cidade e o espetáculo na época dos Descobrimentos*, Lisboa, Horizonte, 1990, pp. 7-8.

²³ Luís Filipe F. R. Tomaz, “L’Idée imperiale manueline”, *La découverte, le Portugal et l’Europe* (Actes du Colloque), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 35-103; *Idem*, “A política oriental de D. Manuel I e suas contracorrentes”, *De Ceuta a Tomor*, Lisboa, Difel, 1994, pp. 189-206.

Alcoutim, D. Pedro de Meneses, que classificou D. Manuel como *ser único, escolhido por Deus, senhor do Universo, para governar (...) as três partes do mundo, isto é, o orbe inteiro*^[24].

Decisiva para o engrandecimento de Lisboa foi a regularização da margem do Tejo, pela construção de um aterro, *uma enorme tarefa de engenharia* com o fim de consolidar terrenos conquistados ao rio^[25] que deram origem ao Terreiro do Paço e aos equipamentos nele construídos, como o novo Paço real, destinado a substituir o paço medieval da Alcáçova, sobre a colina de S. Jorge, nele passando a residir. Como Taccoen assinalou, *o rei fez aí um belo e rico palácio novo, onde agora vive, junto ao rio, que é na Ribeira*.

O Paço começou a ser construído nos primeiros anos da centúria, talvez em 1501, como supõe Nuno Senos, e no fim de 1505 já nele foi representada a farsa de Gil Vicente *Quem tem farelos?*^[26]. O complexo de edifícios agregava também as Casas de Ceuta e da Índia e o Armazém das armas, apetrechos e produtos destinados ao tráfego ultramarino, sobre os quais passava uma galeria coberta, que ligava a área palaciana a um baluarte construído junto ao rio, fechando o Terreiro pelo lado Poente. As obras do Paço prosseguiram a partir de 1513^[27] e, por isso, decorriam quando da visita de Jan Taccoen. Atrás ficavam os estaleiros navais da Ribeira das Naus.

Na face oposta do Terreiro, D. Manuel iniciou a edificação da Alfândega Nova (que incluiria a Casa dos Contos e o Paço da Madeira), para substituir a anterior, na Praça do Pelourinho Velho, intramuros^[28] e o celeiro público do Terreiro do Trigo^[29] (dando origem à nova praça da Ribeira Velha, a Nascente^[30]), assim como à igreja e edifícios da Misericórdia, todos concluídos por D. João III. No Rossio, outro centro decisivo da vida da cidade, ergueu o Hospital de Todos os Santos, iniciado por D. João II. No Restelo, a Ocidente e em local já afastado do núcleo central, surgiram dois monumentos simbólicos do seu reinado, a Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerónimos.

²⁴ Simão Pires Diz, *As classes dirigentes de Portugal e o Humanismo nas epístolas de Cataldo* (Tese de doutoramento polic.), Lisboa, Faculdade de Letras, 1995, p. 353; André Pinto de Sousa Dias Teixeira, “Uma linhagem ao serviço da ideia imperial manuelina: Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia”, *A Alta nobreza e a fundação do Estado da Índia* (Atas do colóquio), Lisboa, Universidade Nova, 2004, pp. 130-133.

²⁵ Miguel Soromenho, “À espera das naus: a Ribeira de Lisboa e a carreira da Índia”, *Pavilhão de Portugal. Expo 98. Catálogo oficial*, Lisboa, Expo 98, 1998, p. 75.

²⁶ Nuno Senos, *O Paço da Ribeira (1501-1581)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, p. 51.

²⁷ Nuno Senos, *O Paço da Ribeira*, p. 77.

²⁸ João Cordeiro Pereira, *Portugal na era de Quinhentos*, p. 69.

²⁹ Miguel Soromenho, “À espera das naus”, p. 77.

³⁰ Irisalva Moita, “A imagem e a vida da cidade”, *Lisboa quinhentista. A imagem e a vida da cidade*, Lisboa, Câmara Municipal, 1983, p. 11.

Muitas outras obras foram empreendidas pelo monarca para engrandecimento da cidade: restauro dos chafarizes de Cata-Que-Farás, dos Cavalos e del Rei, de algumas portas das muralhas, calcetamento de muitas ruas, reordenamento das ruas dos Ferreiros e das Tanoarias, a primeira com as fachadas assentes sobre arcos de pedraria e, a segunda, sobre esteios de pedra, como na Rua Nova, e demolição dos balcões por toda a cidade, os quais até aí podiam ocupar até à terça parte das ruas, levando ao estrangulamento do trânsito nas mesmas^[31].

A partir de 1513 foram mandadas levantar em dois andares as construções do Terreiro do Paço voltadas para o rio, para imprimirem maior monumentalidade a esse lugar central^[32].

Garcia de Resende não se esqueceu de enaltecer o afã construtivo do Venturoso, em Lisboa e por todo o reino:

Vimos-lhe fazer Belém / com a grã torre no mar / as casas do Almazém / com armaria sem par (...)/ vimos seu edificar / no reino fazer alçar / paços, igrejas, moesteiros / (...) vi o reino renovar^[33].

Mas a grande densidade populacional e as características medievais da maioria das vias de circulação, estreitas e escuras, assim como a sua inclinação, em resultado da morfologia dos terrenos em que a urbe se formara, levavam a que se tornasse incómoda a deslocação dos transeuntes. Além disso, a falta de esgotos suficientes para escoamento dos resíduos e sujidades domésticas fazia com que, na melhor das hipóteses, os mesmos fossem encaminhados para o rio à cabeça de negras (chamadas *negras de canastra*, por os recipientes com os despejos irem sobrepostos, dentro de canastras de vime) e, na pior delas, serem lançados das casas para as ruas. Por isso as vias, além de íngremes e estreitas, eram muito sujas.

Taccoen fez-se eco desse hábito. Segundo ele os moradores, ao irem deitar-se, levavam *potes ou pequenos bacios, e os seus escravos, de manhã cedo, levam-nos à cabeça para a Ribeira*. O município procurou diminuir os efeitos nocivos dessa atividade para o ambiente urbano, obrigando as Negras a servirem-se de canastras fechadas e suficientemente altas de modo a não se ver o seu conteúdo^[34]. Impedia também que, durante as caminhadas para o rio, ou no regresso, as mesmas se sentassem a descansar ou a conversar^[35], para evitar o mau odor que provocava nesses locais. Os despejos deviam ser lançados dentro

³¹ Hélder Carita, *Lisboa manuelina*, pp. 54-82.

³² Hélder Carita, *Lisboa manuelina*, p. 95.

³³ Garcia de Resende, *Livro das obras de ...*, p. 547.

³⁴ Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, C 7, f. 104 v.

³⁵ Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, C 7, f. 110.

de água, descendo as escadas do cais, em sítios próprios, frente a Alfama e Boavista^[36]. O italiano quinhentista autor do *Retrato e reverso do reino de Portugal*, que Cármen Radulet admitiu ter sido o engenheiro militar florentino Baccio da Filicaia^[37], foi a propósito deste hábito especialmente crítico, destacando que *uma lama e uma chuva contínua e um fedor enorme* se espalhavam pelas ruas^[38].

Um aspeto positivo, porém, contrastava com esta situação deplorável, a existência de sanitários públicos masculinos, junto à Ribeira. Taccoen descreveu-os brevemente: *Mas, para os homens, existe uma boa e grande privada; vai lá quem quer e tem uns bons cem buracos*. Era um equipamento para uso coletivo, de grandes dimensões, mantido pela Câmara. Uma postura do município de 1432 confirma a existência destas instalações, pois proibía que se depositasse lixo na Ribeira *desde a Fonte da Frol até à ponte que está sobre o rego das Privadas* (noutro passo chama-lhe *cano das Privadas*)^[39]. Conclui-se que os sanitários eram servidos por um esgoto que escoava para o rio as respetivas sujidades. Carlos Caetano defendeu que as Privadas do Concelho, no século XV, se localizavam na viela que desembocava na futura Porta da Moeda, portanto junto ao que viria a ser o Terreiro do Paço^[40], sítio onde provavelmente se mantinham no tempo da visita de Taccoen. Equipamentos semelhantes foram comuns nas cidades medievais, como em França, onde, com a designação de *retraits, cloaques, privés* ou outras, se espalhavam pelos núcleos urbanos ou, como em Lisboa, se concentravam em determinados locais, sobretudo junto aos rios que atravessavam as urbes^[41].

Uma das facetas que mais impressionaram o nobre flamengo foi a quantidade de Negros e de Orientais, muitos deles escravos, que viviam em Lisboa. Foi um facto a que outros estrangeiros se referiram quando visitaram a cidade quinhentista. Nicolau Clenardo, linguista vindo do Brabante em 1533 como professor de Latim do infante D. Henrique, irmão de D. João III, achou que a cidade tinha mais escravos que população livre e que Portugal estava a abarrotar *com essa espécie de gente*^[42]. O italiano Filippo Sassetti, que nela residiu temporariamente, afirmou em 1578, em carta para Florença, que a

³⁶ Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, C 7, f. 105.

³⁷ Carmen Radulet, "Um retrato italiano do reino de Portugal no século XVI", *Mare Liberum*, n.º 14, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 101.

³⁸ "Retrato e reverso do reino de Portugal", *Portugal quinhentista* (Publicado por A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Quetzal, 1987, pp. 194-193.

³⁹ *Livro das posturas antigas*, Lisboa, Câmara Municipal, 1974, p. 6.

⁴⁰ Carlos Caetano, *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa (Séculos XV a XVIII)*, Lisboa, Pandora, 2004, pp. 37 e 44.

⁴¹ Jean-Pierre Leguay, *La rue au Moyen Age*, Rennes, Éditions Ouest-France, 1984, p. 57-58.

⁴² Alphonse Roersch, *Correspondance de Nicolas Clénard*, Tome I, Bruxelles, Palais des Académies, 1940, p. 54.

população lisboeta se dividia em Cristãos-velhos, Cristãos-novos e Escravos, constituindo estes a quinta parte do total^[43]. Com a mesma impressão ficou o autor já mencionado do *Retrato e reverso do reino de Portugal*, que, além de defender ser Portugal e sobretudo a sua principal cidade habitados por três classes de gente, *os Naturais, os Cristãos Novos e os Escravos*, defendeu que estes, na sua maioria *etíopes* (ou seja, negros), eram em tão grande número que as cidades pareciam jogos de xadrez, *tantos os Brancos quantos os Negros: Vieram trazidos pelas novas navegações. É gente suja e tão bárbara quanto se possa imaginar*^[44]. As próprias representações artísticas da cidade devidas a estrangeiros, como as do Chafariz del Rei e da Rua Nova, descobertas nos últimos anos, retrataram a forte impressão que a composição social da urbe do Tejo causava nos forasteiros chegados de países cuja população era menos variada. Portugal, e especialmente Lisboa, deviam constituir, para eles, uma zona intermédia entre a Cristandade e o resto do Orbe, entre o mundo normal e a barbárie.

Jean Taccoen não deixou passar sem referência esse aspeto, que tanto impressionava os visitantes: *E parece-me que habitam a cidade tantos Mouros, brancos e negros, como outros, por o rei ter conquistado muitas ilhas e cidades aos Mouros, Turcos e outros infieis. E, mais adiante: Existem uns dez ou doze mil Mouros, entre (homens), mulheres e crianças, todos cristãos porque, quando já conhecem a religião, os batizam.*

Alguns representantes desse mundo exótico eram pessoas ilustres, como as três personalidades, provavelmente africanas, de que ouviu falar durante a sua permanência na cidade. Contavam-se entre os vários membros das elites africanas e asiáticas que D. Manuel acolheu no reino, como meio de fomentar boas relações com os potentados de Além Mar, nomeadamente do Congo, mandando-os ensinar e doutrinar, e fazendo-os depois regressar aos respetivos países como agentes da sua política expansionista. Essa atitude remontava a D. João II, que em 1493 acolhia *D. Pedro, que veio de Manicongo e três negros seus*^[45] e continuou com D. João III. O Flamengo mencionou-os tal como os ouviu descrever, porque já não os encontrou na cidade:

Houve três personagens, homens vindos da longínqua terra de Calecute, que vieram a Lisboa para se fazerem Cristãos e serem batizados. Eram pessoas importantes, segundo se dizia. Tinham nas faces muitas pedras, assim como no queixo, e na boca, sobre os lábios, dois dentes compridos de pedras preciosas. Mas, porque um deles adoeceu e os outros não estavam nada bem, o rei fê-los regressar à sua terra, para que não pensassem que lhes tinha sido feito algum mal.

⁴³ Filippo Sassetti, *Lettere di ... sopra i suoi viaggi nelle Indie orientali dal 1578 al 1588*, Reggio, Dalla Stamperia Torregiani e C., 1844, pp. 20-21.

⁴⁴ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal quinhentista*, pp. 219 e 241.

⁴⁵ Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 2, Doc. 34 – 19.7.1493.

A maior parte, no entanto, da população de origem não europeia eram escravos e descendentes seus, sobretudo Africanos e Indianos. De acordo com a única estimativa quinhentista dos cativos que viviam em Lisboa, feita em 1551 por Cristóvão Rodrigues de Oliveira, eram 9.950, o que corresponderia a cerca de 10% do conjunto da população da urbe, de 100.000 almas^[46]. A maioria era trazida do território africano, onde os Portugueses compravam essa mão de obra desde o século XV, após a descoberta de mercados de escravos na costa de Arguim, ainda no tempo do infante D. Henrique^[47]. Nas primeiras décadas depois do início do tráfico, nos anos 40, os cativos eram trazidos a Lagos, no Algarve, onde funcionava a Feitoria dos Tratos da Guiné. Mas essa primazia passou para Lisboa na década de 80 e, em 1512, um alvará de D. Manuel canalizou obrigatoriamente para a cidade do Tejo todo o tráfico negreiro, exceto em circunstâncias de força maior, como temporais^[48]. Daí em diante Lisboa converteu-se no maior entreposto de escravos do país e da Península Ibérica e num dos maiores da Europa.

Essa realidade foi sentida pelos contemporâneos e Garcia de Resende incluiu-a entre as grandes mudanças a que assistiu:

(...) vemos no reino meter / tantos cativos, crescer / e irem-se os naturais / que se assi for serão mais / eles que nós, a meu ver.

Também o nosso viajante presenciou o desembarque de um carregamento de escravos no cais da Ribeira, o que devia acontecer com frequência, e tanto o deve ter impressionado que o descreveu com desenvolvimento, em comparação com a maior parte das referências que fez, muito mais breves:

Um navio carregado de especiarias, vindo provavelmente da costa da Guiné, trazia no porão cerca de trezentos cativos, entre homens, mulheres, adolescentes e crianças. Desembarcaram-nos completamente despidos, sem nada que os cobrisse, por eles não observarem qualquer lei, crença ou vergonha. Foram vendidos a quem os quis comprar, para se servir deles toda a vida ou para os tornar a vender. Tratando-se de mulheres grávidas, as crianças delas nascidas eram pertença de quem as comprasse e não do respetivo pai. Por vezes eram vendidas as mães com os filhos já nascidos. Mais tarde, alguns donos que se considerassem bem servidos, dar-lhes-iam a liberdade, através de um documento legal. E, a partir daí, podiam casar-se e ir para onde desejassem. Quando já conhecessem a língua portuguesa e a fé cristã, batizavam-nos. E facilmente arranjavam padrinhos entre pessoas de posição, porque lhes eram dados os seus nomes e apelidos,

⁴⁶ Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário em que brevemente se contém algumas cousas (assi eclesiásticas como seculares) que há na cidade de Lisboa* (publicado com o título *Lisboa em 1551*, com apresentação e notas de José da Felicidade Alves), Lisboa, Horizonte, 1987, p. 101.

⁴⁷ Luís de Cadamosto, *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1988, pp. 104-105.

⁴⁸ *Ordenações manuelinas*, Livro 5, Título 112, § 14, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

tal como se fazia com os Judeus convertidos, pois, quando crescessem e melhorassem as suas condições materiais, se pensaria que pertenciam a quem os tinha levado à pia batismal. Tudo isto era sobejamente conhecido dos Portugueses, mas foi novidade para o nosso visitante, vindo de um país em que os escravos eram uma raridade, e por isso se deu ao trabalho de o referir.

A seguir prosseguiu com o relato do desembarque: assim que todos os cativos foram postos fora do navio, viu dar-lhes de comer e de beber. Comeram junto ao mar (ou ao rio, para melhor dizer), ao sol, de uma tigela ou prato largo, uma espécie de trigo cozido, como uma papa. Eles punham-se à volta do prato, de joelhos, e assim comiam, só com as mãos. Havia tantos pratos quantos os necessários para todos. Depois faziam-nos lavar os pratos e enchiam-nos de água doce, que eles bebiam de joelhos, como animais.

Taccoen omitiu, ou por os desconhecer ou os achar menos relevantes, os procedimentos burocráticos indispensáveis à cobrança de direitos, efetuados por funcionários da Casa da Guiné e da Mina, como a sua ida ao navio, antes do desembarque, para contarem os cativos, o encaminhamento destes para o armazém da Casa dos Escravos, departamento da primeira instituição, onde eram avaliados e lhes colocavam ao pescoço folhas de pergaminho com os respetivos preços^[49]. Mas não deixou de mencionar os episódios mais públicos relativos à venda, a que provavelmente assistiu: *Os compradores examinam-lhes a boca, para ver se têm bons dentes* (sinal de que não eram velhos), *e entre as coxas, além de os fazerem mexer os braços. Aos homens e rapazes fazem-nos correr. Quando compradores e vendedores chegam a acordo, os donos mandam-nos cobrir, com um pano ou toalha, à volta da cintura e levam-nos para casa.*

Esta descrição tem aspetos comuns à do italiano Filippo Sassetti, já da segunda metade de Quinhentos: nela se diz que, quando os escravos chegavam lhes era dada *uma espécie de raízes de sabor semelhante ao da castanha* (provavelmente o inhame, a que Catarina Madeira Santos chamou *o pão dos Africanos*^[50]). Chegados à terra, os interessados observavam-lhes a boca, faziam-nos encolher e estender os braços, curvar-se, correr e saltar^[51].

O relato de Taccoen, a propósito deste tema, termina com a observação de ter visto vender os cativos a oito e nove mil reais cada um, detendo-se também a estabelecer a equivalência dos reais, tostões e vinténs nas moedas do seu país.

As conquistas dos Portugueses encontraram, como se viu, reflexo na descrição do senhor de Zillebeke. A mais recente tinha sido a da cidade de Azamor, na costa atlântica de Marrocos, a 3 de setembro de 1513, por uma expedição comandada por D. Jaime,

⁴⁹ Damião Peres, *Regimento das Casa das Índias e Mina*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1947, pp. 28-29.

⁵⁰ Catarina Madeira Santos, "A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: S. Tomé, primeira metade do século XVI", *Studia*, n.º 54-55, Lisboa, 1996, p. 68.

⁵¹ Filippo Sassetti, *Lettere ...*, pp. 26-27.

duque de Bragança, formada por grande número de homens de armas: *Quando lá estive (dizia Taccoen) tinham conquistado uma grande cidade e país chamado Azamor. A cidade estava cercada pelos Turcos. Soube que o rei enviou quatro navios com gente e canhões, para fazer levantar o cerco.*

Uma das maiores alterações ocorridas na sociedade portuguesa durante o reinado de D. Manuel I foi a expulsão dos Judeus e dos adeptos do Islamismo, assim como a conversão forçada dos que permaneceram no reino, que foi a grande maioria. Decretada no fim de 1496, a medida pôs fim a séculos de coexistência do Cristianismo com os dois credos banidos e deu resposta à crescente animosidade antijudaica existente na sociedade e também às pressões de Castela, que tinha tomado atitude semelhante em 1492, levando à entrada em massa no país de muitos dos judeus de lá expulsos^[52]. Integrou-se também, certamente, no projeto de domínio universal do Cristianismo, atrás referido, assim como na tendência uniformizadora do Estado Moderno em construção. Os conversos passaram a ser designados por Cristãos-novos, sempre alvo, daí em diante, da desconfiança e aversão da maioria cristã e, a partir de 1536, o principal objeto da perseguição do Tribunal da Inquisição.

Taccoen referiu-se, de passagem, aos Cristãos-novos, fazendo-se eco da opinião geral sobre os mesmos: de que praticavam o Judaísmo às ocultas e que eram muito poderosos, nomeadamente junto do rei, pela sua riqueza. Chamou-lhes Judeus, como era hábito na linguagem comum. Atribuiu-lhes parte da responsabilidade pela prosperidade de Lisboa: a cidade, muito mais pequena algumas décadas antes, devia a sua grandeza e crescimento à presença do monarca e ao facto de nela viverem *muitos Judeus convertidos ao Cristianismo, que desenvolvem grande atividade comercial e mandam no rei e na cidade*. Além disso, usavam os apelidos mais sonantes da urbe, porque quem os fizesse batizar transmitia-lhes o seu nome e apelido. Noutra passagem, reafirmou a mesma ideia: *Existem tantos Judeus tornados Cristãos que é de admirar!; os quais têm um grande poder sobre o rei e a cidade*.

Mas não foi só a variedade social da urbe que o Flamengo testemunhou. Viu também animais e objetos de origem exótica, muitos dos quais desconhecia, o que o fez afirmar: *Vêem-se em Lisboa muitos animais e gente estranha, e outras coisas que trazem da Turquia, dos países conquistados pelo rei*.

Já o médico Jerónimo Munzer, que esteve na cidade em 1494, tinha referido, entre os animais exóticos que vinham para Portugal, leões, crocodilos, papagaios verdes e cinzentos, gatos de algália, macacos e outros^[53]. Os que mais chocaram Jan Taccoen, foram

⁵² João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I (1469-1521), um príncipe do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 83-86.

⁵³ Basílio de Vasconcelos, *Itinerário do dr. Jerónimo Munzer*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, pp. 22 e 52.

os elefantes indianos que D. Manuel mantinha e que exibia muitas vezes nas suas saídas, em cortejo, pelas ruas da cidade, juntamente com um rinoceronte, um cavalo persa e uma onça de Ormuz. Foram mencionados por Damião de Góis, como os primeiros pertencentes a um soberano europeu, quatro machos e uma fêmea, um dos quais enviou em 1513 na embaixada ao Papa Leão X^[54]. E igualmente Garcia de Resende se lhes referiu na Miscelânea: *vimos cá vir elefantes / outras bestas semelhantes / trazer da Índia per mar / por mar as vimos mandar / a Roma mui triunfantes*^[55]. Os reis portugueses continuaram a adquirir e possuir elefantes até ao fim da dinastia^[56].

O nobre de Comines descreveu-os desenvolvidamente, quer quanto ao aspeto físico, quer sobretudo quanto aos hábitos e caráter. Daí o valor do seu testemunho.

Vi várias vezes três jovens elefantes nas ruas. Cada um tinha em cima o seu palafreireiro, dois machos e uma fêmea. Os palafreiros ou tratadores eram escravos, que os tinham acompanhado desde as terras de origem, como se sabe através das respetivas cartas de alforria^[57].

Segundo ele, eram animais grandes e feios, de pele cinzenta, sem pêlo, com orelhas compridas e largas. Tinham uma longa cauda, como de uma vaca, sem pêlos também. No sítio do nariz tinham uma tromba comprida, que mudava de tamanho conforme queriam, com as quais pegavam em tudo que o tratador lhes mandava e também pelas vestes das pessoas. À volta do pescoço punham-lhes uma correia, onde os palafreiros introduziam os pés. Para os limparem esfregavam-nos com uma pedra e com água – como se fazia aos porcos, quando eram mortos e se lhes queimavam os pêlos.

Deve-se igualmente a descrever o seu comportamento: eram de caráter pacífico, não fazendo mal a ninguém. Vira-os levantar do chão, com a tromba, pequenos objetos e entregá-los ao tratador. Quando eram levados perante o rei, inclinavam-se, a saudá-lo. Faziam-nos avançar e voltar tocando-lhes com uma vara. Uma vez tinha visto um puxar um canhão, de que só vinte e oito a trinta pessoas seriam capazes. No entanto, tinham só três anos e os seus dois dentes só acabariam de crescer quando fossem velhos. Com eles se faziam vários trabalhos em marfim.

Tinha-lhes visto dar de comer, no estábulo, de grandes recipientes, grandes bolos de trigo cozido, que o palafreireiro lhes metia na boca. Para isso mandava-lhes abrir a goela, o que eles faziam, introduzindo-as ele lá com a mão.

⁵⁴ Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel I*, Lisboa, 1749, p. 595.

⁵⁵ Garcia de Resende, *Livro das obras de Garcia de Resende*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 572.

⁵⁶ Jorge Fonseca, *Escravos e senhores na Lisboa quinhentista*, Lisboa, Colibri, 2010, pp. 258-261.

⁵⁷ Jorge Fonseca, *Escravos e senhores*, pp. 259-260.

De outra vez, quando um deles bebia numa fonte onde o tratador costumava levá-lo, uns rapazes puxaram-lhe pela cauda. Então aquele mandou-lhe que os molhasse, e logo o animal encheu a tromba de água e borrifou-os com ela. No entanto, eram inofensivos por natureza.

Taccoen não deixou de incluir na sua memória da estadia em Lisboa algumas impressões sobre o próprio rei e a rainha D. Maria, sua segunda mulher. Pela forma como os descreveu viu-os por certo: *O rei é um homem pequeno e magro de quarenta e cinco anos e a rainha de quarenta. É uma bela mulher, mas tem o nariz muito pequeno. Têm sete filhos.* A referência à estatura do soberano contrasta com a de Damião de Góis, que defendeu ter sido *homem de boa estatura*, o que se pode atribuir à diferença de conceitos sobre a altura dos homens entre um Flamengo (habitado a ver pessoas mais altas no seu país) e o autor português, que, embora tenha permanecido anos fora de Portugal, vivia entre homens baixos e entroncados, como, de acordo com as descrições feitas por estrangeiros, era típico dos peninsulares. E há a considerar a benevolência de um cronista oficial para com o respetivo monarca. Quanto a ser magro, o seu testemunho conforma-se com o de Góis, que defendeu ser D. Manuel *de corpo mais delicado que grosso*. Sobre a rainha, andaram próximas as opiniões dos dois relatores, pois também Damião de Góis afirmou que, apesar de ser *alva*, a mesma tinha *o queixo do rosto um pouco sumido, os olhos graciosos e pouco risonha*^[58]. O termo *camusette* correspondia a uma mulher com o rosto redondo, bochechudo, de nariz curto e achatado, portanto com feições pouco pronunciadas. No entanto, apesar disso, parece que D. Maria foi a mulher da vida de D. Manuel, de quem raramente se separava e com quem tinha uma relação de grande cumplicidade^[59].

Sobre os sete filhos do casal, foi correta a informação que deixou, pois os dois monarcas tiveram oito descendentes entre 1502 e 1512, mas um, a infanta D. Maria, tinha falecido no ano anterior ao da estadia de Jan Taccoen. Em 1515 e 1516 nasceriam mais dois ainda^[60]. Relativamente à idade do monarca, que diz ser de 45 anos, esteve muito perto da verdade, já que o Venturoso, nascido a 31 de maio de 1469, ia completar essa idade poucos dias depois da partida do Flamengo, a 20 do mesmo mês de 1514. Já o mesmo não se passou com a rainha, pois afirmou ter 40 anos quando tinha 32, nascida que fora em 1482^[61].

Tal como já fizera o polaco Nicolau Popplau, que visitou D. João II em 1484 e descreveu a forma como o soberano tomava as suas refeições, em conjunto com o príncipe^[62],

⁵⁸ João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I*, p. 220.

⁵⁹ João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I*, pp. 115 e 220.

⁶⁰ João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel*, pp. 281-283.

⁶¹ João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel*, p. 115.

⁶² *Viajes de exteranjeros por España y Portugal* (Org. J. Garcia Mercadal), Madrid, Aguilar, 1952, p. 314.

também Taccoen o fez em relação a D. Manuel. Teria presenciado o que descreveu, ou escrito apenas o que ouviu relatar? Como disse que *qualquer um que queira vir ver o rei jantar e cear o pode fazer*, talvez, como nobre estrangeiro que era, tenha sido admitido no paço, a seu pedido, para assistir a uma refeição real.

Segundo afirmou, o monarca sentava-se sozinho no meio da mesa. Depois de lavar as mãos, cinco padres abençoavam a refeição e davam por ela graças a Deus. Este ritual inicial não aparece no relato de Popplau e pode ter sido introduzido pelo Venturoso para imprimir maior solenidade a esses atos. O rei era servido por cinco indivíduos, que faziam de trinchantes e executavam tarefas similares. Havia também alguns pajens, colocados perto dele, de ambos os lados, que entre outras tarefas, lhe enxotavam as moscas da mesa. Este pormenor já tinha sido descrito pelo polaco relativamente ao Príncipe Perfeito. Outro aspeto comum às duas descrições é o de ambos os soberanos não beberem às refeições senão água, ou por preferência pessoal, ou para darem exemplo de sobriedade. As carnes, cobertas, iam sendo destapadas e apresentadas ao rei, para ele as consumir.

O relato termina com o comentário de que havia todo o tipo de gente à volta da mesa, e que ninguém fazia nada para a afastar. É óbvio que essa aparente complacência era propositada e se integrava no cerimonial de exibição do poder régio, perante os súbditos e os forasteiros.

Mas nem sempre as refeições do monarca observavam um cerimonial tão simples. Em ocasiões mais festivas mostrava-se magnânimo, fazendo vir para a sala grandes aparadores, cheios de ricas baixelas e convidando as damas da corte a dançarem enquanto comia. A rainha tinha a sua própria casa no palácio, a par da do rei, com as suas próprias damas de companhia.

Jan Taccoen de Zillebeke tinha um filho a viver na cidade, Wulfert, certamente um dos numerosos Flamengos que a ela tinham sido atraídos pela prosperidade que o tráfico oceânico proporcionava. Deve ter sido ele que lhe conseguiu alojamento para a breve estadia, na hospedaria de um compatriota de Bruges, Gilles de Backer, antigo fabricante de cubas, casado em Lisboa e tornado estalajadeiro. O serviço caracterizava-se aí por um certo luxo, que fez admirar o nobre flamengo: trinchos, escudelas e pratos de prata, grandes taças douradas, aparentemente muito valiosas. Nos dias festivos, como foram os da Páscoa, que o hóspede presenciou, havia sobre o guarda-louças muitos pratos, copos e outras peças, todas douradas, e a sala estava coberta de tapeçarias. A hospedeira (supostamente a mulher do estalajadeiro), com cerca de 60 anos, tinha braceletes de ouro nos braços e sete ou oito anéis nos dedos, de duas ou três pedras. Havia uma, em que tinha pegado, que pesava 120 ducados e meio.

A estalagem devia ficar num sítio central, na Baixa, a zona nobre da cidade, onde o mais importante da vida urbana se desenrolava. A Ribeira, sobretudo as ruas entre a Sé e as



Hospital de Todos os Santos e Igreja de S. Domingos (pormenor da gravura do livro de Georgius Braunius atrás referido)

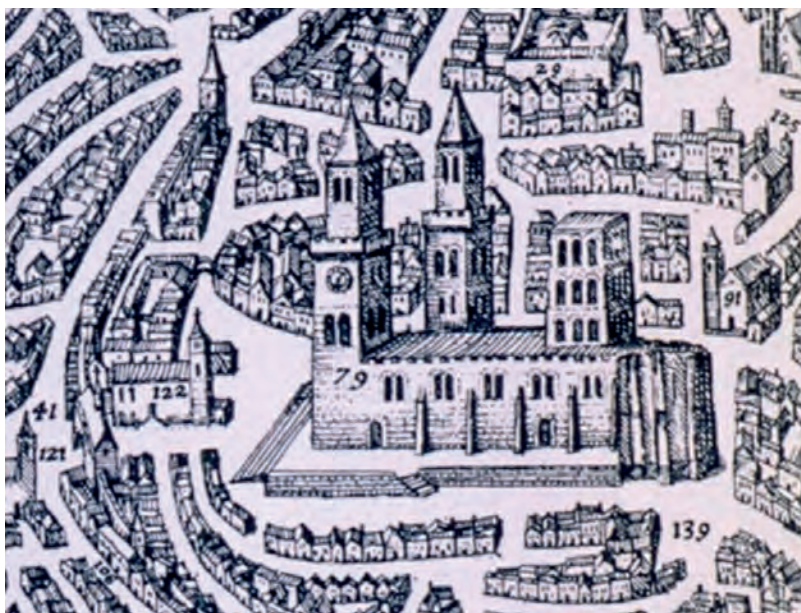
Portas do Mar, concentrava grande parte dos locais de hospedagem^[63], e isso permitiu ao viajante aperceber-se, nos poucos dias em que nela permaneceu, de muitos dos seus aspetos mais significativos. E igualmente ver muitos locais e edifícios, provavelmente na companhia do filho, que lhe serviu de guia.

Um deles foi o Hospital de Todos os Santos, no qual se trabalhava intensamente, como afirmou, ao tempo da sua visita. O edifício foi das grandes obras do reinado e visava dotar Lisboa de uma instituição de assistência à altura da cidade e que respondesse às crescentes carências de uma população em crescimento. Projetado ainda no tempo de D. João II, foi D. Manuel que o concluiu, com aquisições de terrenos aos frades dominicanos e a construção, em arcaria, dos edifícios voltados para o Rossio, ocupando toda a face do mesmo entre a Betesga e a Igreja de S. Domingos^[64].

Interessou-se igualmente pelo vizinho convento dominicano e, sobretudo, pela capela de Santo André, nele situada, que era mantida pelos Flamengos. Aí se rezava todos os domingos uma missa da manhã, para os jovens, e outra cantada. Era toda forrada de

⁶³ Carlos Caetano, *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa*, p. 110.

⁶⁴ Helder Carita, *Lisboa manuelina*, p. 78.



Sé (pormenor da gravura do livro de Georgius Braunius atrás referido)

tapeçarias, com as armas da Flandres, um Leão Negro. Dizia-se que os ornamentos valiam dois mil escudos. Vira nela jóias muito ricas. A capela era fechada por um gradeamento de metal e, fora mas diante dela, havia dois altares e um lugar espaçoso para sepultura dos Flamengos. Frei Luís de Sousa viria a mencionar, na *História de S. Domingos*, esta irmandade, criada, segundo ele, em 1414, ficando a capela, colateral da capela-mor, do lado da Epístola, simétrica à de S. Jorge, mantida pelos Ingleses e situada do lado do Evangelho. Para a sua manutenção contribuíam os mercadores flamengos com um milésimo de quanto auferiam no seu negócio e um vintém por cada tonelada transportada pelas suas naus. Além de gabar as riquezas em prata e luxuosos paramentos que possuía, referiu-se à ação assistencial da confraria em prol dos Flamengos pobres e dos que chegavam doentes ao porto da cidade. Quanto aos mortos da sua nação, eram sepultados no cruzeiro em frente à capela e na sacristia desta, que era *uma boa casa*, privilégios devidos às esmolas com que sempre tinham contribuído para as obras do mosteiro^[65].

Ressalvando que as igrejas de Lisboa nada eram em comparação com as do seu país, mencionou também a Sé, o mais importante templo da cidade, onde, à direita do altar-

⁶⁵ Frei Luís de Sousa, *História de S. Domingos* (1623), v. I, Porto, Lello & Irmão, 1977, pp. 362-363.

-mor, se venerava o corpo de S. Vicente. Frente a ela, junto ao adro, havia uma bonita capela, construída no local de nascimento de Santo António de Pádua, onde tinha sido a casa dos seus pais. Lembrou que em Pádua havia um rico mosteiro de Franciscanos, com uma bela igreja e um magnífico tesouro, como tinha dito no seu outro livro.

Aí assistiu às celebrações de Quinta-Feira Santa, nas quais os cônegos evocavam Nosso Senhor no Sepulcro com uma procissão que decorria dentro da igreja. Os cônegos apresentavam-se envoltos nas suas capas, mostrando grande devoção, só com as caras à vista e a chorar. No fim do cortejo vinham outros cônegos com um andor representando o esquife de Cristo morto, coberto com um manto de ouro, e muitas outras pessoas, cantando um *Salve* e, no princípio de cada verso do mesmo, *Deus, Deus meus*. Depois colocavam o sepulcro em cima de um alto tabernáculo, que ficaria coberto por um manto de ouro até à Páscoa.

Na mesma igreja se venerava Nossa Senhora da Misericórdia e estava instituída a respetiva irmandade, cujos governadores davam muitas esmolas, resgatavam cativos e ajudavam os presos. Os seus elevados rendimentos provinham dos legados testamentários de ricos mercadores. Jan Taccoen sabia-o por experiência, porque tinha conhecido um dos dirigentes da confraria no sítio onde se alojara, e tinha-o visto contar penosamente e pesar numa balança dinheiro da sua irmandade.

Na véspera de Quinta-Feira Santa, os irmãos desfilavam em procissão com tochas acesas nas mãos, cheios de devoção, cantando *Santas* ou litanias. À frente dos padres iam umas cem pessoas com os ombros e o dorso nus, que se flagelavam com disciplinas de corda, em cujo interior havia esporões de prata ou ouro. Castigavam-se de tal maneira que nem se lhes via a pele, parecia tudo esfolado. Iam-se flagelando continuamente até regressarem à igreja, e aí curavam as feridas, tornavam-se a vestir e iam embora. Não se sabia quem eram, porque iam embuçados. E dantes dizia-se que morriam disso.

Esta procissão de flagelantes, organizada em Quinta-Feira Santa para estimular a devoção dos fiéis através da evocação do martírio de Cristo, foi descrita por João Brandão, em 1552, numa época em que a Misericórdia já contava com as instalações da Ribeira, construídas por iniciativa de D. Manuel I e terminadas pelo seu sucessor. Instituída que tinha sido numa capela do claustro da Sé, em 1534 a irmandade transitara para o edifício contíguo à Alfândega Nova^[66]. Por isso, nessa época a procissão saía e regressava à nova igreja da instituição, com passagem pela Sé e outros templos e locais. Integravam-se obrigatoriamente em tais cortejos todos os irmãos e irmãs da confraria, com vestimentas pretas, candeias e velas nas mãos. Antes deles, desfilavam entre oitocentas e mil pessoas, de ambos os sexos, ferindo-se com disciplinas que as faziam sangrar abundantemente. Vinte a trinta homens acompanhavam-nas, com bacias cheias de vinho cozido, onde os

⁶⁶ Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, pp. 207 e 212.

flagelantes molhavam as disciplinas, que assim lhes *apertavam as carnes*. Outros irmãos levavam fatias de marmelada e outros doces, para os penitentes que se sentiam enfraquecer, e outros iam com púcaros de água para os que dela necessitassem. Quando a procissão regressava à Misericórdia, os flagelantes eram socorridos por físicos, que lhes espremiavam as chagas e as lavavam com vinho, os vestiam e mandavam para casa^[67].

Quanto à Páscoa, propriamente dita, a que assistiu, Taccoen era da opinião de que não se festejava como noutras cidades em que já tinha estado, como Roma, Veneza e Milão, pois nos dias em que estive na cidade não viu nada que fosse digno de referência.

Também a maneira de vestir da população mais abastada não o impressionou agradavelmente. Os homens de bem, que se deslocavam em cima de mulas, pareceram-lhe bufarinheiros, cobertos de longas capas quase até ao chão e só com os braços de fora. As damas andavam totalmente cobertas com largas vestes, embora por baixo vestissem gibões de veludo e seda, com grandes mangas e pregas, de tal modo que mal se conseguia ver quem ia dentro. Por baixo da roupa, os homens tinham crucifixos, mas as mulheres traziam braceletes de ouro e prata e anéis nos dedos. No entanto, nada disso se via na rua, porque vinham cobertas com vários tipos de mantilhas pela cabeça. Da experiência que tinha, no entanto, depreendia que eles eram ricos e tinham as casas bem decoradas de baixelas e tapeçarias.

As cerimónias de casamento eram muito simples, com os noivos a apresentarem-se à porta da igreja perante as testemunhas, e o cura a casá-los, indo logo eles para casa, depois de agradecerem aos convidados. Não faziam quaisquer despesas com almoço, danças nem vestuário. Este costume devia contrastar com o do seu país em atos semelhantes, certamente mais festivos.

Igualmente se referiu aos funerais, anotando simplesmente que, quando alguém morria, havia prantos ruidosos, tal como em Roma, facto que já tinha descrito no seu segundo livro.

Assunto a que dedicou algum espaço da sua descrição foi o do adultério e dos castigos infligidos a quem nele incorria. As *Ordenações afonsinas*, consagrando uma lei de D. Dinis^[68], estipulavam a pena de morte para as mulheres que fizessem *fornízio ou adultério* aos maridos, assim como aos seus cúmplices, independentemente da res-

⁶⁷ João Brandão de Buarcos, "Majestade e grandezas de Lisboa", pp. 115-116.

⁶⁸ As *Ordenações manuelinas* só foram editadas a partir de 1512, com a publicação do seu *Livro I*. O *Livro II* saiu em 1513 e entre março e dezembro de 1514, ano da visita de Jan Taccoen, saíram os outros livros, no V dos quais se incluía a legislação sobre essa matéria. Insatisfeito com essa edição, o rei veio a ordenar a publicação de uma nova versão, que surgiu em 1521 (Mário Júlio de Almeida e Costa, "Ordenações", *Dicionário de história de Portugal* (Dir. Joel Serrão), v. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 208.



Rua Nova dos Mercadores (pormenor da gravura do livro de Georgius Braunius atrás referido)

petiva posição social^[69]. O código manuelino, no entanto, veio a prever a necessidade da queixa do ofendido, e um regime especial para quando o adúltero fosse fidalgo, cavaleiro ou escudeiro e o marido peão. Nesses casos, a pena não seria executada sem conhecimento do rei e sua autorização^[70]. Se fosse o marido ultrajado a matar a mulher adúltera e o amante, essa vingança ser-lhe-ia relevada – *aqueles que (...) por tal razão matarem nom hajam medo, nem se catem de mim, nem da minha justiça* – se ele fosse cavaleiro ou fidalgo de solar (nas *Ordenações afonsinas*) ou fidalgo de solar, desembargador ou pessoa de maior qualidade (pelas *Ordenações manuelinas*). Se, no entanto, o que matasse fosse peão e *homem de pequeno estado* e o culpado de condição superior, o resultado seria mais grave: não seria morto, mas seria degredado um ano para *algum lugar do extremo* (nas *Ordenações afonsinas*) ou *d'Além* (praças do Norte de África) (nas *Ordenações manuelinas*)^[71].

O nobre flamengo teve conhecimento de uma ocorrência desse tipo. Viu passar à frente da sua estalagem um homem com ar de pessoa rica e poderosa, que lhe disseram ter morto, três dias antes, a mulher e o homem com quem a tinha encontrado. Não deixava, mesmo assim, de andar pela rua, sem qualquer receio da justiça.

Taccoen assistiu, durante o curto período de nove dias em que estive na cidade, à execução de um homem que se tinha envolvido com uma mulher casada e de duas mulheres *que se tinham portado mal no casamento*. Os cúmplices destas estavam ainda presos, para serem enforcados a seguir. A primeira adúltera estava também presa por estar grávida, devendo ser executada logo que ficasse restabelecida do parto. Afirmou

⁶⁹ *Ordenações afonsinas*, 2.ª Edição, Livro V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 44.

⁷⁰ *Ordenações manuelinas*, Livro V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 54-55.

⁷¹ *Ordenações afonsinas*, Liv. V, p. 56-57; *Ordenações manuelinas*, Liv. V, pp. 59-60.

que os adúlteros eram primeiro amarrados, juntos pelo pescoço como se fazia às ovelhas, a *uma bela cruz de pedra com degraus* que estava na Ribeira. Em 1510 a câmara tinha sido autorizada por D. Manuel a deslocar, de junto do Paço de Santos para esse local, uma coluna que ali estava como peça de adorno, com os seus degraus, para servir de picota^[72]. Devia ser a esse pelourinho, que aparece representado na gravura impressa no fim do século por Georgius Braunius^[73], que o Flamengo chamava cruz, talvez por, na época, ser encimado por uma cruz de metal.

Junto do pelourinho estava, segundo afirmou, também a forca. O ritual que descreveu para as execuções de que foi testemunha, embora mais abreviado, corresponde ao que estava previsto no compromisso da Misericórdia, dada a participação que nelas tinha esta irmandade, no cumprimento de uma das obras de misericórdia: os irmãos dirigiam-se à prisão onde estava o condenado, serviam-lhe conservas e vinho, e acompanhavam-no, com crucifixo, tochas acesas e água benta, ao local do suplício. O supliciado vestia um saio de linho, com um capelo nas costas, com que lhe cobriam a cabeça durante a execução. Ao longo do percurso cantariam uma ladainha, a que Taccoen chamou litania, a que todos respondiam: *Ora pro eo*. Integrava-se no macabro cortejo um grande número de crianças das escolas da cidade, para rogarem pelo padecente. Competia também à Misericórdia descer o morto e dar-lhe sepultura^[74].

A seguir a uma descrição tão deprimente, o relato terminou com o desabafo: *Não quero escrever mais sobre Lisboa, porque senão os leitores desistirão de me ler*.

Jan Taccoen van Zillebeke surpreendeu a principal urbe portuguesa e a sociedade que nela vivia no curto período de nove dias que mediaram entre a sua chegada da Flandres e o reembarque rumo à Terra Santa. Homem curioso e inquieto que era, como se conclui das várias viagens que empreendeu, ajudado pelo facto de se ter alojado na parte mais movimentada da urbe, onde tudo quanto era importante acontecia, e pela companhia do filho, que nela residia, apercebeu-se de alguns dos aspetos mais marcantes da vida lisboeta do reinado de D. Manuel I, que registou: o crescimento da cidade, as obras de engrandecimento promovidas pelo monarca, a atividade portuária, nomeadamente a entrada de escravos (deixando-nos uma das poucas descrições conhecidas de um desembarque de escravos em Portugal), o exotismo da sua população e o luxo recente,

⁷² Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p. 600; Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, 1ª. Parte, Lisboa, Tipografia Universal, 1887, p. 409-410.

⁷³ Georgius Braunius, *Civitates orbis terrarum*, Colónia, 1572-1618 (6 tomos) ... *Tomo V – Urbium praecipuarum mundi theatrum quintum*, 1593 (?) (Vista de Lisboa).

⁷⁴ *Compromisso da confraria de Misericórdia*, Lisboa, Oficina de Valentim Fernandes e Harmam de Campos, 1516, f. 11 v.-13 v.

sob a influência dos contactos ultramarinos, os hábitos de vestuário e de higiene, as atitudes perante o adultério, a aversão aos Cristãos-novos, o fausto manuelino, com uma pormenorizada referência aos elefantes reais, bem como os costumes para nós, que não certamente para ele, mais chocantes da época, como as procissões de flagelantes e os enforcamentos, a que não deixou de assistir nem de relatar. Eis aqui, por tudo isso, um vivo testemunho de Lisboa na sua época de apogeu.

LIVRE DE VOIAGES DE JAN TACCOEN VAN ZILLEBEKE

Texto original*

Transcrição de Stijn Manhaeghe

(f. 35 / 1) “ Jhésus.

Mémore pour l’amour que je ay mis chy devant en men livre dez voiagez comment je suis par deulx foiz partiz de mon ostel à Rome, delà à Venegen, por cuidier parvenir à mon voyage de Jhéruusalem, selon le teneur de mondit livre chy devant menchionné. Et pour le Ille foiz me fuis partiz de mon ostel de Commines, le XXle de mars devant Pasquez XVC XIII, sur le jour Saint Benedictus. Et me partis avec Jorijs Maillart, chascun ung varlet, à Brugez, de là à l’Escluse et lendemain je me miz en ung batiau par mer envers Armue. Et quant fumez là, par faulte de vent allamez jouer par trois ou IIII fois à Middelbouch, demy lieuwe par terre de Armue. Et alâmez delà à ung biau péligrimage de Nostre Dame às Dunez.

Et trois jours aprièz, nous partîmez pour aller par mer à Vlésiinghe pour aller envers Luchebone, cent lieuez delà, Saint Jaquez en Galisse, là où je avoije demorant ung filz, nommé Wulfaerd, et pour là atendre le naviere dez pellerins qui devoit partir de Anvers – et estoit capitaine Dieric Passin, qui devoit là venir comme lez quartez faisoient menchion – et delà atout les pellerins envers Jhéruusalem. Et pour briefté, je y poroije mettre pluseurs choses que veymez, mèz en plaine meer on ne peult biau cop veoeir. Car de Vlésiinghe jusque à Luchebone, pour le bon vent que avièmez, ne partimez point horz de le naviere. En la Mer d’Engleterre, nous veymez ung debout d’un mast droit amont atout le naviere, et les navieurs nous dirent que c’estoit une naviere de peilgrins qui cuidoint aller à Saint Jaquez, et tout estoit noijet. Et estièmez nous trois navierez de merchans ensamble, àsavoier le “Mékiel”, le “Marie” et l’autre nommé “Anna”, en la quel nous estimez. Et (f. 36 / 2) nous estièmez délibré en tout en volenté de allé viseter Saint Jaquez en Galisse, mès le vent nous bouta sy hault que ne poymez gaingnier la havene et ville de Coulone, par quoy nous estoit de force de passer oultre aprièz Lusebone.

* Manuscrito 793 da Biblioteca Municipal de Douai, França.

Et quant nous passamez deseurre Saint Jaquez, au bout du Mer d'Espaein, à Veinter Terre, là se noya ung de no trois navierez, nommé le "Michiel de Andvers" sergiet de toute mannièrez de marchandisez d'Anvers et de Bruge, pour dessergier à Lusebone, et tout les biens perdu, qui valy san nombre. Mais nostre naviere et le "Marie" salvoint tous lez genz qui estoient en la naviere, et estoient bien en nombre de C personez, parmy pélerins de Saint Jaquez et ung abasade que l'Empereur envoija de Coulonge à Lusebone pour camunikier avec le Roy de Portegael. Nous vismez ung églesette à Veinsterre, près le cape nommé Mougy, lequel est ung biel peilgrimage de Nostre Dame. On voit là une nef de pierre et le mast de pierre, Il braces de largeur, sur la quelle naviere vient Nostre Seigneur et Nostre Dame outre mer par miracle. Et il y a ung autel là où Dieu fit sacrefice comme on dit. Et se y voit en pluseurs pas de Nostre Dame deden pièrez, et elle avoit sorlès à polenne, et le mast de pierre couche plat sur terre. Et on dit que tous crestienx soient en estat de grâce, y fait remuer ledit mas atout ung doit; je ay parlet à persone qui l'a fait remuer. Et nous arivamez à Lusebone le Xle d'avril, en le péneussye semeyne devant Pâke, le mardy.

A parler de la ville de Lusebone, la ville est grande, assez comme Bruge, mès point sy belle à motyé. Mès il y demeure tant de peuple que d'unne merveille. Che sont haultez maisons de pierre, esplâtré tout blanc. Les maisons (f. 35 v. / 3) sont deseurez tout plat, tout couvert de tieulez, comme nocx ou gotièrez. Et demeurent trois ou IIII ménagez deseure l'un l'autre. La ville est mal pavée. Quant il pleut, il y fait mail aller; et n'y avoit que une belle rue, laquelle estoit bien pavée. Là demeurent toutes manière de mettiers et marchandises. Il y a tant de juis qui sont devenu chrestiens d'unne merveille, lesquels gouvernent fort le Roy et la ville. Et selon me samble, il y a autant demorant en la ville, de blans et noiers Mores que aultres, parmy que le Roy a conquesté tant de illes et villez sur les Mores et Turcs et aultre mescréans.

Je vis amenez une naviere sergié de spéserye, et dessoubz le balas, enbaez, aufont dele naviere, plain de noiers Mores, ommez, femmez atout leurs effans, jofne valtons et fillez, de toute sorte, bien en nombre de III C. Et on les aporta tout nut, san quelke sose sur leurs corps, et n'ont nulle loy ne crédénche, ne honte. On les vent qu'il les veult avoir, pour estre esclavez pour servir omme et femme, leur vie duran, et revendre là où il leur plait. Et che est une fille, et porte afant de estraengiers, l'efant qu'elle porte, c'est au mestre qui l'a achaté, et non au père qui l'a engendré. Et souvent vendent femme et effant. Et sy bien pevent servir, que leur mettre ou dame leur donnent liberté, et fault qu'il en achent lettre par justiche; et puis se marient ou vont où il veullent atout leur lettre. Et quant il sèvent le langage et le foy de Dieu, on les fait crestien. Et on prent volentiers omme de bien à parin, car il portent non et sournon de leur parin, et aussy font les juis. Et quant il sont grant et deviènent riche, on cuide qu'il apartiènent au parin qui l'a levé de fon.

Quant il furent mis hors du batieu, bien III C, tout nut, je leur vis donner à mengier (f. 36 v. / 4) et à boeire. On leur donna à mengier au bort de la meer, au soleil, en une minette ou large tellez. Dedens y avoit comme blé bouly, tout mole. Et se metoint autour dela telle sur leur jenous, et mengoint ainsy, san lanche, plain leur mains, tant de telles, que chascun avoint leur part. Et puis on leur fis laver leur tellez, et on leur jetta plain de eauwe douche. Et mirent à jenoulx et burent ensy comme bestez. Et là on lez vent quant ilz vindrent marchans. Leur mettre qui les gouverne lez vendent. Quant lez marchans lez achatent, il le regardent en la bouche s'il ont bon dens, entre les gamez et tendre leur bras; et les omme sou valtons, on les fait couré. Et quant il leur hette le marchandise et qu'ilz sont content et accort, le mettre leur fait mettre ung linge ou toeille autour de leur cul et devant, et les maine en se maison. J'en viz vendre VIII et IX mille réaulx. Chascun mille réaulx vallent en nostre pais X s; pour chascun cent XX g. Et on vent là tout par mille ou cent réaulx. Chascun réal vault V miten, et en ung sont VI sutillen. Il y a ausy des testons, comme de Melaen, qui valent XX g o C réaulx. Il ly a aultrez pièchez qu'on apelle "vintein", qui vallent IIII g; et demi pour II g; quart, I g. Ducas, on les congnoit bien en no pais.

Je vis par pluseurs fois III olifans jofne par my les ruez. Chascun avoit sur luy son palfernier, Il marles et une fumelle. Et sont grandes et laides bestez, comme gris de piaeu, san poeil, et on les frote atout ung bonne pierre leur piaeu, et de l'eaue, ainsy qu'on fait un pourchiel quant il est brullé pour nettoijer et blanckir. Et sont bestez comme on dit, et ay veu, de gran sens, car il font tout che que leur palfernier leur commande. Il ont longhes, larges oreillez, pendant; on en feroit bien deulx (f. 37 / 5) pairez de sorlèz. Et ont une longhe keue comme une vake, san poeil, séon ung peu audebout. Et sont seinglet autour du col. Là boutent lez palferniers leur piez deden. Et ont une longhe trompe où le nés doibt estre, Il annez de lonc, et plus quant il veulent, car il le boutent hors et en, et prennent toutez choses atout quant leur palfernier leur dit, et lez genz par le robe. Mais de eulx mismez sont pasible et ne font nul mal à nulluy. Je leur ay veu lever de terre comme ung denier de leur trompe, et le baeillèrent oultre leur teste le palfernier ou ung aultre à qui le palfernier veult. Quant il viènent devant le roy, il se enclinent devant luy et luy font le révérenche. Et on leur fait aller et torner atout ung bâton audebout ung havet. Et quant le palfernier lesse seoir son baston, il le lièvent de terre et le rebaeillent leu palfernier, ou aultre chose.

Je en vis ung, on luy baeilla une corde atout ung neu audebout en leur musiel et en leur dens, et tira ung engien seul, que paravant XXVIII of XXX gens avoint assez à faire, et n'ont que III ans, et ne commenchent que abouter leur dens – II – quant il sont viéz. Il ont chascun, les merles, les dens plus lonc que ung mé et au plus gros III cartiers de larghe, j'en ay assez veu. Ung omme en est assez sergiet. Et s'en fait on atout des pijnez d'ivorre et aultrez ouvragez d'ivore.

Je vis donner lesdits olifans à mengier sur l'estable. Chascun avoit une grande tielle, plain de blé bouly, tout molle, et en fy dez grandes bourlez atout, et prins en se main une de cez bourlez et dit à l'olifant: "Ouvrez vo gheulle!"; ladite beste ouvra sa gulle, sy grande toute ouverte, que le palfernier bouta sa main atout le bourle de blé en sa gulle, jusquez au keutre, et puis ung aultre, tant que le blé durra. Item ung aultre foiz, je vis le palfernier venir sur le Marchiet de Erbez et luy fit prendre envolé en sa trompe ungne bongue d'erbe et endaler atout, (f. 37 v. / 6) et quant il estoit lonc, il retorna audit lieu où il avoit prins ledit erbe et le palfernier dit: "Remetez l'erbe!"; ledit olifant le remis sy douchement, il sambloit qu'i n'y avoit touchiet. Il ont ung rude corps, et jambes aussy espéz que la cuisse d'un omme, et grans rond piez atout V courtez onclez à chascun piet. Le palfernier le mena là boire à une fontaine et il ly ot biaucop de mauvais garchon qui le tirèrent par le queue. Le palfernier dit à l'olifant: "Moullie-les!"; il print de l'eauue plain sa trompe et le jetta lonc après chely qui le fiz mal. Pareillement on le faisoit ruer de caeilleus. Mès de luy mesmez, il ne fait à nulluy mal, encore dont il sont criminel à veoir atout leur lons dens.

Item je vis le jour de Blanc Jeudy en l'Eglise dele C, qui est une belle, riche kennesye et princhpal église de la ville – lesquelz églisez ne sont point à comparer comme par dechà – lez chanonez mirent ledit jour Nostre Seigneur au Sépulcre et quant le serviche est fait, tout le colège de l'église vont en procession deden l'église à bien grande dévotion à veoir, car tous les canonez vont touz enbrunkis en leur cappe, lesquelz trainnent près de ll annez apaeme, qu'on peult veoir leur visage et vont tout plorant. Après derière viènent chanonez qui aportent sur leur espaulles le Sépulcre de Nostre Seigneur, couvert d'un drap d'or, et tous lez gens de bien aprièz, tout en deul, ausy bien prestres que aultrez, chantant ung "Salve" au commencement de chascun vers "Deus Deus meus". Ende als zy, et quant il viènent au gran ceur, il metten le Sépulcre sur ung hault tabernacle, tout autour pendu de drap d'or, jusquez à Pake.

Item à la misme esglise est Nostre Dame e Miséricorde, et le Blanc Jeudy, au vespre, atout torses et aultre lumière en leurs mains, et alèrent en procession bien dévotement, santan les "Santas" ou letanie. Et devant les prestres pooint bien aller – ainsy que me sambloit – C personez, tout desghiséz, les espaullez et doz tout nut. Et avoint en chascun main ung escorije de cordes, audebout des molettez comme on (f. 38 / 7) on met dedens les esporonz d'argent ou d'or. Et leur vont tout batant oultre leur espaullez, tèlement qu'on n'y voit point de piaeu: il samble que tout et escorsiet. Et alloint ainsy tout batant tant qu'il sont revenu au église, et vont adont remettre leurs abillemens et puis remetten leur playez apoint et reprennent leur robez et s'envont. Et on ne set qu'i sont. On dit que aultre foiz, qu'il en sont mort.

En outre, je vis passer un homme qui sembloit un riche et puissant homme, devant où je fus logié. Et on me dit que III jours devant, il avoit tué sa femme et l'homme avec qu'il trouva avec sa femme. Et n'en laissoit point d'aller par la rue, et ne meffoit riens contre justiche.

Memorie dat te, que il n'est point à Lusebone comme il est à Rome, car comme je ay mis en mon autre livre chy devant, à Rome il ne samble point de péqueter hommes avecque femmes mariées ou à marier: tout samble toutun et le pape le consente pour cause.

Et à Lusebone, quant une femme mariée a affaire à autre que à son mary, et le mary se plaint à justiche, il fault que l'homme et femme pendent au jubet, se che n'est qu'il sont grant personnagez. On lez maine en la ville pres du havene, à une belle crois de pierre à degréz, atout Nostre Dame de Miséricorde, et on lez loije et on les boute deulx le gulle jus, comme on fait un mouton. Je viz mener un homme au gibet qui avoit esté avecque une femme mariée, devant le diné atout le Miséricorde et atout les prestres, tout chantant la letanie, et il y avoit bieucop de hommes desguisés qui se aloient tout batant, comme devant. Et le Miséricorde retourna quant il estoit pendu. Et le ralèrent querre du jubet à V heures à la prèz diner audit jour, et le ensévelirent au l'atre. Et la mariée estoit boutée en prison pour che que elle estoit ensainte. Et quant elle seroit relevée, on le (f. 38 v. / 8) pendra au gibet comme on faisoit son putier.

Item lez gouverneurs de le Miséricorde font bieucop de belles amosnez, de rachater lez prisonniers de povres menages. Lez gouverneurs vont au prison et par la ville enquerre lez estas, le gouvernement de gens, ausy bien hors de la ville. Et on donne bien tous les mois VI C s p, qui font cinquante s de g, et la dicelle conflarije n'a point un patart de revenu, et vient tout de testamens de riches marchans. Je le say bien, car je fu là logiet où un des gouverneurs demoroint; on pavoit paine de conter le monnaie, on le pesa par livres en une balance.

Et à Lusebone, il ne triomphent point fort comme à Rome, à Venise ou à Melaen, hommes ne femmes, car je estoye à Lusebone tous les jours de Pâques jusque au Xxe de may devant le Pentecouste, et ne vis point de triomphe. Les hommes de bien vont sur jennet mulez et ont coté de camelot, et dessus un long mantel de drap jusque pres de terre, et leur bras dehors, et est devant entier, le plus part atout des cappes longhez atout un bec atout des bonnez. Et quant il portent capieus, il sont largez atout de haupes pendant et dessus. Et lez dames aportent diverschez robes de drap jusque à la coroijs, mès deusse le corps portent vlours, sojez, sejez ainsi que porpoins atout large manchez, mès la robe ont tant de ployes que on ne voit point la façon de la femme. Et hommes et femmes portent keinez, mès lez hommes portent petitez longhez keinez au debout des crois ou Agnus Dey, mès lez dames portent à leur bras des carcans d'argent

ou d'or, et grament de anneus à leur doiz. Mèz par lez rues, on ne voit point. Il vont par lez ruez atout ung mantiel jusques à la teste, (f. 39 / 9) et sur leur teste ung cevrechief et deseure ung aultre chevrechief de toilette, le teste hors du mantiel.

Je croy bien qu'i sont riche et bien estofet en leur maisons de vasselie et tapijs, car il en font là grant feste, et che par espérience: l'omme là où je fuz logié, lequel estoit de Bruges, là marié, nommé Gillez De Backere, et salloit estre cuvelier de son mestier, il fait maintenant marchandise. Il sont journelement serviz de trenchoirs, escuvellez et plas d'argent, et tant de grandez tasses doré, sy bellez que le fachon coute biau cop. Lez bons jours, on avet sur ung drechoir tant de vasielle, coupez, égièrez, plas à laver, tout doré, qui vault grant nombre, et tout la salle tendu de tapeserije. La dame de l'ostel avoit bien LX ans; elle avoit à chascun bras ung carcan d'or, VII ou VIII anneux en ses doez, II ou III keinez. Et en avoit pesant une que je ay menneyet C et XX et deni ducas.

Item Lucebone, comme il dient là, ne soloit estre oultre XXX ou XL ans ne estoit adont que une petite ville. Mès pour l'amour que le Roy de Portingael se tient là plus part, et qu'i ly a tant de juis devenu chrestien qui font grande marchandise et gouvernent le roy et le ville; et portent le sornom dez pluz gens de bien de la ville, car quiconke qui liève là ung juis, il luy baillent leur non et sornon. Il y a bien X ou XII mille Morez, parmy femmez et effanz, qui sont tout chrestien, car quant il ont congnoissanche de la foy, on lez fait chrestien.

Item Lusebone à tans advenir sera une grande, riche et puissante ville, car che est merveille le nombre de maisons qu'on y fait. Et le roy y a fait ung biau et riche palais nouveau, là où il se tient maintenant d'emprèz le revière qui est le havene. On dit que c'est le plus belle havene de christienetet. (f. 39 v. / 10) Che es eaeuwe fresche et vint et va en la meer une lieu de là, tout du lonc de la ville. Et elle passe bien VI lieuez dele ville tousiours une lieue large.

Item il ly a ung merveilleus ospitael et on yovre fort. Et y a d'enprèz ung biau cloistre de Saint Dominicus et les Flamens y ont dedens une belle chapelle de Saint Andrieu. On y dit touz lez dimenchez ungne base messe du matin pour lez jofnez genz, et grant messe en cant et eauwe bénitte. Et la capelle est toute tendue de tapeserije atout lez armez de Flandrez, le Noeir Lion, et lez bankiers autour de tapeserije. On dit que lez orlemens sont extimé II mille escu. Je y ay veu dez richiez juaulx. Et la capelle est enclose tout de métael et ont devant la capelle encore II autelz et une grande place pour enterrer lez Flamens deden l'église.

Item à Lusebone, on ne frème nullez portez, car as portes n'a nus wys ne riens qui frème. Il ont toudis pays contre chrestieneté, mès le roy fait tousiours gherre contre lez (in)fidèlez et conquiste biaucop de leur pays, et quant je fuz là, avoint nouvellement conquiz une grande ville et pays nommé Hasemorre. La ville estoit asise dez Turcs. Je viz que le roy envoya III navieres de gens, de engiens pour lever le siège. Il a dez gens et engienz en ce pais plain.

Quant on marie à Lusebone, le sire et le dame dez nopchez viènent atout gens qui portent tesmoinnage devant l'église, et le curé lez espouse là san pluz de despens, et s'envont à l'ostel faisant leur besongez, et remerchient ceulx qui ont esté avecquez. On ne fait nulz despens de diner, danser ne nul acoustremens ne abillemens.

Item le roy au diné et soupé est asiz à table atout (f. 40 / 11) les huys ouvert en sa salle. Chascun, il peult venir qui veult veoir le roy diner et souper. Il siet tout seul au milieu de sa table. Quant il a lavé sez mains, il y a V prestres qui dient le *Benedicite*, et pareillement grachez. Il li a V serviteurs qui le servent à table de trenchier et aultrement qu'il appartient. Il y a VIII ou X pagez qui se tiènent droit d'enprès luy, à chascun cotet, et y a ung à chascun let d'enprès luy, atout ung batonseil de ung anne de lonc au debout ung banièrette de soye quy ly enchachent lez moukes de la table. Le roy a ung petit pot de terre atout IIII oreillez tenant environ une pinte et est plain d'iaeuwe, et ne boit à table aultre chose et ne but que ung tret le diné. Et il y a tout manière de gens qui se tiènent autour de la table, et on ne lez fait point aller arière. La viande est apporté à table, tout couvert devant que le roy se asyt, et quant on rote l'un, on desceuvre l'autre, et le met on devant luy tant que tout est présenté.

Item quant le roy veult trionpher, il fait mettre en sa salle dez grans drechoeirs, plain de richex vassellex et fait venir les demoisellez devant sa table qui dansent tant qu'il a mangiet. Et le royne tient son estat audit palais aparluy atout lez damez.

Le roy est ung petit omme magre de XLV ans, et la roye de XL. Elle est belle femme, mais elle est fort camusette et ont VII effans.

Sez gardins sont fait deseure lez maisons et establez. En lez maisons en sont pluspart nullez cheminées, ne retrèz. Il font leur fu pluspart en ung pot, et font il boullir et rotir, ou font tout en une keminée. Et pour aller à chambre, il ont dez poz ou petite cuvellettez, et leur esclavez, de matin tempre, le portent sur leur teste en le revière. Mès pour lez ommez, il ly a ung biau et grant retret sur la revière; chascun y va qui veult, et y a bien C trous.

Quant il meurt quelque persone, on fait grande cryère, et font comme à Rome, escript à mon II. e livre.

(f. 40 v. / 12) Item en le chanesie ou église nommé le C, il gist en une belle fietre dorée le saint corps de Saint Vincent, à le droite main du grant autel. Et devant que on entre sur l'atre, il y a une belle chapelle, là ou Saint Anthone de Pade estoit né, laquelle chapelle soloit estre la maison de son père et mère, et gist à la ville de Pade en ung riche cloistre de Grijs Frères, fort riche et belle église, et y a une belle trésorije, comme dit est en men aultre livre.

On voit à Lusebone biaucop de estrainge bestez et gens, at aultres biens qu'on amaine de Turquie, des pays que le roy a conquesté. Il y avoit III personagez d'ommez venant de lonc pays de Calkout, et vyèment à Lusebone pour estre chrestien et baptisiet. Et estoient grant personagez comme on disoit. Il avoient en leur joes biaucop de pièrez et à leur menton, et avoient en leur bouche outre leur lèvres deulx lons dens de préchieuse pierre. Mes pour l'amour que l'un estoit malade et lez aultrez néstoint point bien dehet, le roy lez fit conduire verz leurs pays, pour l'amour que il ne cuidachent en leur paiz qu'on leur eubt fait aucun mal.

On a fait en la ville ung jubet de perchez sur l'éauwe d'enprèz le havene et le croix. On pendit entre tant que fu là II femmez mariées, lesquelz avoient mael porté en mariage. Et on penderoit aussi lez ommez, et en y avoit encore en prison pour lez pendre. Quant on lez maine à justiche, on lez meine aussy bien les ommez que lez femmes, atout ungne chemise, san plus, jusques à terre, san sordèz, atout ung capronchiel de rièr de misme taeille penden. Quant il sont estranglé, on tire le caprontiel deseurre leur visage, qu'on ne lez congnoit point, et on loije lez femmez leur chemise parmy les gamez. Et puis on leur loije ung petit pot en leur main. Lez gens boutent argent dedens et viennent baisier leur mains, car il pendent à II piez prèz de terre.

Je ne veus plus escripre de Lusebone, car les liseurs se tenneroint de tout lyre.

(f. 41 / 13) Item ic troc den XXsten in mey van Lusebone, s'est à dire je me partys le XXe de may de Lusebone en une naviere pour aller devers Calys Malys, environ de cent lieuez de Luchebone, pour là atendre plus seurement la naviere dez pèlerins de Jhérusalem (...)."

LIVRO DE VIAGENS DE JAN TACCOEN DE ZILLEBEKE

Texto em português

Tradução de Jorge Fonseca

(f. 35 / 1) Jesus

Memória para que conste: como disse anteriormente no meu livro de viagens, parti por duas vezes de minha casa com destino a Roma e daí a Veneza, para conseguir concretizar a minha viagem a Jerusalém, de acordo com o meu livro atrás referido.

Pela terceira vez saí da minha residência em Comines, a 21 de março, antes da Páscoa de XVc XIII (1513^[1]), dia de São Benedito. Parti com Jorge Maillart, cada um com o seu criado, para Bruges, daí a Escluse e, no outro dia, fui de barco, por mar, até Armue. Quando chegámos, por falta de vento fomos três ou quatro vezes a Middelburg, distante meia légua por terra de Armue. De lá fomos a um belo santuário dedicado a Nossa Senhora, nas Dunas. E três dias depois partimos por mar para Vlissingen, para daí chegar a Lisboa, distante cem léguas de São Tiago da Galiza, onde eu tinha um filho a morar, chamado Wulfert. Lá esperaria um navio com peregrinos que devia sair de Anvers – capitaneado por Dirk Van Pasen, que iria a Lisboa, como se dizia nos avisos – e daí seguir com peregrinos rumo a Jerusalém.

Vou abreviar, porque podia contar muitas coisas, mas em pleno mar não há muito que ver. Porque de Vlissingen a Lisboa, devido ao vento que soprava, nunca saímos do navio. No mar de Inglaterra avistámos a ponta de um mastro ao alto e um navio inteiro, que os tripulantes disseram que era uma embarcação com peregrinos com destino a São Tiago, que se tinha afundado. Estávamos integrados num comboio de três navios de comércio, a saber, o *Michael*, o *Marie* e outro chamado *Ana*, em que íamos.

(f. 35 v. / 2) Tínhamos vontade de ir visitar São Tiago da Galiza, mas fomos desviados pelo vento e não pudemos chegar ao porto e vila da Corunha, sendo forçados a seguir em frente para Lisboa. Ao passarmos nas proximidades de São Tiago, no fim do mar da Espanha, em Finisterra, afundou-se um dos nossos três barcos, chamado *Michael* de

¹ Ver nota 1 da pág. 93.

Anvers, carregado de toda a espécie de mercadorias de Anvers e de Bruges, com destino a Lisboa, todos esses bens perdidos, de um valor incalculável. O nosso navio, porém, e o *Marie* salvaram todos os passageiros, que eram bem umas cem pessoas, entre peregrinos de São Tiago e uma embaixada que o Imperador tinha enviado de Colónia a Lisboa, para entrar em contacto com o Rei de Portugal.

Vimos uma pequena igreja em Finisterra, perto do cabo chamado Muxía, um belo local de romaria a Nossa Senhora. Vêem-se lá um barco e um mastro de pedra, com duas braças de largura, no qual, por milagre, viajaram por mar Nosso Senhor e Nossa Senhora. Existe aí um altar onde, segundo é tradição, Deus fez um sacrifício. E vêem-se várias marcas de passos de Nossa Senhora nas pedras, que usava sapatos bicudos; o mastro de pedra está caído no chão. Diz-se que todos os Cristãos em estado de graça podem mover o mastro com um só dedo. Mas não consegui falar a ninguém que o tivesse feito.

Chegámos a Lisboa a 11 de abril, na penúltima semana antes da Páscoa, terça-feira.

Falando da cidade de Lisboa, ela é grande, tanto como Bruges, mas não tem metade da beleza. No entanto, mora aí tanta gente que é de espantar. As casas são altas e de pedra, rebocadas de branco. São planas em cima e cobertas por uma espécie de telhas, que servem de goteiras. Em cada uma vivem três e quatro famílias, umas sobre as outras. A cidade é mal pavimentada. Quando chove é difícil andar. Não existe senão uma boa rua, que é bem pavimentada. Há aí toda a espécie de ofícios e mercadorias.

Existem tantos Judeus tornados Cristãos, que é de admirar, os quais têm um grande poder sobre o rei e a cidade. E parece-me que habitam a mesma tantos Mouros, brancos e negros, como outros, por o rei ter conquistado muitas ilhas e cidades aos Mouros, Turcos e outros infiéis.

Vi chegar um navio carregado de especiarias e que, em baixo, no porão, vinha cheio de Negros mouros, homens, mulheres, com os filhos, jovens rapazes e raparigas, de todos os tipos, em número de trezentos. Trouxeram-nos completamente nus, sem nada a cobri-los, porque não têm nenhuma crença ou vergonha. Vendem-nos a quem os quiser possuir, para serem escravos, servindo homens e mulheres toda a vida e revendendo-os sempre que o desejarem. Se uma escrava está grávida, a criança que traz no ventre pertence ao dono que a comprou e não ao pai que a engendrou. E frequentemente é vendida a mulher e o filho. Se o seu serviço for bom e o dono ou a dona lhe quiserem dar a liberdade, fazem-no através de um documento legal; e depois casam-se ou vão para onde quiserem com essa carta. Quando já aprenderam a língua e a fé de Deus, fazem-nos Cristãos. E conseguem pessoas honradas para padrinhos, porque irão usar

os seus nomes e apelidos, assim como fazem os Judeus. E quando forem grandes e ricos julga-se que pertencem aos padrinhos que os levaram à pia.

Assim que os tiraram do barco, uns bons trezentos, todos nus, vi dar-lhes de comer (f.36 v. / 4) e de beber. Deram-lhes de comer junto ao mar, ao sol, numa tijela ou prato grande. Dentro havia uma espécie de trigo cozido, uma massa mole. Eles rodeavam o prato, de joelhos, e comiam assim, sem colher, às mãos-cheias, havendo tantos pratos que cada um tinha a sua parte. No fim fizeram-nos lavar os pratos e encheram-nos de água doce. Eles ajoelharam-se e assim beberam, como animais. E aí são vendidos, quando chegam os mercadores, pelos seus donos. Os compradores examinam-lhes a boca, para verem se têm bons dentes, e entre as coxas, além de os fazerem mexer os braços. Aos homens e rapazes fazem-nos correr. Quando compradores e vendedores chegam a acordo, os donos mandam-nos cobrir, com um pano ou toalha, à volta da cintura e levam-nos para casa. Vi serem aí vendidos a oito e nove mil reais. Cada mil reais valem no nosso país dez soldos; cada cem valem vinte *denarii*. Lá tudo se vende por mil ou cem reais. Cada real vale cinco *miten* e também seis *ceitis*. Há também tostões, como em Milão, que valem vinte *denarii* ou cem reais. Existem outras moedas a que chamam *vinténs*, que valem quatro *denarii*; e meios *vinténs*, no valor de dois *denarii*; e quartos, que valem um *denarius*. E ducados, que se conhecem bem no nosso país.

Vi várias vezes três jovens elefantes nas ruas. Cada um tinha em cima o seu palafreheiro, dois machos e uma fêmea. São animais grandes e feios, de pele cinzenta, sem pelos; limpam-nos esfregando-os com uma boa pedra e com água, como se faz a um porco quando é queimado, para o limpar e branquear. São animais, como dizem e eu pude verificar, muito inteligentes, pois executam tudo quanto o palafreheiro lhes manda. Têm orelhas compridas e largas, penduradas; faziam-se bem com elas dois (f. 37 / 5) pares de sapatos. Têm uma cauda comprida como uma vaca, sem pelos, sempre levantada. E têm uma coleira à volta do pescoço, na qual os palafreiros poem os pés. Têm uma tromba comprida no sítio do nariz, com duas varas de comprido, e mais se eles quiserem, porque a esticam e encolhem, e pegam em tudo que o palafreheiro lhes ordena, e às pessoas pelas roupas.

Mas o seu caráter é pacífico e não fazem mal a ninguém. Eu vi-os levantar uma coisa do tamanho de um dinheiro com a tromba e dá-la, por cima da cabeça, ao tratador ou a quem este mandava. Quando vão perante o rei, inclinam-se e fazem-lhe reverência. Fazem-nos andar e voltear com uma vara que tem um gancho na ponta. Quando o palafreheiro atira a vara ao chão, eles levantam-na e devolvem-lha, assim como qualquer outra coisa.

Vi um deles, a que amarraram uma corda, com um nó na extremidade, à boca e aos dentes, puxar sozinho um canhão, para que seriam precisas entre vinte e oito e trinta pessoas. No entanto, só têm três anos e os dentes, dois, só acabam de crescer quando eles são velhos. Cada um dos machos tem dentes mais compridos que um metro (?) e, na parte mais grossa, três quartos, como bem verifiquei. Um homem ficaria bastante carregado com eles. Servem para fazer pentes e outros trabalhos de marfim.

Eu vi dar de comer aos elefantes no estábulo. Cada um tinha um grande recipiente, cheio de trigo cozido, muito mole, com que faziam grandes bolas e, pegando num deles com a mão, diziam-lhe: “Abre a goela”; e o animal abria a goela, enorme e toda aberta, de modo que o tratador metia a mão dentro com a bola de trigo, até à garganta e depois uma outra, enquanto o trigo durasse. De outra vez, vi o palafreireiro vir ao mercado da erva, prender-lhe um molho à tromba e ele ir assim embora (f. 37 v. / 6). Quando já estava a uma certa distância, voltava ao ponto de partida e o tratador dizia-lhe: “Volta a pousar a erva”. O elefante pousava-a tão suavemente que parecia que não lhe tinha tocado.

Têm um corpo rude e pernas tão grossas como a coxa de um homem e patas grandes e redondas, com cinco unhas curtas em cada pata. O palafreireiro levava-o a beber a uma fonte e havia muitos rapazes travessos que lhe puxavam a cauda. Então o tratador dizia ao elefante: “Molha-os”; ele enchia a tromba de água e lançava-a sobre o que lhe tinha feito mal. Do mesmo modo o fazia atirar pedras. No entanto, de sua natureza não fazem mal a ninguém, apesar do seu aspeto ameaçador devido aos grandes dentes.

Assisti à Quinta Feira Santa na igreja da Sé, que é uma bela e rica colegiada, a principal igreja da cidade – cujas igrejas não são nada em comparação com as de cá. Os cônegos levaram nesse dia Nosso Senhor ao Sepulcro e, quando o serviço terminou, toda a colegiada desfilou em procissão dentro da igreja, com devoção digna de se ver, porque todos os cônegos vão envoltos nas suas capas, que têm duas varas de comprido, de forma que não se podem ver os seus rostos, e vão todos a chorar. Depois deles vêm os cônegos que trazem aos ombros o Sepulcro de Nosso Senhor, coberto de um tecido de ouro e, atrás, todas as pessoas honradas, de luto, tanto os padres como os outros, cantando um *Salvé!* e, no começo de cada verseto: *Deus, Deus meus. Ende als zy*, e quando chegam ao coro colocam o Sepulcro num alto tabernáculo, coberto com um pano de ouro, até à Páscoa.

Na mesma igreja está (a Irmandade de) Nossa Senhora da Misericórdia e, na véspera de Quinta Feira Santa, vão com tochas e outras luminárias nas mãos, em procissão, com grande devoção, cantando *Santas* ou litanias. À frente dos padres iam, segundo me pareceu, umas cem pessoas embuçadas, mas com as costas e o peito descobertos. Tinham

em cada mão um cilício de cordas dentro do qual tinham posto esporões de prata e ouro. E assim caminham todos flagelando-se nas costas, de tal modo que não se lhes vê a pele, parece tudo esfolado. Vão batendo sempre até regressarem à igreja, e aí devolvem as roupas que traziam, tratam das suas feridas, vestem-se com a sua própria roupa e vão-se embora. E não se chega a saber quem são. Diz-se que dantes se morria disto.

Vi também passar um homem que parecia rico e poderoso, diante do sítio onde me alojava. Disseram-me que três dias antes tinha morto a mulher e o homem com quem a encontrou. E não deixava por isso de andar na rua, não receando a justiça. *Memorie dat te*, em Lisboa não se passa o mesmo que em Roma, pois aí, como disse no meu outro livro, não parece que seja considerado pecado os homens envolverem-se com mulheres casadas ou casadoiras: tudo isso parece normal e que o Papa o consente.

Em Lisboa, quando uma mulher casada se envolve com outro além do seu marido e este se queixa à justiça, o homem e a mulher são enforcados, a não ser que se trate de pessoas importantes. Amarram-nos junto à Ribeira numa bela cruz de pedra com degraus, com acompanhamento da Irmandade da Misericórdia e aí os deixam amarrados, com os pescoços juntos como se faz com os carneiros.

Vi levar um homem a enforcar, que tinha estado com uma mulher casada, durante a manhã, pela Misericórdia, com os padres a cantarem uma litania e com bastantes homens embuçados, que se flagelavam como descrevi atrás. A Misericórdia voltou quando já estava enforcado, reclamando-o, eram cinco horas da tarde do mesmo dia e levou-o a sepultar. A mulher ficou presa, porque estava grávida. Quando estiver restabelecida do parto vai a enforcar, como fizeram com o amante.

Os mordomos da Misericórdia dão muitas e grandes esmolas, para resgatar cativos de poucas posses. Vão às prisões e andam pela cidade a inquirir do estado das coisas e do governo do povo, mesmo fora da mesma. Distribuem por mês pelo menos uns 600 soldos *parisis*, que valem 50 soldos *groten Vlaams* [flamengos] e a confraria nada lucra com isso, pois os seus rendimentos provêm todos dos testamentos de ricos mercadores. Sei-o ao certo, pois estive alojado no mesmo local onde estava um dos seus dirigentes; só a custo ele conseguia contar as moedas das esmolas, pesando-as em libras numa balança.

Em Lisboa, quer homens quer mulheres não fazem festejos como em Roma, Veneza ou Milão, porque eu permaneci lá todo o período da Páscoa, até vinte de maio antes de Pentecoste, e não vi nenhuma festa.

Os homens honrados andam em cima de mulas, com o aspeto de vendedores ambulantes, com um capote comprido por cima, quase até ao chão, com os braços de fora e inteiro à frente, e a maior parte deles envoltos em longas capas, com capuz ou gorro. Quando trazem chapéus, estes são largos, com véu pelos lados e por cima. As damas trazem vários tipos de vestidos de pano, mas sobre o corpo vestem veludos, sedas, sarjas, assim como gibões de mangas largas; mas os vestidos têm tantas *pregas* que não se consegue ver o seu aspeto. Tanto homens como mulheres usam cadeias: os homens trazem cadeias, grandes ou pequenas, com cruzeiros ou *Agnus Dei*, e as mulheres pulseiras nos braços, de prata e ouro, e gramas de anéis nos dedos. Mas na rua nada disso se vê, porque elas andam cobertas com mantilhas até à cabeça (f. 39 / 9), e sobre a mesma trazem uma *touca* e, por cima, outra touca de toilete, com a cabeça fora da mantilha.

Eu creio que são ricos e que as suas casas estão bem recheadas de louças e tapeçarias, porque fazem com elas grande gala, o que sei por experiência. O homem que me alojou, que é de Bruges, mas está lá casado, chamado Gilles de Backere, foi fabricante de cubas. Agora dedica-se ao comércio. Serve-se diariamente de trinchos, escudelas e pratos de prata e de muitas taças douradas, tão belas que parecem muito valiosas. Nos dias festivos havia sobre o aparador tanta loiça, taças, jarros, pratos de lavar as mãos, tudo dourado, de grande valor e toda a sala coberta de tapeçarias. A dona da estalagem tinha bem uns sessenta anos; usava em cada braço uma pulseira de ouro, sete ou oito anéis nos dedos, e duas ou três cadeias. Uma que eu manuseei pesava cento e vinte ducados e meio.

Lisboa, segundo dizem, era muito diferente há trinta ou quarenta anos, não passando nesse tempo de uma pequena cidade. Mas tudo mudou devido ao facto do rei de Portugal aí morar a maior parte do tempo, e aos muitos Judeus convertidos ao Cristianismo, que desenvolvem grande atividade comercial e mandam no rei e na cidade. Usam os apelidos das famílias mais importantes, porque quem leva um Judeu ao batismo atribui-lhe o seu nome e apelido. Existem uns dez ou doze mil Mouros, entre (homens), mulheres e crianças, que são todos Cristãos porque, quando já conhecem a religião, os batizam.

Lisboa, no futuro, será uma grande, rica e poderosa cidade, porque é de admirar o número de casas que se constroem. O rei fez nela um belo e rico palácio novo, onde agora vive, junto ao rio, que é o porto. Dizem que é o mais belo porto da Cristandade. (f. 39 v. / 10) O qual é de água fresca e estende-se por uma légua de comprido em direção ao mar, sempre ao longo da cidade. O mar passa a umas boas seis léguas da cidade, sempre com uma légua de largura.

Há um hospital magnífico e na sua construção trabalha-se arduamente. E, perto dele, um belo mosteiro dominicano, dentro do qual os flamengos têm uma capela dedicada

a Santo André. Aí se celebra, aos domingos de manhã, uma missa rezada para os jovens e uma missa cantada, com canto e água benta. A capela está toda coberta de tapeçarias com as armas da Flandres, o Leão Negro, e com bancos estofados à volta. Os seus ornamentos estimam-se em dois mil escudos. Vi lá algumas joias muito ricas. A capela está fechada com grades metálicas e existem ainda, diante da mesma, dois altares e um grande espaço para os flamengos serem sepultados dentro da igreja.

Em Lisboa não se fecham as portas das muralhas, não há fechaduras nem nada que as feche. (No entanto) há muitos países que lutam contra a Cristandade e o rei trava uma guerra permanente contra os (in)fiéis e conquista muitas das suas regiões. Quando lá estive tinham conquistado uma grande cidade e país chamado Azamor. A cidade estava cercada pelos Turcos. Soube que o rei enviou quatro navios com gente e canhões para fazer levantar o cerco. Este país está cheio de tropa e de artilharia.

Quando alguém se casa, os noivos vêm com os convidados diante da igreja e aí o cura desposa-os, sem mais despesas, e vão depois para casa tratar da sua vida, agradecendo aos que os tinham acompanhado. Não se fazem outros dispêndios com jantar, danças, enfeites ou roupas.

O rei, ao jantar e à ceia, senta-se à mesa com (f. 40 / 11) as portas da sua sala abertas. Quem quiser pode vir vê-lo jantar e cear. Senta-se sozinho no meio da mesa. Depois de lavar as mãos, cinco padres dizem o *Benedicite* e dão graças. Há cinco criados que servem à mesa de trinchantes e tarefas semelhantes. Há oito ou dez pagens que estão de pé junto dele, de cada lado, e um de cada lado também, com uma vareta de uma vara de comprimento, com uma bandeirola de seda na ponta, que lhe enxotam as moscas da mesa. O monarca dispõe de uma bacia de barro, com quatro asas, do tamanho de cerca de uma pinta, cheia de água. Não bebe à mesa outra coisa e não bebeu ao almoço mais que um gole. Há todo o tipo de pessoas à volta da mesa e nada fazem para as afastar. A carne é trazida toda coberta, antes do rei se sentar, e quando servem um prato destapam outro e colocam-no à frente dele, até que tudo é servido. Quando o rei quer uma refeição mais festiva, faz vir para a sala grandes aparadores cheios de ricas louças e manda vir raparigas para a frente da mesa, que dançam enquanto ele come. O rei é um homem pequeno e magro, de quarenta e cinco anos e a rainha de quarenta. É uma bela mulher, mas tem o nariz muito pequeno. Têm sete filhos.

Os seus quintais são atrás das casas e estábulos. Na maior parte destas não há chaminés nem retretes. Acendem normalmente o lume num fogareiro, onde cozem e assam, ou fazem-no numa lareira. Ao irem para a cama levam potes ou pequenos bacios, e os seus

escravos, de manhã cedo, levam-nos à cabeça para a Ribeira. Mas para os homens há uma boa e grande retrete junto à Ribeira; vai lá quem quer e tem uns bons cem buracos.

Quando morre alguém fazem uma grande gritaria, como em Roma, o que descrevi no meu segundo livro. (f. 40 v. / 12) Na colegiada ou igreja chamada Sé existe num belo túmulo dourado o santo corpo de São Vicente, à mão direita do altar-mor. E antes de se chegar ao adro há uma bonita capela, no local onde nasceu Santo António de Pádua, onde é tradição ter sido a casa do seu pai e mãe. Existe na cidade de Pádua, num suntuoso mosteiro de frades franciscanos, uma rica e bela igreja, onde há um belo tesouro, como disse no meu outro livro.

Vêem-se em Lisboa muitos animais e gente estranha, e outras coisas que trazem da Turquia, dos países conquistados pelo rei. Houve três personagens, homens vindos da longínqua terra de Calecute, que vieram a Lisboa para se fazerem Cristãos e serem batizados. Eram pessoas importantes, segundo se dizia. Tinham nas faces muitas pedras, assim como no queixo, e na boca, sobre os lábios, dois dentes compridos de pedras preciosas. Mas, porque um deles adoeceu e os outros não estavam nada bem, o rei fê-los regressar à sua terra, para que não pensassem que lhes tinha sido feito algum mal.

Fizeram na cidade uma forca junto à água, perto do porto e do cruzeiro. Enquanto lá estive enforcaram duas mulheres casadas que se tinham portado mal no casamento. E iam enforcar também os homens, que ainda estavam presos para os enforcarem depois. Quando vão ser executados, levam-nos, quer aos homens quer às mulheres, apenas com uma camisa até ao chão, sem mais nada e sem sapatos, com um capelo atrás e assim são enforcados. Quando são estrangulados, puxam-lhes o capelo para a cara, de forma a não serem conhecidos e, às mulheres, enrolam-lhes a camisa entre as pernas. Depois põem-lhes um pequeno pote na mão. As pessoas deitam-lhes dinheiro dentro e vão beijar-lhes a mão, porque eles estão pendurados a dois pés do chão.

Não quero escrever mais sobre Lisboa, porque senão os leitores desistirão de me ler. (f. 41 / 13) *lc troc den XXsten in mey van Lusebone*, ou seja, parti de Lisboa num navio, a vinte de maio, em direção a *Calys Malys* (Cádiz), a cerca de cem léguas de Lisboa, para lá aguardar com maior segurança o navio dos peregrinos de Jerusalém (...).

CRONOLOGIA DA VIAGEM

- 21.3.1514** – Saída de Comines (Flandres), em direção a Bruges, Arnemuiden e Vlissingen;
- 25.3.1514** – Partida de Vlissingen, no navio “Anna”;
- 11.4.1514** – Chegada a Lisboa (Portugal);
- 20.5.1514** – Partida de Lisboa;
- 27.5.1514** – Chegada a Cádiz (Castela), onde aguardou um navio de peregrinos destinado a Jerusalém;
- 10.7.1514** – Saída de Cádiz;
- 18.7.1514** – Paragem em Alicante (Castela);
- 23.7.1514** – Paragem em Ibiza (Ilhas Baleares);
- 28.7.1514** – Paragem em Palma de Maiorca (Ilhas Baleares);
- 11.8.1514** – Chegada a Messina (Sicília);
- 20.8.1514** – Saída de Messina;
- 31.8.1514** – Chegada à ilha de Rodas (Mar Egeu);
- 4.9.1514** – Partida de Rodas;
- 11.9.1514** – Chegada a Jafa (Síria);
- 16.9.1514** – Chegada a Jerusalém;
- 2.10.1514** – Partida de Jerusalém;
- 3.10.1514** – Passagem por Jafa;
- 16.10.1514** – Chegada a Páfos (Chipre);
- 30.10.1514** – Chegada a Rodas;
- 24.11.1514** – Partida de Rodas;
- 8.12.1514** – Chegada a Messina;
- 16.12.1514** – Chegada a Nápoles;
- 24.12.1514** – Partida de Nápoles, para Roma, Viterbo, Siena, Florença, Bolonha, Mântua, Verona, Colónia e Gand;
- 9.3.1515** – Chegada a Comines.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Eddy Stols

Doutorou-se em História na Universidade de Lovaina, iniciando a carreira docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, São Paulo (Brasil), atual UNESP, tendo também lecionado nas universidades de Lovaina (Bélgica) e Leiden (Países Baixos) e, como visitante, na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil). As suas obras debruçam-se sobre a história do Brasil e as relações entre a Flandres ou a Bélgica e o mundo ibero-americano, destacando-se: *Brazilië, een geschiedenis in dribbelpas* (2011) e, em coautoria, *Andanzas asiáticas. La vida de Jaques de Coutre* (1991), *Flandres e Portugal* (1993), *Brasil. Cultures et économies de quatre continents* (2001), *Un mundo sobre papel. Libros y grabados en el império hispano-portugués* (2009) e *Terra Brasilis* (2011).

Jorge Fonseca

É doutor em Estudos Portugueses pela Universidade Nova de Lisboa e investigador do CHAM, da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores. Entre os seus livros contam-se *Montemor-o-Novo no século XV* (1998), *Escravos no sul de Portugal (Séculos XVI-XVII)* (2002), *D. João, marquês de Montemor-o-Novo. Uma vida entre duas épocas* (2010), *Escravos e senhores na Lisboa quinhentista* (2010) e *Setúbal. O porto e a comunidade fluvial e marítima (1550-1650)* (2012).

Stijn Manhaeghe

É graduado como Mestre em Artes (História), desde 1994, na Universidade Católica de Lovaina, com a dissertação *De Jeruzalemreis (1514-1515) en de Raadgevingen uit het "Livre de Voeiages" van Jjan Taccoen van Zillebeke. Uitgave, vertaling en becommentariëring*, Leuven, 1994 (3 vols.), sob orientação do Prof. Dr. Daniel Verhelst e Prof. Dr. Paul Trio.

Índice

5 INTRODUÇÃO

Jorge Fonseca

7 LISBOA: UM PORTAL DO MUNDO PARA A NAÇÃO FLAMENGA

Eddy Stols

77 JAN TACCOEN VAN ZILLEBEKE (JEHAN DE ZEILBEKE) AND HIS *LIVRE DE VOEIAGES*: A SURVEY

Stijn Manhaeghe

91 LISBOA DE D. MANUEL I NO RELATO DE JAN TACCOEN

Jorge Fonseca

115 *LIVRE DE VOEIAGES* DE JAN TACCOEN VAN ZILLEBEKE

Texto original

Transcrição de Stijn Manhaeghe

123 *LIVRO DE VIAGENS* DE JAN TACCOEN DE ZILLEBEKE

Texto em português

Tradução de Jorge Fonseca

131 CRONOLOGIA DA VIAGEM

133 NOTAS BIOGRÁFICAS

Na Páscoa de 1514 passou por Lisboa, em viagem para Jerusalém, o nobre flamengo Jan Taccoen van Zillebeke. Nos nove dias em que permaneceu na cidade deu-se conta de variadas facetas da urbe, quer urbanísticas, como os principais edifícios e as características das habitações e vias de comunicação, quer económicas e sociais, como o grande número de escravos, o uso de animais exóticos pela corte e a atitude perante o adultério, aos quais se referiu no relato que, no regresso ao país natal, redigiu sobre o conjunto da sua viagem. Na presente edição publica-se a parte referente a Lisboa dessa relação, e incluem-se três outros textos de enquadramento histórico, nomeadamente de dois historiadores belgas interessados neste tema, Eddy Stols e Stijn Manhaeghe.

ISBN 978-989-755-099-7



FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

